



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo
Mestrado Acadêmico



MAIARA CERQUEIRA LEANDRO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE PEQUENA: DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS À APROPRIAÇÃO DAS
PRÁTICAS COTIDIANAS EM SÃO FELIPE - BA**

Vitória da Conquista - BA
2020

MAIARA CERQUEIRA LEANDRO

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE PEQUENA: DAS
REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS À APROPRIAÇÃO DAS
PRÁTICAS COTIDIANAS EM SÃO FELIPE - BA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico. Linha: Produção dos espaços urbanos e rurais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz.

L475p

Leandro, Maiara Cerqueira.

Produção do espaço na cidade pequena: das representações socioespaciais à apropriação das práticas cotidianas em São Felipe -Ba. / Maiara Cerqueira
Leandro, 2020.

171f.; il. (algumas color.)

Orientador (a): Dr^a. Ana Emília de Quadros Ferraz.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo, Vitória da Conquista, 2020.

Inclui referência F. 155 – 161.

1. Produção do espaço – Cidade pequena. 2. Cotidiano – Cidade Pequena. 3
São Felipe - Bahia. I. Ferraz, Ana Emília de Quadros. II. Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGeo. T. III.

CDD: 307.1216

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia



FOLHA DE APROVAÇÃO

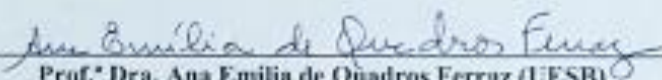
PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE PEQUENA: DAS REPRESENTAÇÕES SOCIOESPACIAIS À APROPRIAÇÃO DAS PRÁTICAS COTIDIANAS EM SÃO FELIPE - BA

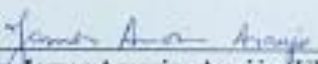
MAIARA CERQUEIRA LEANDRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UESB (PPGeo-Uesb), como requisito para obtenção do título de MESTRE.

Aprovada em: 23 de março de 2020

Banca Examinadora:


Prof.ª Dra. Ana Emilia de Quadros Ferraz (UESB)
(Orientadora)


Prof. Dr. James Amorim Araújo (UNEB)
(Examinador Externo)


Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus dos Santos (UESB/UEFS)
(Examinador Interno)


Maiara Cerqueira Leandro
(Mestranda)

Vitória da Conquista - BA

À minha mãe, Maria Helena.

Por todos os ensinamentos,
o amor, maior de todos!
Por nunca desistir de nós
e ser tão presente.

A meu pai, Edesio Leandro.

Por me ensinar a ir à luta,
sua caminhada em busca
das conquistas na vida
é fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Em meio ao percurso de construção do conhecimento e árduo processo de amadurecimento das ideias para a escrita desta dissertação, muitas pessoas se fizeram presentes e tornaram este sonho possível. Nesse momento, o sentimento de gratidão é o que me move, por saber que mesmo se tratando de um processo de escrita solitário, as ideias que se tornaram corpo do texto são oriundas das leituras, diálogos, encontros e desencontros construídos com os mais diversos sujeitos.

Em especial, gostaria de registrar meus agradecimentos, primeiramente, a Deus, por acreditar que uma força maior nos rege! À minha família, meus pais Edesio e Maria Helena, e meu irmão Edesio Filho, vocês são minha referência de vida. Principalmente, minha mãe, por ouvir minhas reclamações diárias e ter me ajudado a controlar a ansiedade durante o doloroso processo de escrita, com suas palavras de incentivo e amor. Às minhas primas, Simone e Solange, por todo apoio, amizade e incentivo.

À minha orientadora, Ana Emília Ferraz, por ter entendido minhas dificuldades e inquietações com relação ao tema de pesquisa e me ajudado a conduzir da melhor forma. Obrigada pelas correções e palavras de incentivo. Estendo os agradecimentos à minha banca, os professores James Araújo e Janio Santos, suas contribuições teóricas, leituras cuidadosas e avaliações críticas foram fundamentais para a qualificação desta dissertação. Tenho profunda admiração e respeito pelos exemplos de seres humanos e profissionais que são, a Geografia agradece!

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo – UESB), pela contribuição à minha formação acadêmica, especialmente, Suzane Tosta, Mário Rubens, Jânio Diniz, Altemar Rocha e Fernanda Alcântara, com os quais tive a oportunidade de cursar os componentes ministrados. A Miriam Cléa, pelos ensinamentos compartilhados durante o tirocínio, e estendo os agradecimentos a turma de Geografia Econômica do IV semestre com a qual realizei o estágio. Agradeço a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) pela concessão da bolsa de mestrado, a qual me possibilitou dedicação exclusiva ao desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço também a UNEB, universidade com a qual aprendi a gostar da Geografia e passei a acreditar no mestrado como algo possível, agora concretizado.

Aos meus colegas de turma pelo companheirismo, trocas de conhecimento e incentivos diários, Adriana, Crislaine, Dhione, Eliana, Eliane, Gabriela, Júnio, Macsuele, Mateus, Nielson, Rita e Uriana. Obrigada pelas demonstrações de afeto, respeito, compreensão, exemplo de

coletividade e prontidão. Especialmente, Júnio Santos, por tê-lo como colega e amigo desde a graduação. Quando decidi tentar esta seleção do PPGEO – UESB pela segunda vez e insistir para você tentar também, algo me dizia que dessa vez daria certo “vamos, eu irei tentar mesmo se tu não for!” (risos). Nossas discussões lefebvrianas, ajudas com textos, dúvidas, leituras do projeto, conferência da documentação, pesquisa do lattes dos nossos concorrentes (risos), viagens exaustivas, ansiedade pelos resultados de cada etapa, medos etc. deram certo, agora, somos mestres!

À Adrielle, por ter me ajudado com a procura de um lugar para ficar em Vitória da Conquista, justamente no momento mais apreensivo em que tudo era tão novo e desconhecido. Daí a sorte de ter conhecido Dona Antonieta e as meninas com quem dividir casa, Bruna, Carol, Ivna, Larissa, Lorena, Manuela, Mariane e Sthephany, gratidão por terem me acolhido tão bem. À Juvânia Paixão, amiga-irmã que a Geografia me presenteou na graduação e que mesmo distante está sempre presente no meu dia-a-dia, seja para ajudar ou dar trabalho (risos). Obrigada por me ouvir nos momentos de angústia, desespero e dramas relatados durante todo andamento para conclusão desta pesquisa, mesmo criticando minha discussão, sempre torceu pelo meu sucesso, assim como eu torço pelo seu!

À Maria Rita e Elaine, ex-colegas de trabalho que se tornaram amigas e que me ajudaram com o levantamento de informações à pesquisa. Assim como muitos outros ex-colegas da Secretaria Municipal de Educação que também me ajudaram com algum tipo de informação, o curto espaço não me permite citar o nome de todos.

Ao professor Félix Souza, pela entrevista concedida e suas importantes informações sobre São Felipe. Estendo os agradecimentos a muitos outros professores que desde o Ensino Fundamental e Ensino Médio me incentivaram nos estudos e contribuíram com o meu processo formativo.

Ao senhor Astério, que me acompanhou nas visitas pela cidade, tomadas de fotografias, levantamento de informações e por ser tão prestativo. E a todos os entrevistados, moradores que vivenciam o cotidiano da cidade, seus depoimentos revelaram sentidos à pesquisa. Agradeço também a Prefeitura Municipal de São Felipe, em particular, ao Sr. Álvaro Neiva, e ao Sr. Rozálio Souza da Hora, pelas entrevistas concedidas.

Enfim, agradeço a todos que torceram pelo meu sucesso, me estimularam, me ouviram e trilharam pelo meu caminho, de certo modo contribuíram para a concretização deste sonho.

A cidade se escreve, nos seus muros, nas suas ruas. Mas essa escrita nunca acaba. O livro não se completa e contém muitas páginas em branco, ou rasgadas. E trata-se apenas de um borrador, mais rabiscado que escrito

(LEFEBVRE, 1999, p. 114).

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central compreender a produção do espaço na cidade pequena, na perspectiva de entendimento das formas de representação e apropriação das práticas cotidianas em São Felipe - BA. Problematiza como as práticas cotidianas se realizam no espaço da cidade pequena, em meio à (re)produção das formas de representação e apropriação do espaço vivido. Para se chegar ao entendimento dessa questão as interpretações estão pautadas no diálogo entre as abordagens dos níveis da dominação política (representado pela atuação do poder público municipal) e do social (vinculado ao nível privado de realização das práticas do habitar: como os moradores se apropriam, percebem e representam o espaço da cidade), propostos por Lefebvre. Adotou-se a abordagem dialética para interpretação dos espaços do Centro e áreas segmentadas socialmente, de modo especial do “Bairro” Urbis, Loteamento Laranjeira e Rua Bevenuto Nóia “Jurema”. Essas áreas foram eleitas para estudo, pois apresentam elementos que se assemelham e/ou diferenciam em meio às representações espaciais. No decorrer da pesquisa, o caminho metodológico de diálogo entre teoria e empiria foi fundamental para a interpretação da problemática de pesquisa, atrelada às dimensões da dialética lefebvriana do percebido, concebido e vivido em São Felipe. As etapas da pesquisa constituíram-se em: construção da discussão teórico-metodológica; pesquisa documental e *in loco*, como subsídios para a fundamentação da coleta de informações históricas e levantamento de dados sobre o objeto de estudo; instrumentos de coleta de dados, com o uso de entrevista semiestruturada e questionários, como procedimentos de observação e apreensão da realidade; mapeamento, organização e sistematização das informações; e, análise dos resultados. Compreende-se que, por meio das práticas espaciais, os sujeitos se apropriam do espaço e constroem suas relações sociais. E, no contexto da cidade pequena, essas relações são compartilhadas entre os sujeitos de forma mais próxima. O conceito de cidade pequena é uma construção teórica que envolve diferentes abordagens e tem conquistado espaço no debate geográfico. As reflexões apontadas ajudam a pensar a realidade desse perfil de cidade de forma crítica, de modo a apreender o processo de (re)produção do espaço como algo complexo que apresenta suas particularidades, e ao mesmo tempo, dialogam com questões mais amplas reproduzidas na sociedade. Entende-se, assim, que ao nível do habitar, as relações sociais de produção e reprodução do espaço se realizam, se conflitam e podem ser reconstruídas. Em São Felipe, nas relações de sociabilidade nos bairros revelam-se os sentidos de como a vida acontece, em meio a espontaneidade, necessidades, conflitos e perspectivas de uma cidade com melhores condições para se viver.

Palavras-chave: Produção do espaço. Cotidiano. Cidade pequena. São Felipe - BA.

ABSTRACT

This dissertation has as its central objective to comprehend the (re)production of space in the small city, from the perspective of understanding the forms of representation and appropriation of everyday practices in São Felipe - BA. Problematizes how everyday practices take place in the small city space, amid the (re)production of forms of representation and appropriation of the lived space. In order to reach this issue' understanding, interpretations are based on the dialogue between approaches to the levels of political domination (represented by the performance of the municipal government) and social (linked to the private level of carrying out the practices of the inhabit: how residents appropriate, perceive and represent the space of the city), proposed by Lefebvre. The dialectical approach to interpreting the spaces of the Center and socially segmented areas was adopted, in a special way of "Bairro" Urbis, Loteamento Laranjeira and Rua Bevenuto Nóia "Jurema". These areas were elected for study, as they present elements that resemble and/or differentiate amid the spatial representations. In the course of the research the methodological path of dialogue between theory and empiria was fundamental for the interpretation of the research problem linked to the dimensions of lefebvriana trialetics of the perceived, conceived and lived in São Felipe. The stages of the research constituted in: construction of theoretical-methodological discussion; documentary research and on site, as subsidies for the rationale of the collection of historical information and data collection on the object of study; data collection instruments, with the use of semi-structured interviews and questionnaires, as procedures for observing and apprehension of reality; mapping, organization and systematization of information; and, analysis of the results. It is understood that, through spatial practices the subjects appropriate space and build their social relationships. And in the context of the small city, these relationships are shared among the subjects more closely. The small city concept is a theoretical construction that involves different approaches and has gained space in geographic debate. The reflections pointed help to think about the reality of this city profile critically, in order to apprehend the process of (re)production of space as something complex that presents its particularities and at the same time dialogue with broader issues reproduced in society. It is understood, therefore, that at the level of the inhabit, social relations of space production and reproduction are carried out, conflict and can be reconstructed. In São Felipe, in the relationships of sociability in the neighborhoods are revealed the senses of how life happens, through spontaneity, needs, conflicts and prospects of a city with better conditions to live.

Keywords: Production of space. Everyday. Small city. São Felipe - BA.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Percentual da população ocupada, por setores de atividade econômica, São Felipe, Bahia, 1970 – 2010	60
Gráfico 2 – Percentual do Produto Interno Bruto (PIB), por setores da economia, São Felipe, Bahia, 1949-2016	61
Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos entrevistados, por local de residência, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019	113
Gráfico 4 – Atividades ocupacionais realizadas pelos entrevistados, por local de residência, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019	114
Gráfico 5 – Principais necessidades apontadas pelos entrevistados, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019	118
Gráfico 6 – Opinião dos entrevistados sobre o hábito de conversar com os vizinhos no dia-a-dia da cidade, São Felipe, Bahia, 2019	128
Gráfico 7 – Condições de moradia dos entrevistados, por local de residência, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019	140

Lista de Figuras

Figura 1 – Usos do espaço no Centro da cidade em torno da Igreja Matriz, São Felipe, Bahia, 2019	79
--	----

Lista de Fotos

Foto 1 – Feira livre no Centro da cidade de São Felipe, Bahia, 2019	63
Foto 2 – Feira livre no Centro da cidade de São Felipe, Bahia, 2019	64
Foto 3 – Atividades rurais como plantação de mandioca e capim na entrada da cidade de São Felipe, Bahia, 2019	71
Foto 4 – Antiga área de plantação de cana-de-açúcar próxima à entrada da cidade de São Felipe, Bahia, 2019	72
Foto 5 – Praça Carlos Moura, São Felipe, Bahia, 2014	82
Foto 6 – Praça Carlos Moura, São Felipe, Bahia, 2014	82
Foto 7 – Praça Carlos Moura, São Felipe, Bahia, 2019	83
Foto 8 – Praça Carlos Moura, São Felipe, Bahia, 2019	83
Foto 9 – Vista da Praça Carlos Moura à noite, São Felipe, Bahia, 2019	85
Foto 10 – Vista da Praça Carlos Moura à noite, São Felipe, Bahia, 2019	85
Foto 11 – Vista da entrada da Urbis, São Felipe, Bahia, 2019	92
Foto 12 – Loteamento Laranjeira, São Felipe, Bahia, 2020	93
Foto 13 – Rua Bevenuto Nóia “Jurema”, São Felipe, Bahia, 2019	93
Foto 14 – Loteamento Bela Vista, São Felipe, Bahia, 2019	94
Foto 15 – Loteamento Antônio Geraldo, São Felipe, Bahia, 2020	94

Foto 16 – Loteamento Maria Moura, São Felipe, Bahia, 2019	99
Foto 17 – Loteamento Campo Azul, São Felipe, Bahia, 2019	99
Foto 18 – Praça do Chafariz, Bairro Urbis, São Felipe, Bahia, 2014	147
Foto 19 – Praça do Chafariz, Bairro Urbis, São Felipe, Bahia, 2019	148

Lista de Mapas

Mapa 1 – Localização de São Felipe no Território de Identidade Recôncavo, Bahia, 2019	44
Mapa 2 – Localização das Rodovias Federais, São Felipe, Bahia, 2019	55
Mapa 3 – Expansão urbana, por década, de São Felipe, Bahia, 2020	88
Mapa 4 – Localização das áreas de estudo, Centro, Urbis, Laranjeira e Jurema, São Felipe, Bahia, 2020	89
Mapa 5 – Percentual dos residentes da cidade sem rendimentos, São Felipe, Bahia, 2020	96
Mapa 6 – Percentual dos residentes da cidade com até 1 salário mínimo, São Felipe, Bahia, 2019	97

LISTAS DE TABELAS E QUADROS

Lista de Tabelas

Tabela 1 – População total, rural, urbana e taxa de urbanização, São Felipe, Bahia, 1940-2010	59
Tabela 2 – Opinião dos entrevistados com relação à caracterização dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema, São Felipe, Bahia, 2019	103

Lista de Quadros

Quadro 1 – Opinião dos entrevistados sobre gostar de morar na cidade, São Felipe, Bahia, 2019	126
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMS – Área Metropolitana de Salvador
CIA – Centro Industrial de Aratú
COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari
FAMAM – Faculdade Maria Milza
FPM – Fundo de Participação dos Municípios
GASPERR – Produção do Espaço e Redefinições Regionais
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IG – Indicação Geográfica
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEC – Instituto de Projetos Educacionais e Consultoria Ltda
IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
PIB – Produto Interno Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
RECIME – Rede de Pesquisadores Sobre Cidades Médias
REGIC – Regiões de Influência das Cidades
RLAM – Refinaria Landulpho Alves em Mataripe
RMS – Região Metropolitana de Salvador
SEI – Secretária de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB – Universidade do Sudoeste da Bahia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB – Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.....	28
2.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE E O URBANO.....	28
3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE SÃO FELIPE.....	41
3.1 (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE PEQUENA E SUAS IMPLICAÇÕES EM SÃO FELIPE.....	65
3.2 A PRODUÇÃO DO CENTRO E DE ESPAÇOS SEGMENTADOS NA CIDADE.....	78
4 O COTIDIANO NA CIDADE DE SÃO FELIPE: ESPAÇOS VIVIDOS, PERCEBIDOS E REPRESENTADOS.....	107
4.1 O COTIDIANO NA CIDADE.....	107
4.2 RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM SÃO FELIPE.....	125
4.3 AS PRÁTICAS DO HABITAR E DO LAZER EM SÃO FELIPE	134
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	155
APÊNDICES.....	162

1 INTRODUÇÃO

A essência da pesquisa geográfica é resultado das relações sociais de produção e (re)produção do espaço, desde a busca pela compreensão das múltiplas relações entre a sociedade e a natureza, até se chegar à construção do pensamento geográfico sobre o espaço, seu objeto de estudo, produto das relações humanas reproduzidas espacialmente. Na Geografia Urbana, a abordagem crítica sobre o conceito de espaço tem ganhado destaque, principalmente, nos estudos sobre a complexidade da dinâmica das cidades e do modo de vida urbano.

A realização do urbano nas cidades pequenas apresenta contradições e particularidades que se complementam e/ou dissociam-se como reprodução espacial, marcada pelo processo de (re)produção das relações sociais que se realizam no espaço vivido, capaz de revelar as diferenças tanto estruturais quanto conjunturais, influenciadas pelas dinâmicas sociais presentes em cada tipologia de cidade. No caso da cidade pequena, as mudanças decorrentes do processo de urbanização acontecem de forma diferenciada, sobretudo, por apresentar uma “[...] dimensão espacial específica” e “[...] uma totalidade particular que a anima e a movimenta por meio de processos capitalistas de produção [...]” (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013, p. 17).

Nesse sentido, São Felipe, presente na problemática da pesquisa como o nível de análise da realidade, contribui com o estudo de novas questões interpretativas a propósito da dinâmica reprodutiva do espaço da cidade pequena. A cidade, considerada como um tipo específico de espacialidade e construção histórica, é produzida pelas relações humanas como meio e condição para a reprodução das práticas cotidianas materializadas no espaço. E, ao mesmo tempo, é influenciada pelo modo de produção capitalista, imerso em todas as formas de apropriação e dominação do espaço urbano, na própria cotidianidade (nos lazeres, nas atividades culturais, na escola, no trabalho, ou seja, no espaço inteiro), resultado de contradições e conflitos que se materializam no espaço (LEFEBVRE, 2008).

Destaca-se, assim, a importância do estudo da produção do espaço da cidade com vista para as contradições e possibilidades que se apresentam em meio às práticas cotidianas, as quais realizam-se no espaço vivido, mediadas por representações e práticas espaciais influenciadas por novas relações espaço-tempo de apropriação e mudanças de uso do espaço. De acordo com Lefebvre (2008), a produção do espaço é mediada por um lado estratégico e político, e é na vida cotidiana que as contradições se manifestam mais profundamente.

A análise da dinâmica urbana de São Felipe discorre pela articulação entre as ações do poder público municipal, como agente de (re)produção do espaço urbano com implicações impostas à lógica da centralidade urbana, e a influência de tais ações na vida cotidiana dos

indivíduos. Considera-se que as relações espaço-tempo em São Felipe retratam o perfil comum às cidades pequenas, onde as práticas espaciais são mais próximas, pois, em geral, quase todos se conhecem. Além disso, as práticas de decisão política são fortemente ligadas à relação de favorecimentos pessoais entre aqueles que se encontram no poder e a população local. Concomitantemente, tais relações acabam por interferir na própria organização do espaço urbano (espaço esse marcado pela concentração de suas atividades de comércio e de serviços tradicionais no Centro, não muito distante de outros espaços da cidade).

A cidade de São Felipe está localizada na região do Recôncavo Baiano. O município concentra população absoluta de 20.305 habitantes, desses 48,36% correspondem à população urbana (IBGE, 2010). Diante da concentração das atividades de comércio e serviços espacialmente no Centro, esse se torna o espaço codificado das práticas realizadas na cidade (centralidade das relações de troca, comercialização de mercadorias, valor de uso do espaço público etc.), especificamente, na praça central. Em São Felipe, assim como em várias cidades pequenas, é comum referir-se ao Centro apenas ao local da praça em torno da Igreja Matriz, onde estão localizados os serviços (sobretudo, públicos), o comércio, órgãos do poder municipal, instituições religiosas e “opções de lazer”.

Por considerar que as práticas cotidianas realizadas na cidade são reprodutoras do espaço e capazes de revelar as contradições socioespaciais, foram selecionadas nesta pesquisa as práticas do habitar e do lazer como elementos indispensáveis à compreensão da produção do espaço urbano de São Felipe. Aponta-se assim a necessidade de reflexão do modo de vida urbano, as relações de interação social, encontros, permanências e conflitos reproduzidos em meio às formas da cidade (centro, ruas, praças, bairros etc.).

Como afirma Araújo (2010, p. 49), a “[...] prática revela o mundo (prático-sensível) que produzimos, fato que nos conduz à aceitação da prática como expressão do processo social e, portanto, há um percurso de acumulações históricas até o presente momento”. Daí a importância do estudo das práticas cotidianas para entendimento das transformações que se dão no espaço da cidade, inseridas como atividades produtivas que acabam por ressignificar as formas e os conteúdos do espaço urbano.

Para tanto, a fim de compreender as práticas cotidianas do habitar e do lazer e como elas se reproduzem na cidade de forma mais expressiva, parte-se da interpretação da dinâmica dos espaços do Centro e áreas segmentadas¹ socialmente, de modo especial do “Bairro” Urbis,

¹ Sobarzo (2004) utiliza o termo “segmentação” com referência ao processo de fragmentação em curso numa cidade média com “pouca presença da diferença”, que não se expressa numa forma urbana tipicamente fragmentada, como ocorre numa metrópole. Portanto, esse conceito se aplica de forma adequada para análise da

Loteamento Laranjeira e Rua Bevenuto Nóia “Jurema”. Essas áreas foram eleitas para estudo, pois apresentam elementos que se assemelham e/ou diferenciam (para além dos limites de classe) em meio às representações do espaço e de seus moradores incorporados ao processo de segmentação socioespacial.

Na cidade de São Felipe, não há uma divisão oficial por bairros. Todas as áreas da sede (praças, ruas, loteamentos etc.) são classificadas como pertencente ao “Bairro Centro”, conseqüentemente, as interpretações sobre os espaços podem ser variadas. Desse modo, a concepção dos moradores como residentes do Centro ou das áreas segmentadas carrega em si o sentimento da representação do espaço pelo qual se identificam ou querem se identificar, visto que é comum pessoas se referirem ao lugar onde residem como pertencente ao Centro apenas por morar na sede do município.

Todavia, nesta pesquisa, o conceito de bairro² é utilizado como expressão do modo de vida cotidiano, “[...] uma entidade sócio espacial portadora de uma identidade que lhe é atribuída pelo contexto da cidade” (SEABRA, 2005, p. 179). Logo, referimos as relações de bairro nos espaços da Urbis, Laranjeira e Jurema com alusão à dimensão espacial onde as contradições sociais se revelam com maior frequência e potência, ao mesmo tempo em que ao nível do habitar as pessoas podem reconstruir seu espaço vivido com novos significados para além das condições que lhes foram conformadas.

Para tanto, entende-se loteamento como forma materializada dos interesses fundiários e imobiliários de inserção do espaço da cidade na lógica capitalista de (re)produção do espaço urbano. Conforme exposto por Sposito, M. (2004, p. 125), “[...] a lógica de produção do espaço urbano tem sido orientada pela implantação de novos loteamentos e pelo contínuo lançamento de novos produtos imobiliários [...]”. Ao pensar a cidade pequena, no caso de São Felipe, observa-se que a lógica de (re)produção do espaço é a mesma, o que diferencia é a intensidade com que o processo se realiza. A área que deu origem ao Loteamento Laranjeira (localizado ao lado da Urbis) era composta por plantação de laranjas³ e os interesses fundiários e da

dinâmica na cidade pequena, que se encontra em processo de segmentação socioespacial, sobretudo influenciado pelas formas de representação dos espaços segmentados socialmente como local de moradia da população com menores rendimentos. Verifica-se em São Felipe, uma tendência ao processo de segmentação nas formas de produção e uso do espaço, sobretudo, evidenciado pelas práticas cotidianas dos sujeitos que ao se apropriarem dos diferentes espaços na cidade revelam relações de sociabilidades segmentadas. Esses espaços são reproduzidos socialmente por conflitos de classes, revelados pelas práticas espaciais.

² Entende-se a importância da discussão de bairro, sobretudo, por está intimamente ligado com a pesquisa sobre o cotidiano e esse estudo ampliaria o conhecimento acerca das práticas espaciais, mas, devido ao curto tempo para elaboração da dissertação não foi possível realizar um estudo aprofundado.

³ “A Laranjeira era fechada, porque só tinha pé de laranja. Não existia casa ali, era aquela matazinha fechada e, pertencia a Dona Zélia. Aqui [Urbis] era de Pequenita, depois ela vendeu a prefeitura. E a Laranjeira, lá, ficou aquela mata fechada, era plantação de Laranja, não tinha uma casa, só tinha plantação de laranja [...] depois foi

comercialização de lotes têm contribuído para a expansão da cidade nesses espaços segmentados socialmente. Novas formas de loteamentos mais recentes têm sido construídas nessa área, exemplo dos Loteamentos Bela Vista e Antônio Geraldo.

Nesse contexto, ao pensar na perspectiva inicial de entendimento da produção do espaço da cidade de São Felipe, pautada na análise da relação “centro-periferia” como possibilidade para compreensão das práticas espaciais, observou-se, conforme os dados de campo da realidade empírica, que essa classificação morfológica entre “centro e periferia” não responde a complexidade das relações socioespaciais presentes no cotidiano da cidade pequena. Especialmente, porque essa problemática em São Felipe envolve muito mais o campo das representações espaciais e de um processo de periferização em curso do que propriamente a dimensão espacial da “periferia consolidada” (para além da dimensão geométrica do espaço e de distância socioespacial).

Tal perspectiva nos leva a uma primeira indagação: até que ponto há uma relação “centro-periferia” em São Felipe, diferentemente do contexto que é trabalhado na escala das cidades médias e metrópole? Essa leitura na cidade de São Felipe envolve formas de representações sobre os espaços segmentados influenciadas pelo imaginário social daquilo que se concebe por “periferia” em outros níveis de cidades, para além das condições vivenciadas na realidade local. Na medida em que essa terminologia está presente “[...] no cotidiano da sociedade, aparece na mídia, avança no senso comum, é interpretado nos corpos e incorpora valores. É simultaneamente abstração, exercício teórico, político e ideológico e, materialidade, pois compõe o espaço vivido de determinado segmento social” (GAMALHO, 2008, p. 2). Destarte, essa discussão conceitual envolve questões complexas e ao contexto da cidade pequena torna-se uma incógnita a ser pensada.

Por conseguinte, a problemática desta pesquisa parte do questionamento de como as práticas cotidianas se realizam no espaço da cidade pequena, em meio à (re)produção das formas de representação e apropriação do espaço vivido? Na direção de elaborar reflexões sobre a cidade de São Felipe, com relação aos níveis⁴ analíticos de abordagem no campo da dominação política e no campo social de realização da vida (o habitar), propostos por Lefebvre (1999). Tais abordagens estariam ligadas às estratégias políticas representadas pela atuação do

que Dona Zélia começou a lotear, depois de muito tempo. E as casas foi construindo aos poucos. Mas era aberto, caminho que ia pro Sobradinho, Terrão [**Zona Rural**] [...] (Entrevista realizada com moradora da Urbis, para pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Geografia, 07 de setembro de 2014. Grifo nosso).

⁴ Entende-se por nível a noção de análise metodológica apontada por Lefebvre (1999), ao tratar da escala “sócio-lógica e ideo-lógica” relacionada aos níveis **Global** (representado pelo espaço institucional de atuação do Estado e seu poder político); **Misto** (nível da cidade, especificamente do urbano como mediador das relações entre os níveis Global e Privado); **Privado** (nível do habitar, das relações de apropriação para o uso do espaço vivido).

poder público municipal e a forma como se relaciona com os demais sujeitos produtores do espaço (população, proprietários fundiários, agentes econômicos e imobiliários); e o campo social vinculado ao nível privado de realização das práticas do habitar (como os moradores se apropriam, percebem e representam o espaço da cidade).

Diante de tais abordagens, o objeto de pesquisa sobre a produção do espaço urbano em meio as práticas cotidianas, nos leva a pensar em dois campos de realidade: a dimensão da alienação, como estratégia de classes que visa o controle das práticas reprodutivas no espaço programado; e a dimensão da resistência, diretamente ligada as práticas de uso e apropriação como possibilidade de desvio das formas impostas no cotidiano. Para tal reflexão, foram realizadas abordagens teóricas diferentes (entendidas nesta análise como complementares): a marxista de Henri Lefebvre e a da resistência de Michel de Certeau, consideradas importantes para o entendimento das questões ligadas às práticas cotidianas propostas nesta pesquisa.

Parte-se do pressuposto que numa cidade pequena as práticas cotidianas podem apresentar proximidades de relações subjetivas e simbólicas, mas também não deixam de ser influenciadas pela alienação e/ou subversão das práticas de resistências do/no espaço vivido, mediadas por ideologias reproduzidas cotidianamente, que são influenciadas por desejos e necessidades criados em função da lógica capitalista de (re)produção do espaço.

A proposição desta pesquisa tem como objetivo principal compreender a produção do espaço na cidade pequena, na perspectiva de entendimento das formas de representação e apropriação das práticas cotidianas em São Felipe – BA. Seguido dos seguintes objetivos específicos:

- discutir as contradições e particularidades da produção do espaço urbano de São Felipe, em meio às formas de representação e apropriação do espaço;
- caracterizar as práticas cotidianas presentes na cidade de São Felipe, diante das transformações produzidas pelos espaços percebido, concebido e vivido;
- interpretar as relações de sociabilidade e apropriação das práticas do habitar e do lazer no cotidiano da cidade pequena.

Por conseguinte, esses objetivos levam à justificativa da pesquisa, sobretudo, pela escolha do tema na busca por compreender o processo de produção do espaço na cidade pequena, como campo teórico-metodológico para construção de novos conhecimentos a respeito dessa temática no âmbito da pesquisa acadêmica. Em sua maioria, os estudos entre pesquisadores acadêmicos, voltados para a produção e (re)produção do espaço urbano, estão centrados nas discussões sobre as cidades médias e metrópoles. Todavia, as tipologias de cidades são complementares e apresentam elementos indispensáveis para análise crítica das

questões urbanas.

A pesquisa sobre essas temáticas se fundamenta com base nas propostas desenvolvidas em grupos de pesquisas⁵, tais como o Grupo de Estudos sobre São Paulo (GESP), da Geografia Urbana Crítica Radical, ao focarem a produção e reprodução do espaço urbano como elemento central de compreensão da realidade com base nas abordagens propostas por Lefebvre; Urbanização e Produção das Cidades na Bahia, da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), tem desenvolvido pesquisas sobre a cidade, em especial, as pequenas e médias; Grupo Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GASPERR), da Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, discute sobre a produção do espaço urbano, especificamente sobre as cidades médias, mas suas contribuições são importantes para compreender a dinâmica de produção do espaço da cidade e do urbano em geral; Rede de Pesquisadores Sobre Cidades Médias (ReCiMe); As Cidades e o Urbano, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), discussões sobre a produção do espaço da cidade e o urbano fundamentadas na abordagem lefebvriana; dentre outros.

Ressalta assim a importância dos pressupostos teóricos sobre a produção do espaço urbano, segundo perspectivas da Geografia Crítica, na qual a leitura geográfica sobre o espaço deixa de considerá-lo apenas como sustentáculo da sociedade e passa a considerar a reprodução das relações sociais como dimensão essencial do processo de (re)produção. Principalmente, com as contribuições de autores como Lefebvre (2013; 2008; 1999; 1991a); Carlos (2008; 2001b); Sposito, M. (2009; 2004); e Damiani (2001); os quais possibilitam avançar nos estudos sobre a produção do espaço, a cidade e o urbano.

Além disso, seguem os exemplos de algumas pesquisas com discussões aprofundadas sobre a realidade da cidade pequena, as dinâmicas de (re)produção do espaço, novos conteúdos e funções urbanos, com os estudos de Endlich (2006); Jurado da Silva (2011); Moreira Junior (2014); Roma (2008); Melo (2008) e Bernardelli (2004).

No contexto específico da cidade de São Felipe, apresenta-se uma carência de pesquisas referentes ao espaço urbano. Santos, F. (2013) realizou estudo sobre a dinâmica socioeconômica do município de São Felipe e a crise agrícola no Recôncavo Baiano no período

⁵ GESP – coordenado pela Profª. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos, FFLCH - Departamento de Geografia da USP; Urbanização e Produção das Cidades na Bahia – coordenado pelo Prof. Dr. Janio Laurentino de Jesus Santos, Departamento de Geografia da UEFS e PPGeo-UESB; GASPERR – coordenado pelo Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, Departamento de Geografia FCT/UNESP/Campus Presidente Prudente; ReCiMe – coordenado pela Profª. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, da Universidade Estadual Paulista UNESP/Presidente Prudente; As cidades e o Urbano – coordenado pelo Prof. Dr. James Amorim Araújo, Departamento de Geografia, UNEB/Campus V.

de 1890 a 1910, em sua dissertação de mestrado. Assim como a pesquisa de mestrado de Oliveira (2012), com estudo sobre o plano diretor de São Felipe e aspectos relacionados à questão ambiental, referente à análise da Barragem da Copioba e Serra da Copioba, e nesse contexto, a atuação da gestão pública municipal.

A escolha pelo estudo da cidade de São Felipe deu-se, principalmente, devido ao interesse pela temática urbana e pela busca em avançar nas contribuições para se pensar a produção e (re)produção do espaço na cidade pequena. Como afirma Endlich (2006, p. 31), “não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana”. Diante do desafio presente, em que “[...] poucos elegem as pequenas cidades como objeto de pesquisa. [...], o que dificulta um avanço teórico em relação à compreensão desses espaços” (ENDLICH, 2006, p. 31).

Do mesmo modo, a pertinência e relevância da pesquisa residem no fato de que a cidade São Felipe, por não contar com nenhum estudo que verse de maneira aprofundada sobre a (re)produção do espaço urbano, poderá se beneficiar com o subsídio teórico proveniente para futuros levantamentos de dados e discussões sobre a cidade.

A proposta desta pesquisa resulta do interesse da autora pelo estudo das questões referentes à Geografia Urbana, especialmente, a discussão sobre a (re)produção do espaço ao âmbito do cotidiano. Criou-se atenção especial para esses assuntos durante o trabalho de conclusão de curso da Graduação em Geografia pelo Departamento de Ciências Humanas - Campus V da Universidade do Estado da Bahia, no qual foi realizado o estudo sobre “As representações de segregação urbana do Bairro da Urbis em São Felipe – BA”. Em função dessa pesquisa sobre as representações do espaço mediadas pela tríade lefebvriana, os resultados alcançados e os novos questionamentos que surgiram instigaram a dar continuidade aos estudos sobre as questões urbanas, agora, especificamente voltados para dimensão da (re)produção da cidade pequena no âmbito das práticas cotidianas.

Com base na contribuição teórica da Geografia Crítica e do diálogo do método dialético da tríade lefebvriana sobre a produção do espaço, buscou-se sustentar a problemática desta pesquisa, imprescindível para o desenvolvimento metodológico como campo de apreensão do objeto de estudo. Para tanto, as reflexões pautaram-se sobre a abstração do conteúdo empírico em direção ao concreto como movimento do pensamento para compreensão da realidade observada (LEFEBVRE, 1995). Tais reflexões definiram o caminho da pesquisa que resultou nesta dissertação.

A problematização do objeto de estudo foi baseada no auxílio da pesquisa descritiva, de modo a compreender o fenômeno por meio da interpretação empírica no campo, influenciado

pela abstração teórica e reflexões para se chegar à compreensão da realidade (GIL, 2008). Além das contribuições da pesquisa exploratória para o levantamento das características essenciais de familiaridade com o objeto e utilização das bases da pesquisa explicativa sobre os elementos que contribuem para a (re)produção do espaço urbano de São Felipe, sua relação entre as lógicas de dominação e apropriação das práticas cotidianas.

Sposito, E. (2004) aborda sobre a importância da construção do conhecimento científico, motivado por perguntas que fazem refletir sobre o objeto e a busca pela contextualização dos fenômenos para compreensão da realidade. Nesse contexto, no que se refere à proposta de metodologia da pesquisa para a realização desta dissertação, realizou-se a problematização da temática sobre a produção do espaço da cidade pequena e suas contradições, face os questionamentos que nortearam a coleta de informações e definição dos procedimentos de pesquisa. De acordo com Henrique (2012, p. 78), “[...] talvez, o maior desafio para a geografia no estudo sobre as cidades pequenas seja metodológico. Como apreender, como compreender e como explicar essas cidades, sem cair no empirismo, no tecnicismo ou na idealização das cidades pequenas?”.

Nessa perspectiva, os estudos sobre esses centros urbanos precisam superar certos estereótipos e generalizações, sobretudo, levar em consideração a heterogeneidade das cidades pequenas e entender que a leitura sobre esses espaços não pode ser explicada com base em tudo que ocorre em outras escalas de cidades, especificamente, nas metrópoles (SANTOS, J., 2019). Daí a necessidade de ampliar o entendimento sobre a dinâmica de produção da cidade para além da leitura superficial associada à questão demográfica, precisa-se compreender a função dessas cidades na rede urbana, processo de formação socioespacial, mudanças econômicas, políticas e os conteúdos das práticas espaciais presentes na vida cotidiana.

As etapas da pesquisa constituíram-se em: discussão teórico-metodológica com debates sobre produção do espaço urbano, cotidiano e (re)produção do espaço da cidade; pesquisa documental e *in loco*, como subsídios para a fundamentação da coleta de informações históricas e levantamento de dados sobre o objeto em estudo; instrumentos de coleta de dados com o uso de entrevista semiestruturada e questionários, como procedimentos de observação e apreensão do fenômeno na prática; mapeamento, organização e sistematização das informações; e, análise dos resultados.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para sustentação e elaboração da discussão teórica, com o aprofundamento no campo da teoria como movimento de abstração em direção à interpretação empírica do real. Por conseguinte, os instrumentos de coleta de dados adotados foram fundamentais para atender os objetivos da pesquisa, pois possibilitaram apreender na

prática como o objeto de estudo ocorre e quais fatores interferem nas práticas cotidianas que medeiam à (re)produção do espaço da cidade de São Felipe. O trabalho da pesquisa de campo foi fundamental para compreensão da realidade empírica por meio da observação e coleta de dados, pautada nas abordagens teóricas que tornaram o campo de investigação mais consistente para a elaboração deste texto, como contribuição para a formação do conhecimento científico.

A pesquisa documental e de campo possibilitaram a investigação sobre a dinâmica das práticas cotidianas na cidade de São Felipe, ações e sujeitos que influenciam o processo e atuais relações presentes na própria estrutura urbana. Isso, face a análise da dinâmica urbana com base nos dados históricos, levantamento de dados socioespaciais junto a alguns órgãos considerados importantes no fornecimento de informações geográficas, por meio da coleta de dados sociais e econômicos da cidade. Esses dados foram verificados junto à análise de microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério das Cidades, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e órgãos do setor municipal (arquivo público, políticas ou programas municipais, Plano Diretor).

Durante a pesquisa teoria e empiria caminharam juntas, pois buscou-se considerar a história e a materialidade das relações espaciais na dinâmica urbana. Com destaque para o levantamento das práticas espaciais, distintas formas de apropriação do cotidiano, suas contradições e particularidades presentes no processo de produção do espaço da cidade, sempre levando-se em consideração as bases teóricas estabelecidas para as análises. Esses levantamentos pautaram-se na entrevista semiestruturada para captura de “fragmentos” das relações cotidianas dos sujeitos com o espaço vivido.

Também foi adotado o questionário quali-quantitativo, juntamente com registro fotográfico e diário de campo. Segundo Minayo (2004, p. 108), esse modelo de questionário semiestruturado “[...] combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”. Os questionários foram aplicados exclusivamente pela autora. Nas visitas à Urbis, Laranjeira e Jurema contamos com a ajuda de um acompanhante (morador próximo aos bairros) que facilitou o contato com as pessoas. Cabe ressaltar algumas dificuldades encontradas: houve pessoas que se recusaram a responder o questionário e/ou assinar o termo de consentimento; algumas alegaram não ter tempo no momento; outras reclamaram da quantidade de questões elaboradas e teve aquelas que simplesmente disseram não. Essa prática foi mais comum no Centro da cidade. Apesar das dificuldades, foi aplicado o quantitativo previsto.

Foram analisadas as variáveis relacionadas ao nível político - atuação do poder público

municipal de acordo com os interesses do Estado e questões ligadas à organização do espaço urbano. Para o levantamento de informações sobre a atuação desse nível foram realizadas duas entrevistas (Apêndices A e B) com representantes do poder público, uma com o Prefeito⁶, outra com o Secretário Municipal de Administração⁷. Esses sujeitos foram ouvidos com o intuito de apreender elementos ligados às práticas políticas e suas interferências na produção do espaço da cidade.

Quanto ao campo social, especificamente, o nível privado (do habitar) - foi realizado levantamento sobre as práticas cotidianas na perspectiva dos indivíduos e de suas trajetórias, com a aplicação de oito entrevistas (Apêndice C) pela amostragem selecionada (cinco com moradores do Centro de classe de renda relativamente mais elevada, e outras três divididas entre os bairros considerados na pesquisa); além do quantitativo de 100 questionários (Apêndice D). Tais instrumentos possibilitaram elementos importantes para reflexão sobre as práticas cotidianas reproduzidas em meio à presença e/ou ausência de muitos dos interesses econômicos e políticos que regem a produção dos espaços urbanos.

Todas essas entrevistas foram transcritas na íntegra e, apesar do trabalho cansativo, as informações provenientes das mesmas contribuíram de forma efetiva para a reflexão e análise das abordagens propostas pela pesquisa. Bem como, todos os dados contidos nos questionários foram tabulados e analisados.

O levantamento de dados no campo se deu por meio da amostra selecionada com alguns critérios de seleção para melhor atender os objetivos da pesquisa. Cabe apontar os espaços da cidade que foram considerados na análise e na aplicação dos instrumentos: como a problemática partiu da busca pela compreensão das condições de (re)produção da cidade pequena em meio às práticas cotidianas, para o levantamento dessas práticas e suas relações com a (re)produção do espaço urbano, foram considerados os espaços central e aqueles com características segmentadas espacialmente, espaços correlacionados que apresentam ambas as práticas de dominação e apropriação, dos quais os elementos presentes se assemelham e/ou distanciam.

Foram aplicados entrevistas e questionários aos sujeitos residentes no Centro da cidade e nos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema (considerados nesta pesquisa os espaços representados por aquilo que lhes faltam e que sofrem representações estigmatizadas).

Quanto ao perfil dos sujeitos com os quais levantamos dados a respeito das práticas

⁶ Entrevista realizada com o Sr. Rozálio Souza da Hora, era o prefeito de São Felipe até o momento em que a entrevista foi realizada (21 de fevereiro de 2019), mas renunciou ao cargo no dia 13 de agosto de 2019.

⁷ Entrevista realizada com o Sr. Álvaro Neiva, era o atual Secretário Municipal de Administração de São Felipe na data em que a entrevista foi realizada (26 de fevereiro de 2019). Mas, devido a mudanças administrativas na gestão, atualmente, ele atua como Secretário Municipal de Saúde.

cotidianas de sociabilidade correspondentes ao nível do habitar, delimitou-se a amostra em um universo conforme o quadro de perfil dividido por grupo de jovens, adultos e idosos. O perfil de jovens entre 18 e 24 anos em idade de formação; os adultos de 25 a 59 anos; e idosos a partir de 60 anos.

A população urbana residente apenas na sede é de 9.517 habitantes. Com isso, foram considerados os dados do último censo do IBGE (2010), o qual apresenta que a população urbana é composta por 17,4% correspondes à população jovem entre 15 a 24 anos; população adulta de 25 a 59 anos apresenta-se dentro da porcentagem de 46,4%; e 12,6% representam os idosos com 60 anos ou mais. Desse modo, somando a porcentagem desses grupos selecionados na análise desta pesquisa, totaliza 76,4%. Logo, 76,4% da população da sede de 9.517 vão representar aproximadamente 7.271 pessoas.

Para definição do tamanho da amostra foram adotados procedimentos estatísticos para minimização do erro amostral da pesquisa, principalmente, por se tratar de uma população grande (7.271 pessoas), e seria praticamente impossível aplicar os questionários a todo esse quantitativo. Por isso, foi adotado 0,10% como parâmetro para o erro amostral tolerável, que resultou em uma amostra de 98,64 pessoas (nesta pesquisa foi arredondada para 100 pessoas com as quais foram aplicados os questionários). Para tanto, foi-se em busca dessas pessoas em seus domicílios (dividido em 50% para cada área, ou seja, 50 questionários no Centro e 50 questionários divididos entre o Bairro Urbis, Loteamento Laranjeira e Jurema).

O cálculo da amostra foi realizado conforme a equação adotada por Triola (1998), com base na fórmula $n = N.n_0 / N + n_0$. Onde, (n) = tamanho mínimo da amostra; (N) = tamanho da população e (n₀) = aproximação inicial do tamanho da amostra (erro amostral tolerável). No qual, para calcular o erro amostral tolerável foi utilizado a seguinte equação: $n_0 = 1/E^2$, onde (E) corresponde ao erro amostral tolerável. Desse modo a fórmula para realização do cálculo foi: $N.n_0 / N + n_0$. Então, $n_0 = 1/E^2 = 1/(0,10)^2 = 1/0,01=100$, logo: $n= N.n_0 / N + n_0 = 7271. 100 / 7271 + 100 = 727.100 / 7.371 = 98.64$ (pessoas).

A sistematização das informações e análise dos resultados coletados em campo foram realizadas por meio da observação e interpretação dos dados de acordo com a realidade e a fundamentação teórica adotada nesta pesquisa. Foram produzidos quadros de informações sobre os diários de campo, correlacionados aos objetivos específicos da pesquisa; elaboradas tabelas e gráficos no programa Microsoft Office Excel, e análise dos dados referentes aos aspectos socioeconômicos; e confeccionados mapas com a utilização do *MapView8* e do *CorelDraw*, para finalização e edição dos mapas temáticos.

A interpretação do conteúdo da pesquisa se deu por meio de reflexões baseadas no

método dialético de base materialista que possibilitaram abstrações teóricas importantes para compreensão do objeto de estudo. Conforme aponta Seabra (2001, p. 94), “a pesquisa, o conhecimento geográfico tem que estar situados entre aquilo que se concebe e aquilo que se realiza, tem que revelar os encontros e sobretudo, os desencontros [...]”. Daí a importância de apreender o movimento contraditório (processo) entre as formas e conteúdos reproduzidos pelas práticas sociais no espaço urbano para além da simples descrição dos processos parciais. Como afirma Lefebvre (1995, p. 131), por meio da dialética do conhecimento deve apreender esses “[...] dois momentos intimamente opostos e complementares: a redução do conteúdo (abstração) e o retorno para o concreto”.

Desse modo, Lefebvre propõe uma abordagem do método dialético como movimento analítico “regressivo-progressivo”, no qual acredita que o presente não esclarece o real, por isso faz a regressão, na procura por encontrar o marco da mudança, bem como pensar as possibilidades possíveis diante de uma dada realidade. Apresenta três momentos complementares na investigação “o descritivo, o analítico-regressivo e o histórico-genético”: o primeiro momento do método se dá pela observação inicial do objeto de estudo, por meio do uso de técnicas que possam ajudar na descrição crítica do fenômeno. O segundo, momento analítico-regressivo, parte da análise da realidade descrita de forma mais ampla, deverão ser consideradas as contradições e as possibilidades. E o terceiro momento previsto pelo método é o histórico-genético ou regressivo-progressivo, o reencontro com o presente já descrito, para retomar as modificações apresentadas pela estrutura e suas relações com o espaço e o tempo (ORTIGOZA, 2010).

De acordo com Ortigoza (2010), esse método foi proposto por Lefebvre como uma alternativa aos estudos de sociologia rural, formulado em seu livro “Do rural ao urbano”. Mas, pela sua riqueza, mostrou-se adaptável para diversas áreas das ciências sociais, inclusive para a área da Geografia Urbana. Para tanto, o método “regressivo-progressivo” pode ser considerado como possibilidade interpretativa das contradições espaciais em suas diferentes temporalidades, uma vez que “[...] o salto dialético implica, simultaneamente, a continuidade (o movimento profundo que continua) e a descontinuidade (o aparecimento do novo, o fim do antigo)” (LEFEBVRE, 1995, p. 239).

Nesse contexto, parte-se do entendimento que o método é um “[...] instrumento intelectual e racional que possibilita a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação” (SPOSITO, E. 2004, p. 23). A opção pela abordagem do método dialético é que o mesmo possibilita buscar a essência do objeto de pesquisa, com reflexões acerca de suas

contradições e possibilidades no processo de mediação no/do espaço-tempo, uma vez que a história é apreendida na aceção de processo, contradição e superação. “[...] fornece leis que são supremamente objetivas, sendo ao mesmo tempo leis do real e leis do pensamento, isto é, leis de todo movimento, tanto no real quanto no pensamento” (LEFEBVRE, 1995, p. 236).

A interpretação dialética está ligada à incorporação reflexiva sobre os dados contraditórios, centrada na dinâmica das relações sociais com o objeto. Portanto, o objeto não pode ser apenas um “constructo mental”, ao contrário, deve ser uma existência concreta, uma produção real a ser reproduzida socialmente em meio ao processo de reprodução socioespacial (MORAES; COSTA, 1987).

Para atingir os objetivos propostos, o texto está organizado em três capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais.

O primeiro capítulo apresenta o arcabouço teórico da pesquisa, com base no debate da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre, pela qual realiza-se um esforço teórico-metodológico para pensar a cidade e o urbano, e suas implicações ao nível da cidade pequena.

No capítulo dois apresenta-se a discussão sobre a produção do espaço urbano de São Felipe, articulada à análise teórico-metodológica das relações de (re)produção do espaço da cidade pequena. Na primeira parte, trata-se da contextualização sobre a produção do espaço da cidade de São Felipe. Em seguida, aborda-se algumas reflexões teórico-metodológicas a respeito da cidade pequena. E na terceira parte, é discutido alguns aspectos das mudanças no tecido social e urbano de São Felipe.

No terceiro e último capítulo, realizou-se a análise das práticas cotidianas reproduzidas na dimensão do vivido, ao mesmo tempo imbricadas pelas representações do espaço e o espaço percebido na cidade de São Felipe. Dividido em três tópicos, o primeiro trata-se da abordagem do cotidiano em termos mais amplos até traçar algumas significações das práticas espaciais reproduzidas em São Felipe. O segundo tópico discute as relações de sociabilidade e apropriação do espaço. E a terceira e última parte apresenta reflexões sobre as práticas do habitar e do lazer em São Felipe como possibilidade para se pensar no direito à cidade.

2 REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Neste capítulo apresenta-se um debate sobre a produção do espaço com base na teoria lefebvriana, a qual compreende o espaço como produto social que contém as relações sociais de reprodução. As análises estão pautadas em reflexões críticas a respeito da cidade e do urbano, para contextualização da problemática urbana, com o intuito de se chegar ao desafio de entendimento do campo da abstração teórica para a análise da realidade empírica da (re)produção do espaço em São Felipe. Desse modo, as discussões a respeito da produção do espaço devem considerar os processos de (re)produção das relações sociais que dão conteúdos às formas espaciais urbanas.

2.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE E O URBANO

Para entendimento da dinâmica de (re)produção da cidade é preciso pensar a problemática do espaço como produto da sociedade, das relações sociais que o produzem por meio das formas espaciais. Na forma urbana é possível compreender o movimento dessa produção do espaço por intermédio da apreciação do processo de formação da cidade, sua historicidade presente nas formas construídas e codificadas nas práticas sociais que acabam por reproduzir o sentido do espaço, a condição de produto e produtor das relações humanas.

Considera-se, assim, as proposições de Lefebvre (2013) sobre o espaço social como produto social e que ao mesmo tempo contém as relações sociais de reprodução. E é por meio das relações sociais que o espaço é reproduzido como condição e meio para a realização da vida em diferentes esferas. Isso porque “o espaço, enquanto forma, é um código que permite reproduzir e viver” [...]. E “não existem práticas sociais sem as correspondentes espacialidades” (ARAÚJO, 2010, p. 25).

Nesse sentido, para Lefebvre (2008), o espaço deve ser interpretado de modo dialético pelas relações sociais de produção e suas significações dadas às formas espaciais; o conteúdo do espaço, para além da análise das partes, dos recortes e fragmentos estruturais. Considera a produção além da ideia restrita de fabricação de coisas, do espaço como instrumento de consumo e construtor de produtos, por muito tempo ligado a noção cartesiana de espaço geométrico da linguagem matemática, o meio vazio como “objeto diante dos sujeitos”. Assim, passa a refletir sobre a produção como “criação de obras (tempos e espaços incluídos) pelos e para os homens nas e pelas quais possam realizar e reconhecer a trajetória de formação do humano” (LEFEBVRE, 2008, p. 08). Desse modo, a produção constitui um corpo social

vinculado às interações entre sujeito e objeto em suas especificidades de relações e modos de produção.

Como propósito da obra “A produção do espaço” Lefebvre (2013) apresenta uma visão crítica profunda sobre a complexidade do conceito de espaço e seu processo de (re)produção por meio das relações sociais que se estruturam espacialmente. No início de sua abordagem, o autor faz uma analogia às controversas ideológicas que mascaram as relações sociais que ocorrem no espaço, mediadas pelas dimensões mental, físico e social, e traz para a reflexão espacial da sociedade a passagem das influências da filosofia à ciência do espaço.

Nessa perspectiva, Lefebvre (2013, p. 80) visa mostrar a produção do espaço reunindo os diversos espaços e as modalidades de sua gênese numa teoria, “[...] el espacio en su totalidad — mental, físico y social [...]”⁸ inerentes às formas, significativo de conteúdos. Sendo esse o espaço social como produto e produtor das relações sociais, que contém os lugares apropriados pelas práticas sociais de reprodução das necessidades biológicas e as relações de produção — divisão do trabalho e sua organização, as funções sociais hierarquizadas.

Tal abordagem sobre a teoria da produção do espaço parte de início dos “campos” que se dão separadamente, “[...], del *físico*, la naturaleza, el Cosmos; a continuación, del *mental* (incluida la abstracción formal y la lógica); y por último, del *social*”⁹ (LEFEBVRE, 2013, p. 72). Nesse sentido, no espaço impera uma ordem “sócio-lógica”, mediada pelo conhecimento lógico concebido e projetado, além do espaço da prática espacial (social) que se percebe no espaço em direção ao habitar, o vivido. Logo, “o espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo [...]” (SCHMID, 2012, p. 102).

Dessa maneira, o espaço envolve o emprego de tempos, a historicidade das formas carregadas de significados pelas relações sociais realizadas no espaço-tempo, do presente em função do passado e como possibilidade para se pensar o futuro na construção da história em meio às contradições da produção do espaço (CARLOS, 2001b). Para Lefebvre (2013),

Sería éste un espacio abstracto? Sí, pero también un espacio «real», como la mercancía y el dinero, abstracciones concretas. Sería un espacio concreto? Sí, sin duda, pero no del mismo modo que un objeto, que un producto cualquiera. Se trata de un espacio instrumental? Con toda seguridad, pero al igual que el conocimiento, desborda la instrumentalidad. Se reduce a una proyección, a una «objetivación» de un saber? Sí y no: el saber objetivado en un producto ya no coincide con el conocimiento teórico. El espacio contiene relaciones

⁸ “[...] o espaço na sua totalidade – mental, físico e social [...]” (Tradução nossa).

⁹ “[...] do físico, a natureza, o Cosmos; para continuação, do mental (incluídas a abstração formal e a lógica); e por último, do social” (Tradução nossa).

sociales y es preciso saber cuáles, cómo y por qué? [...] (LEFEBVRE, 2013, p. 86)¹⁰.

Desse modo, para entendimento da produção do espaço é preciso considerar o seu caráter social, a dinâmica das relações humanas com suas particularidades, contradições e possibilidades, que o produz e (re)produz. O espaço envolve reflexões do campo da abstração à realidade, do espaço concebido pelas representações sociais ao espaço vivido, da subjetividade do discurso à objetividade da vida real – mediados pelo espaço percebido –, das práticas espaciais criadas e recriadas pelas relações sociais. Nesse sentido, Lefebvre (2008) compreende o espaço como produto da sociedade, como instrumento político intencionalmente manipulado, como meio de produção, de controle, de dominação e apropriação social.

Lefebvre (2013) discorre sobre a teoria da produção do espaço e considera três dimensões dialéticas indissociáveis: o espaço percebido (prática espacial), a representação do espaço (concebido) e o espaço de representação (vivido), como dimensões da reprodução social que se estabelecem por meio dos significantes e significados atribuídos à produção do espaço. O espaço percebido é aquele produzido pela prática espacial; enquanto o espaço concebido é projetado pelos urbanistas, visão dos planejadores, técnicos e concepções generalizadas no senso comum; e da mediação entre ambos reproduz-se o espaço vivido, dos significados incorporados à própria reprodução da vida e suas relações experienciadas cotidianamente. Nas palavras do autor,

(a) *La práctica espacial*, que engloba producción y reproducción, lugares específicos y conjuntos espaciales propios de cada formación social; practica que asegura la continuidad en el seno de una relativa cohesión. Por lo que concierne al espacio social y a la relación con el espacio de cada miembro de una sociedad determinada, esta cohesión implica a la vez un nivel de *competencia* y un grado específico de *performance*. (b) *Las representaciones del espacio*, que se vinculan a las relaciones de producción, al «orden» que imponen y, de ese modo, a los conocimientos, signos, códigos y relaciones «frontales». (c) *Los espacios de representación*, que expresan (con o sin codificación) simbolismos complejos ligados al lado clandestino y subterráneo de la vida social, pero también al arte (que eventualmente podría definirse no como código del espacio, sino como código de los espacios de representación) (LEFEBVRE, 2013, p. 92)¹¹.

¹⁰ Esse espaço seria abstrato? Sim, mas ele também é “real”, como a mercadoria e o dinheiro, essas abstrações concretas. Ele seria concreto? Sim, mas não da mesma maneira que um objeto, um produto qualquer. Ele é instrumental? Decerto, mas, como o conhecimento, ele transcende a instrumentalidade. Ele seria redutível a uma projeção – a uma “objetivação” do saber? Sim e não: o saber objetivado num produto não coincide mais com o conhecimento teórico. O espaço contém relações sociais e é preciso saber quais, como e por quê? [...] Tradução com base no texto na versão em português não publicada: LEFEBVRE, Henri. (1974). **A produção do Espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sergio Martins, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

¹¹ a) A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade ao seu espaço, ao mesmo tempo uma

Essa tríade proposta por Lefebvre pode ser interpretada de outra forma. Pelas dimensões tridimensionais da linguagem (sintagmática, paradigmática e simbólica), referentes às significações filosóficas com relação à produção do espaço.

A dimensão sintagmática corresponde à prática espacial, ligada à sistematização de códigos operacionais que regulam os percursos dos indivíduos na vida em sociedade. Logo, “[...] a predominância do sintagmático traduz-se na ideologia do consumo: a felicidade e a satisfação – a saturação – identificam-se” (LEFEBVRE, 1966, p. 262). E, segundo o autor, manifesta-se uma tendência para privilegiar essa dimensão na sociedade contemporânea, “[...] por causas essenciais: a tecnicidade, as máquinas, a cibernética, a teoria da informação. Com a ideologia que a elas se junta: culto da técnica, operacionalismo, redução efectiva (prática) do ser humano à dimensão mais manejável tecnicamente [...]” (LEFEBVRE, 1966, p. 254).

A dimensão paradigmática está relacionada ao espaço concebido. Das representações sociais projetadas no espaço que fazem “a referência não a objetos mas a oposições tematizadas, cujos termos significam uns em relação aos outros e formam um conjunto (o eu e o outro, o benéfico e o maléfico, o próximo e o distante, etc)” (LEFEBVRE, 1966, p. 263).

A dimensão simbólica revela o sentido das relações sociais reproduzidas no espaço vivido. Estaria ligada “a continuidade fundamental, considerada [...] como “ontológica” ou “existencial”. Sob o adquirido, o acumulado, a memória, [...] um certo imaginário, com os seus pontos de ligação afectivos” (LEFEBVRE, 1966, p. 263). Tais elementos relacionam-se as experiências vivenciadas pelos indivíduos, seus desejos e ideologias incorporados ao conteúdo da forma “prático-sensível”.

Nesse contexto, a compreensão das dimensões de análise sobre o espaço percebido e o espaço concebido se concretiza na dimensão do espaço vivido, o espaço de representação do real, das contradições das representações e práticas espaciais experienciadas cotidianamente. De acordo com Martins (2010, p. 56), o vivido em Lefebvre é visto como “[...] a fonte das contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos, nos momentos de criação”.

Portanto, é o espaço onde se encontram as pessoas com suas práticas cotidianas, o lugar de reprodução da vida estabelecida pelas relações de proximidades. É o espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, ou melhor, dos “usadores”. Espaço das realizações e

competência certa e uma certa performance. b) As representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”. c) Os espaços de representação, apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, (que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação). Tradução com base no texto na versão em português não publicada: LEFEBVRE, Henri. (1974). **A produção do Espaço**. Traduzido por Doralice Barros Pereira e Sergio Martins, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

possibilidades, daqueles que podem subverter uma ordem imposta por meio das práticas cotidianas que ganham novos sentidos (LEFEBVRE, 2013).

Los espacios de representación, vividos más que concebidos, no se someten jamás a las reglas de la coherencia, ni tampoco a las de la cohesión. Penetrados por el imaginario y el simbolismo, la historia constituye su fuente, la historia de cada pueblo y la de cada individuo perteneciente a este. [...]. El espacio de representación se vive, se habla; tiene un núcleo o centro afectivo: el Ego, el lecho, el dormitorio, la vivienda o la casa; o la plaza, la iglesia, el cementerio. Contiene los lugares de la pasión y de la acción, los de las situaciones vividas y, por consiguiente, implica inmediatamente al tiempo. De ese modo es posible asignarle diferentes calificaciones: puede ser direccional, situacional o relacional en la medida en que es esencialmente cualitativo, fluido y dinámico (LEFEBVRE, 2013, p. 100)¹².

Consequentemente, trata-se da dimensão simbólica do espaço. Esse espaço “[...] significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana” (SCHMID, 2012, p. 102). Todavia, nesse espaço-tempo vivido as contradições não se realizam sem lutas e conflitos, nele concretizam-se as relações sociais e é em função delas que se criam as representações do espaço e as práticas espaciais.

Já o espaço percebido estaria ligado à forma como “[...] *La práctica espacial* de una sociedad secreta su espacio; lo postula y lo supone en una interacción dialéctica; lo produce lenta y serenamente dominándolo y apropiándose de él. Desde el punto de vista analítico, [...] se descubre al descifrar su espacio (LEFEBVRE, 2013, p. 97)¹³. Associa-se assim à experiência material, o emprego do tempo e a subjetividade das práticas que englobam tanto a produção como a reprodução social.

Todavia, o espaço concebido se relaciona ao imaginário social (mental) dos pensamentos construídos ideologicamente para representar uma dada realidade (espaços ou grupos de pessoas) de maneira abstrata, sem pensar o todo. Compreende o nível hierárquico daqueles que pensam e/ou planejam o espaço, com tendência a “planificação espacial”,

¹² Os espaços de representação, vividos mais que concebidos, não constroem jamais à coerência, não mais que à coesão. Penetrados de imaginário e de simbolismo, eles têm por origem a história, de um povo e a de cada indivíduo pertencente a esse povo. [...]. O espaço de representação se vê, se fala; ele tem um núcleo ou centro afetivo, o Ego, a cama, o quarto, a moradia ou a casa; - a praça, a igreja, o cemitério. Ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas, portanto, implica imediatamente o tempo. De sorte que ele pode receber diversas qualificações: o direccional, o situacional, o relacional, porque ele é essencialmente qualitativo, fluido, dinamizado. Tradução com base no texto na versão em português não publicada: LEFEBVRE, Henri. (1974). **A produção do Espaço**. Traduzido por Doralice Barros Pereira e Sergio Martins, Belo Horizonte: UFMG, 2000.

¹³ “[...] a prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela propõe e o supõe uma interação dialética; ela o produz lenta e serenamente, dominando-o e dele se apropriando. Desse ponto de vista analítico, [...] se descobre decifrando seu espaço” (Tradução nossa).

atendendo a projeção de representações que acabam por dar uma finalidade a esse espaço dominante na sociedade, sobretudo, por influência das lógicas capitalistas de produção que se apropriam de todo e qualquer espaço, como garantia da reprodução do capital. Como afirma Lefebvre,

[...]. As *contradições do espaço* não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista. Com efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. Ele parece lógico e é absurdamente recortado. Essas contradições explodem no plano institucional. [...]. Existem conflitos inevitáveis [...] entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado e vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais dos mercadores de espaço (LEFEBVRE, 2008, p. 56-57).

Assim, nas palavras do autor, o espaço compõe um sentido ideológico e político, marcado por estratégias racionalizadas e funcionais que são institucionalizadas espacialmente. O espaço dos especialistas urbanistas (engenheiros, arquitetos), políticos, planejadores urbanos que criam signos e códigos de ordenação, fragmentam e restringem o espaço. Lefebvre (2008, p. 61-62, grifo do autor) deixa claro que o espaço “[...] não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. [...]. Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua forma pura, tal como o constatamos, é um produto social”.

Nesse sentido, Lefebvre (2008) considera a problemática do espaço como condição essencial para compreensão da realidade urbana, e levanta quatro hipóteses a respeito do espaço. A primeira considera o espaço como uma forma pura, transparente e inteligível, representado pelo espaço matemático e filosófico. Todavia, essa hipótese reduz o espaço à abstração da realidade e acaba por liquidar o movimento do tempo histórico e vivido, o que resulta na lógica formal de concepção do espaço arquitetural.

Na segunda hipótese, o autor apresenta o espaço social como produto da sociedade. O seu entendimento parte da constatação empírica antes da teorização. Há um discurso da coerência do espaço historicamente construído pelas relações de trabalho e da divisão do trabalho, contudo, o espaço é caracterizado pela objetivação do social e do mental.

Na terceira hipótese, o espaço é pensado como “funcional-instrumental”, um instrumento político intencional e manipulado por relações de poder, que pensam o espaço como projeto vinculado à reprodução da força de trabalho pelo consumo, as lógicas da

sociedade capitalista. Para Lefebvre (2008, p. 45), “[...] nessa hipótese, a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada”.

A quarta hipótese proposta por Lefebvre (2008) é de que o espaço estaria diretamente associado à reprodução das relações sociais de produção, com uma análise mais profunda sobre o processo de produção e reprodução do espaço em função das relações sociais, das atividades produtivas dos sujeitos que se reproduzem socialmente, ao mesmo tempo em que criam novos espaços. Nessa hipótese, “[...] não há espaço absoluto, seja vazio, seja pleno, a não ser para o pensamento filosófico-matemático. O espaço mental e social é um espaço específico [...]. É uma modalidade da produção numa sociedade determinada, no seio da qual contradições e conflitos se manifestam” (LEFEBVRE, 2008, p. 56).

Com base nessas perspectivas de análise sobre o espaço, propostas por Lefebvre (2008), pode-se considerar que o conceito de espaço apresenta diferentes interpretações e significados, a depender das formas de uso e dos interesses que lhes são impostos socialmente. Como aponta Damiani (2001), as contradições do espaço se acentuam e são marcadas por lógicas e estratégias delimitadas formalmente, mascaradas pelas ações do planejamento, da informação e deterioração da dialética do tempo e, com isso, acabam por dificultar o entendimento da dialética do espaço.

Para tanto, Lefebvre avança nas discussões sobre o espaço social com suas contribuições importantes para compreender a realidade espacial, essencialmente, ligada a dinâmica das relações sociais que o produz e (re)produz socialmente. Sua teoria sobre a produção do espaço ganhou destaque em diferentes áreas das Ciências Sociais, especificamente, a Geografia, que avançou nos estudos e leitura do espaço, por muito tempo pensado apenas como forma ou suporte da sociedade, para a análise crítica do espaço como dimensão essencial à reprodução social. Como aponta Damiani (2001, p. 54), é necessário desvendar a dialética espacial por meio do conhecimento capaz de localizar e transcender a lógica formal. “Assim, decifrar os conteúdos complexos do espaço social exige que [...]”,

1º) decifre-se o espaço social reduzido ao espaço “puro”, frio, como estratégia, reduzindo seus conteúdos. Mediação perturbadora, impedindo a vida, o sentido da vida; 2º) compreenda-se que os conteúdos mais amplos não são resultados de um pensador e de sua boa vontade particular, numa versão metafísica e idealista do conhecimento, mas o reconhecimento de que há conteúdos adversos à forma predominante, e eles são reais, frutos de resíduos de ações individuais e coletivas. O pensamento pode ser crítico porque o real não é, estritamente, o existente, mas também as possibilidades futuras, os atos insurgentes (DAMIANI, 2001, p. 54).

Nesse contexto, é preciso superar o pensamento do espaço visto apenas pela lógica formal, uma vez que a forma espacial produzida pela prática social acaba por reproduzir e potencializar as práticas socioespaciais, capazes de revelar as contradições do espaço. Tais relações remetem ao processo de produção do espaço, no qual “o fio condutor da análise reside na tese segundo a qual, ao produzir sua vida (sua história, a realidade), a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico” (CARLOS, 2001a, p. 62).

Com isso, é importante considerar a produção do espaço não apenas como condição para o processo de (re)produção do capital, mas, também, como necessidade para reprodução da vida em sociedade. Carlos (2001a) ressalta essa importância de analisar tais contradições, emergentes do conflito entre as necessidades do capital e as necessidades da sociedade como um todo. Quando escreve acerca do significado da produção em sentido amplo, a autora esclarece: “[...] o *stritu sensu*, que se refere à produção de bens e mercadorias, e o *latu sensu*, que se liga à ideia de que o que se produz também são relações sociais, uma ideologia, uma cultura, valores, costumes, etc [...]” (CARLOS, 2001a, p. 63. Grifo da autora).

Portanto, a produção do espaço se realiza por contradições, ampliadas principalmente, com relação às lógicas de reprodução do capital. Produção dos espaços de consumo, ao mesmo tempo, consumo do espaço, como condições para se reproduzir. A materialidade objetiva, criação de objetos, mercadorias e produção do espaço para reprodução social, carregada também de subjetividade, presente na linguagem e representação do mundo da mercadoria (LEFEBVRE, 1991a). Para Smith (1988), essas relações espaciais são geradas “logicamente” e tornam-se “dialecizadas” mediante a atividade humana no espaço e sobre ele. O espaço “dialecizado” de conflitos, produtor de múltiplas contradições.

Nessa perspectiva, Lefebvre (2013) ressalta que cada sociedade produz seu espaço (social). A cidade na sociedade capitalista se desenvolve pelo processo de urbanização com características contraditórias do sistema político, social e econômico que a constitui. Passa a ser moldada pelas relações e lógicas do espaço presente, assume novas relações sociais que se modificam e/ou (re)produzem novas formas urbanas, marcada por uma historicidade contínua no espaço-tempo. Para o autor, até início do capitalismo, a cidade era muito mais obra do que produto, porque a terra urbana e rural ainda não tinha se transformado em mercadoria.

A cidade é a dimensão mais concreta para compreensão das contradições do espaço, pois nela se realizam todas as formas de interesses e necessidades sociais e de reprodução do capital. “A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho [...]”, objetos, atividades e situações, produtos, produtores e obras. Ela centraliza as criações e os signos do urbano, “[...] das coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto,

calçada etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes etc.)” (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

Mediante as proposições de Lefebvre, a cidade é a forma espacial que permite o urbano. Ela se realiza como espaço social por meio da reprodução das práticas espaciais como forma de uso desse espaço. Como afirma Sposito (2001, p. 87), “o conjunto de formas produzidas não resulta da justaposição de vias, construções, espaços públicos e privados. São as relações entre o desenho das vias, o parcelamento do solo e os espaços construídos, que devem, primeiramente, ser observadas [...]”.

Essas relações contribuem para a compreensão dos processos que definem essa materialidade, os usos e não usos que definem seu conteúdo, os fluxos que se estabelecem entre diferentes áreas e pontos do espaço ocupado, e as formas como a sociedade, às vezes contraditoriamente, apropria-se e constrói suas representações desse espaço (SPOSITO, 2001, p. 87).

Nesse sentido, Sposito aponta a necessidade de compreender a cidade para além de sua morfologia, com reflexões e análises mais profundas sobre os elementos e processos que definem sua espacialidade. Na perspectiva de entendimento de Lefebvre (1991a), a cidade é o lugar onde se produzem as obras diversas, das necessidades de reprodução social ao espaço que concentra as funções ligadas à distribuição e ao consumo dos bens produzidos. Apresenta assim diferentes significados e significações envolvidos pela representação do espaço urbano produzido pelas relações sociais capitalistas, fragmentado e homogêneo, preponderantemente abstrato e instrumental. Cabe à reflexão do urbano como mediação do modo de vida na cidade.

De acordo com Lefebvre (1991a), o ponto de partida para entender os conceitos de cidade e urbano é distingui-los em sua essência, relação entre forma e conteúdo. A distinção entre a morfologia material da morfologia social, respectivamente, pensar a cidade como “[...] realidade presente, imediata, dado prático-sensível, arquitetônico [...] e o urbano como [...] realidade social composta de relações a serem concebidas, construídas ou reconstruídas pelo pensamento” (LEFEBVRE, 1991a, p. 49). Como exemplifica o autor,

[...]. O urbano se distingue da cidade precisamente porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade, mas ele permite reconsiderar e mesmo compreender certos aspectos dela que passaram despercebidos durante muito tempo: a centralidade, o espaço como lugar de encontro, a monumentalidade etc. O urbano, isto é, a sociedade urbana, ainda não existe e, contudo, existe virtualmente; através das contradições entre o habitat, as segregações e a centralidade urbana que é essencial à prática social, manifesta-se uma contradição plena de sentido (LEFEBVRE, 2008, 84).

Com efeito, para compreensão do espaço urbano destaca-se a necessidade da leitura de

sua dimensão social, com habilidade interpretativa para observação além da forma abstrata, do espaço visível (descrito), indo de encontro à apreensão do processo das relações socioespaciais e as possibilidades gestadas no plano da vida cotidiana. Segundo Lefebvre (2008, p. 86), a “[...] forma abstrata é a chave do concreto, da prática. É o ponto de partida para a apreensão do conteúdo”. Daí, a importância de uma leitura empírica da cidade acompanhada de reflexões mais amplas para se chegar ao entendimento dos conteúdos da forma espacial em suas diferenças. Lefebvre (2008) aponta que as constatações empíricas permitem analisar o processo e demarcar pontos importantes,

Notadamente, a segregação, a constituição de espaços periféricos e pobres permitindo a reprodução das relações de produção (que são relações de classes), essa segregação constitui uma negação teórica e prática do urbano, mas, enquanto tal, ela o revela. O caráter desértico, abandonado, das periferias urbanas é revelador. O que ele revela? Para descobri-lo e dizê-lo é preciso lê-lo. A leitura dos espaços urbanos, periféricos ou centrais, não se faz somente sobre mapas, construindo um código abstrato. Trata-se de uma leitura sintomal por excelência, e não literal (LEFEBVRE, 2008, p. 86).

Nesse sentido, de acordo com o autor, a cidade carrega em si a dimensão “prático-sensível” das mais variadas relações espaciais (re)produzidas nos espaços centrais e periféricos, sobretudo, indissociáveis e representativos de contradições. Para tanto, entender a dinâmica da cidade demanda a capacidade de apropriação do conhecimento sobre seus diferentes espaços materializados nas formas urbanas que carregam em si o sentido “oculto” das práticas espaciais e das contradições que são vividas no cotidiano (lutas pelo direito à cidade, pelas formas de expressão, pelo uso do espaço público, pelo habitar como apropriação e reconhecimento do modo de vida para além da necessidade básica de moradia etc.).

Contudo, a reflexão crítica sobre essas relações é indispensável para que se possam apreender novas leituras sobre a cidade, capazes de superar a simples concepção da divisão “centro-periferia” (como se as formas espaciais por si só representassem a dinâmica urbana). De acordo com Damiani (2001, p. 53), “[...] temos, então, que passar pela lógica formal, e encontrar a ‘história escondida na lucidez das formas’. ‘Não existe história senão num lugar e num tempo em que o movimento dialético arrasta e dissolve a lógica’”. Daí a importância de se ler as contradições do espaço urbano como possibilidades para compreensão da realidade pelo movimento da história no espaço-tempo.

Na cidade, as contradições da produção capitalista do espaço se realizam com maior potência. Conforme Martins (2001, p. 23), “[...] o capital dissolve relações de produção, transforma-as ao desenvolvê-las subordinadamente às suas tramas reprodutivas, inscrevendo-

lhes novos conteúdos e sentidos [...] o que nem sempre corresponde à criação de algo materialmente novo”. Nessa relação, pode-se pensar os espaços abstratos e espaços diferenciais, apresentados por Lefebvre (2013).

Os espaços abstratos estariam ligados à cidade planejada e planificada para o seguimento de normas como controle social, representada por estratégias de dominação e ordenação do espaço (opera uma lógica restrita elaborada geralmente por urbanistas que têm a função de pensar a cidade). E, o “espaço diferencial seria o espaço fruto da prática urbana, do modo de vida urbano, portanto, centrado na concepção de diferença, não na de homogeneidade. [...] antítese da segregação, porque se constitui em negação ao espaço homogêneo ou instrumental [...]” (ARAÚJO, 2010, p. 36).

Desse modo, a cidade também é o espaço da diversidade de relações sociais e dos diferentes espaços, que em meio à reprodução urbana se realiza como práticas sociais, capazes de divergirem seus usos com relação ao espaço abstrato, com a criação de novas práticas e sentidos ao espaço. O espaço diferencial, como aquele da ordem próxima dos sujeitos em suas lutas pela vida cotidiana, da busca pela superação das condições sociais impostas (LEFEBVRE, 2013). Para Lefebvre,

Trata-se de uma superação pela e na prática: trata-se de uma *mudança de prática social*. O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar o primeiro plano. [...] Que a realidade urbana esteja destinada aos ‘usuários’ e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos, é uma versão justa, porém enfraquecida desta verdade (LEFEBVRE, 1991a, p.128. Grifo do autor).

De alguma forma, as práticas cotidianas se realizam de acordo com as condições em que a cidade vai se reestruturando ao longo do tempo. Porém, é preciso superar o pensamento sobre a cidade apenas como *locus* dos equipamentos e infraestrutura urbana, das condições de mobilidade e acesso de bens e serviços que compõem o espaço urbano, pois, para além da morfologia urbana, há as necessidades pela atividade participativa nos espaços da cidade como bem comum de satisfação e desejo pela reprodução da vida. Com isso, o espaço social ganha sentido em sua dimensão política, marcado pelas disputas dialéticas pelos usos no espaço. Exemplo das lutas de classes, que, segundo Lefebvre (1991a), hoje, mais do que nunca, se lê no espaço, objeto de poder que configura e ordena a vida em sociedade.

Nesse contexto, a cidade é construção histórica mediada por contradições em meio ao processo de formação e transformação de suas formas “prático-sensíveis”, ligadas ao modo de produção. E o urbano aparece como virtualidade, possibilidade de movimento para além das

formas criadas e recriadas pelos processos de industrialização e urbanização das cidades (LEFEBVRE, 1999).

A produção do espaço urbano envolve condicionalidades que o hierarquiza segundo uma lógica pré-definida, seja no plano político ou econômico, mas que ao mesmo tempo se reproduzem em meio às relações de sociabilidades e apropriação, como possibilidades de transformação da realidade. Visto que “[...] há dominação pela lógica. É o espaço formal que impera. O cotidiano e o vivido lhe escapam. Ou melhor, programa-se o cotidiano. Lugares neutralizados, higiênicos e funcionais, como as avenidas, voltadas para a circulação do automóvel” (DAMIANI, 2001, p. 52).

Nesse sentido, os espaços da cidade são pensados segundo a lógica racional de organização do espaço, em meio às representações do consumo e reprodução da mercadoria que acentuam as desigualdades e camuflam a essência espacial (imperam a lógica da dominação do espaço que ocorre sutilmente, percebida como algo natural). E em meio a tais relações o sentido da apropriação como meio de reprodução da vida e possibilidades de transformação dissipa-se. “Essa situação nos remete ao conflito que se produz no espaço entre a dominação e a apropriação, ou seja, entre as tendências normativas da dominação e as tendências subversivas surgidas do uso e apropriação do espaço” (SOBARZO, 2004, p. 61).

De acordo com Lefebvre (1999), a problemática urbana anuncia-se como movimento da sociedade urbana, realidade que se apresenta no espaço-tempo como virtualidade, um percurso possível em direção ao urbano. Uma sociedade que não está plenamente desenvolvida e que para se desenvolver precisa contornar os obstáculos que a impedem. Assim, aponta Lefebvre (1991a, p. 98), “o urbano é a obsessão daqueles que vivem na carência, na pobreza, na frustração dos possíveis [...]”. O mesmo só se realizará em seu sentido mais profundo mediante a reprodução da vida com integração dos “não-participantes, dos não-integrados, daqueles que sobrevivem entre os fragmentos da sociedade possível e das ruínas do passado [...]”, que são excluídos da cidade, “às portas do urbano”.

Com base na reflexão teórico-metodológica do Lefebvre, sobre os tipos de cidade, de acordo com o contexto histórico vivenciado em cada época “[...] não há, nessa perspectiva, uma ciência da cidade (sociologia urbana, economia urbana etc.), mas um conhecimento em formação do processo global, assim como de seu fim (objetivo e sentido)” (LEFEBVRE, 1999, p. 25). Destaca-se, assim, a importância do campo teórico que possibilita um olhar atento sobre a realidade, à busca da criticidade dos fenômenos como meio de se entender o processo de (re)produção do espaço, suas condicionalidades, contradições e possibilidades.

Na perspectiva apontada por Lefebvre (1972, p. 168), a problemática da (re)produção

do espaço pressupõe o processo de continuação das relações de produção da sociedade capitalista. “[...] implica tanto a extensão como a ampliação do modo de produção e da sua base material [...]”. Na medida em que o capitalismo “[...] se estendeu a todo o mundo e subordinou a si [...] as forças produtivas antecedentes e as transformou em seu benefício [...]”, bem como constituiu novos setores de produção e dominação das relações sociais reproduzidas no cotidiano, nos tempos livres, nas áreas do conhecimento, na arte, no processo de urbanização como um todo. Nesse sentido, Carlos (2008) ressalta que o processo de (re)produção está relacionado às condições de vida da sociedade capitalista e ao mesmo tempo determinado por ela. Daí a necessidade de apreender a (re)produção do espaço pautada no movimento da realidade para que se chegue ao conteúdo desse processo e sua significância na vida cotidiana.

Diante desses pressupostos teóricos, o estudo da produção do espaço urbano possibilita novas acepções sobre o processo de (re)produção da cidade, o desvendar das contradições, mediações e possibilidades em função das relações espaciais e práticas de apropriação e de uso. Possibilita entender as dinâmicas conjunturais e estruturais que permeiam a produção espacial, capazes de revelar os resíduos e peculiaridades imbricados no cotidiano do espaço apropriado. De acordo com Carlos (2001b), a produção do espaço da cidade se realiza por meio das formas espaço-tempo indissociáveis, como acumulação de tempos e possibilidade sempre renovada para realização da vida.

Nessa perspectiva, parte-se das reflexões teóricas apontadas como caminho possível para traçar interpretações a propósito de São Felipe, relacionada à outra dimensão de cidade, mas que se encontra articulada ao mesmo processo de produção e (re)produção da sociedade urbana. O diferencial encontra-se no modo como esse espaço urbano se reproduz, quais conteúdos estão presentes em seu cotidiano e como as práticas espaciais se realizam. De modo a apreender as particularidades e contradições da produção do espaço na cidade pequena, sem perder de vista as transgressões realizadas pelas práticas cotidianas e pelo vivido.

Portanto, a leitura crítica sobre a problemática urbana torna-se imprescindível para compreensão das relações de produção e reprodução do espaço da cidade contemporânea. Assim, aponta-se a discussão sobre a (re)produção do espaço na cidade pequena como alternativa para novas reflexões a respeito da apropriação da vida urbana. Conforme entende Endlich (2006, p. 33), trata-se de compreender as cidades pequenas na perspectiva da sociedade urbana como parte de um “vir-a-ser” e suas possibilidades de transformação da realidade socioespacial. Destarte, “a realidade não traz só o problema, traz também a solução”.

3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE DE SÃO FELIPE

Refletir sobre a produção do espaço urbano no que diz respeito às transformações da sociedade contemporânea torna-se um exercício complexo, sobretudo, necessário para pensar a cidade teórica e empiricamente como movimento de análise e compreensão da realidade. A problematização da teoria da produção do espaço no campo de análise da cidade pequena é o desafio que se apresenta nesta pesquisa, a fim de contribuir com reflexões teórico-metodológicas a propósito da produção do espaço urbano de São Felipe.

A finalidade deste tópico do texto dissertativo é perscrutar o processo de (re)produção do espaço na cidade de São Felipe, com o fito de contribuir com interpretação crítica a respeito da produção do urbano numa cidade pequena. Para tanto, utiliza-se da leitura do método lefebvriano “regressivo-progressivo” como possibilidade crítica de interpretação da cidade, problematização e reflexão das contradições históricas reproduzidas no espaço-tempo.

Parte-se, assim, do entendimento da cidade como produto social historicamente reproduzido pelas relações socioespaciais, interação das práticas espaciais com o processo de centralidade e espacialização das formas materializadas. É o espaço “prático-sensível”, conforme Lefebvre (2013), mediação da práxis ressignificada por um conjunto de relações e conteúdos sociais. Simultaneamente, é uma estrutura social e material. Desse modo, é importante considerar a historicidade das atividades sociais, a articulação entre tempos históricos (o passado, o presente e o possível), como possibilidade de compreensão do real, sem deixar de considerar a virtualidade do movimento de “transdução” (reflexão sobre o objeto possível) (LEFEBVRE, 1999). Como consequência desse modo de ver e pensar o espaço da cidade busca-se contextualizar São Felipe.

Segundo dados do IBGE (1958), São Felipe¹⁴ começa a se formar em 1678, com a ocupação das terras pelos primeiros colonizadores, os irmãos Tiago e Felipe Dias Gato, parentes próximos de Bartolomeu Gato, renomado fazendeiro de Maragogipe. Em função das plantações cultivadas e da concentração de pessoas que começaram a ocupar essa região, deu-se início a construção das primeiras moradias que deram origem ao povoado, e em 1681 foi edificada uma capela sob a invocação dos apóstolos São Filipe e São Tiago que se tornaram padroeiros dessa localidade.

¹⁴ Houve mudança na grafia do nome do município. Segundo informações do IBGE (2010), pelo decreto-lei estadual nº 141, de 31-12-1943 e 12978, de 01-06-1944, o município de São Felipe passou a grafar São Filipe. Inclusive nos Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970 o nome está escrito com a grafia “i”. Porém, com a divisão territorial que passou a constituir dois distritos São Felipe e Caraípe, datada de 1-I-1979, o município volta a ser grafado São Felipe, segundo recomendação da Academia Brasileira de Letra.

Desde então, devido ao cultivo de lavouras de mandioca, fumo, cana-de-açúcar etc., o pequeno povoado passou a ser chamado de São Felipe das Roças, haja vista que a atividade fundamental à sua economia sempre girou em torno da agricultura, com destaque para a plantação de mandioca. Posteriormente, essa localidade foi denominada São Felipe das Cabeceiras. Talvez, a referência ocorra devido à proximidade com as cabeceiras do Rio Copioba (IBGE, 1958)¹⁵.

Como parte da freguesia de Maragogipe, criada em 1698, São Felipe foi crescendo até que foi elevada à freguesia em setembro de 1718, sob o governo de D. João V. A elevação à categoria de vila se deu com base na Lei nº 1.952, em 29 de maio de 1880, com a criação do município, desmembrado de Maragogipe. Por conseguinte, a sede foi elevada à categoria de cidade, fato que ocorreu em 30 de março de 1938. Administrativamente, São Felipe era composto pelos distritos Dom Macedo Costa¹⁶, São Felipe (sede) e Caraípe, conforme Lei nº 628 de 30 de dezembro de 1953 (IBGE, 1958). Contudo, atualmente, apenas a Vila Caraípe permanece como distrito de São Felipe.

A cidade de São Felipe se expandiu em torno da Igreja Matriz, historicamente representada como o espaço inicial do processo de formação da cidade e onde se constitui o Centro. Esse processo não é exclusivo de São Felipe. Como afirma Deffontaines, (2004, p. 132), “[...] a cidade nascente é essencialmente uma igreja e uma praça. A igreja serve de lugar de atração a toda a população, muito ligada, a uma religião de cerimônia e de rituais [...]”.

Conforme Sobarzo (2004, p. 32), no início da formação das cidades e da vida “urbana” brasileira, a Igreja teve significativa importância para a concentração social ao seu entrono, principalmente, por representar a edificação de maior destaque no período colonial, além de exercer função intermediária para o “[...] acesso às terras do povoado, pelo menos até o momento da instauração da autonomia municipal com a criação da vila”. Todavia,

Esse papel de destaque foi diminuindo com o passar do tempo e o processo de secularização consolidou-se no século XIX. A secularização entendida como a perda relativa da importância de instâncias religiosas no conhecimento e na vida social, é típica da Modernidade, fundamentada na razão e na ciência. Essas mudanças não podem ser analisadas sem considerar a transformação capitalista (SOBARZO, 2004, p. 34-35).

¹⁵ Este não é assunto central neste trabalho, assim, não será dirimida essa dúvida.

¹⁶ Esse distrito foi desmembrado de São Felipe e elevado à categoria de município em 04 de abril de 1962, pela Lei Estadual nº 1652.

Contudo, mesmo diante das estratégias ampliadas de reprodução do capital, que modificam as práticas espaciais nas diferentes tipologias de cidades, verifica-se que nas cidades pequenas, a exemplo de São Felipe, a representação religiosa ainda mantém forte relação com a produção do espaço urbano.

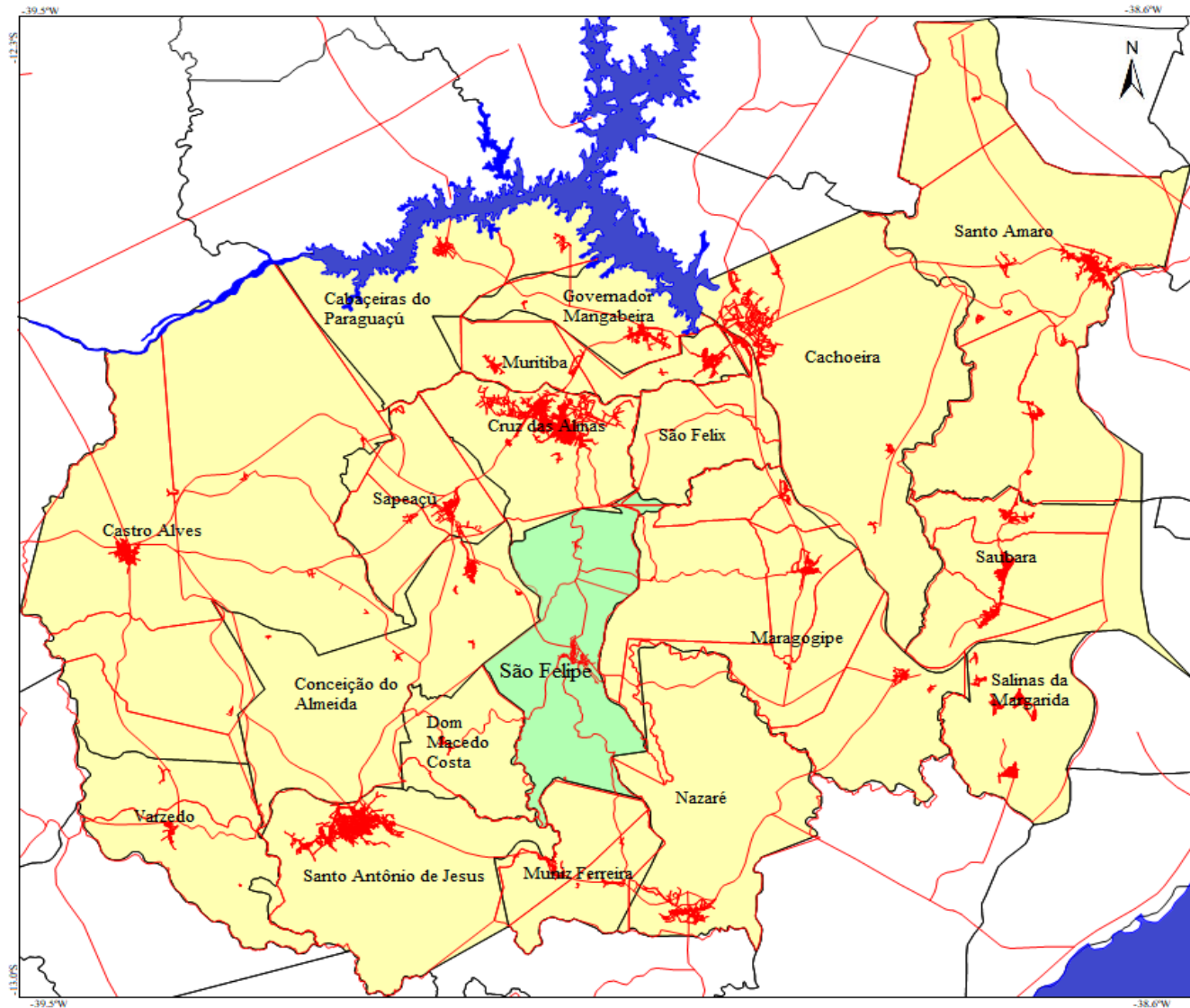
Além disso, se se considerar o nome histórico da cidade, esse representa uma homenagem a um dos padroeiros (São Filipe). Tal fato pode ser compreendido pela análise de Deffontaines (2004), haja vista que era comum à nomenclatura das cidades mais antigas a algum nome religioso ou de santo, assim como, atualmente, cidades e, principalmente, praças levam a representação espacial do nome de personagens políticos e seus fundadores.

São Felipe localiza-se no Território de Identidade Recôncavo do Estado da Bahia (Mapa 1)¹⁷. Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), o município tinha uma população de 20.305 habitantes em 2010 e, em 2019, a população estimada pelo instituto foi de 21.074 pessoas. Com população urbana de 9.820 pessoas (9.517 residentes na sede) e a população rural com 10.485 habitantes.

Se analisados esses dados demográficos – cidade com menos de dez mil habitantes e a população rural predominante – em conjunto com conteúdos sociais e funções desempenhadas pela cidade, tornam-se elementos importantes para compreensão e caracterização da dinâmica urbana de São Felipe, diante das transformações ocorridas com o processo de urbanização e suas influências na rede urbana do Recôncavo Baiano. Essa ideia é corroborada por Sposito (2001, p. 84), ao argumentar que a urbanização da sociedade é um processo que se reconstrói e não compreende “[...] apenas a dinâmica demográfica de concentração dos homens, ou a dinâmica econômica de concentração das riquezas, nem as formas concretas que expressam ou determinam essas dinâmicas, mas seu conteúdo social e cultural”.

¹⁷ Cabe ressaltar que não concordamos com essa nomenclatura “Território de Identidade” usada pelo Governo do Estado como proposta de regionalização. Utilizou-se apenas como recurso para destacar a localização de São Felipe. É importante ressaltar que essa forma de divisão territorial é uma imposição, que implica relações de poder e interesses bem definidos, principalmente, econômicos. Entretanto, a adoção do termo “identidade” abre espaço para alguns questionamentos: identidade de quê, para quem e como se representa? Afinal, é praticamente impossível representar a “identidade” de um território tão amplo e com particularidades tão diversas nos municípios que o compõe, na maioria das vezes com características que lhes são próprias e ao mesmo tempo tão distintas uma das outras. Destarte, no decorrer do texto será utilizada apenas a expressão Recôncavo Baiano.

Mapa 1 - Localização de São Felipe no Território de Identidade Recôncavo, Bahia, 2019



Localização do Território de Identidade Recôncavo



- Área Urbana
- São Felipe
- Território Recôncavo
- Drenagem
- Bahia
- Rodovia
- Limite dos municípios

0 500 1000 km

Base Cartográfica: IBGE (2010;2017)
 Fonte: SEI (2011)
 Sistema de Projeção Cartográfica: Lat. e Long.
 Sistema de Referência das Coordenadas:
 DATUM SIRGAS 2000 WGS84.

Elaboração: Júnio Santos

Realização



Diante da reflexão proposta por Lefebvre (1999), cada cidade possui suas particularidades e está inserida numa rede de articulações de troca e comunicação, mediada por uma “ordem próxima” do seu campo circundante e pela “ordem distante” da sociedade no seu conjunto, sobretudo, influenciada pelo modo capitalista de produção operante. “[...] O urbano define-se *também* como justaposições e superposições de *redes*, acúmulo e reunião dessas redes, constituídas umas em função do território, outras em função da indústria, outras ainda em função de outros centros no tecido urbano” (LEFEBVRE, 1999, p. 114. Grifo do autor).

Considera-se, assim, que São Felipe possui sua importância quanto à função exercida no contexto socioespacial em que está inserida, apresenta características particulares em relação às atividades desenvolvidas, como também estabelece relações e sofre influência de outras dinâmicas de cidades.

Com relação aos estudos desenvolvidos pela “Região de Influência das Cidades” (REGIC, IBGE, 2008), São Felipe é considerada um “Centro Local” com pequena expressividade dentro da rede de influências de hierarquia urbana, por apresentar uma centralidade funcional e de atuação concentrada no próprio município. Quanto à rede urbana do Recôncavo Baiano¹⁸ cabe considerar a relação de interdependência entre as cidades, não somente pela satisfação das necessidades de bens e serviços, mas por articulações mais amplas que competem mudanças de funções urbanas que foram adquiridas ou perderam com o passar do tempo. Como aponta Bernardelli (2004),

[...] se no passado, o tamanho de uma cidade praticamente definia seu papel na rede urbana, no período contemporâneo tal correspondência já não encontra a mesma validade, na medida em que vemos cidades com porte populacional semelhante desempenharem papéis bastante diferentes (BERNARDELLI, 2004, p. 42).

Desse modo, as transformações ocorridas nos espaços urbanos são marcadas por uma série de mecanismos econômicos, funções sociais, tipos de atividades desenvolvidas, capacidade de articulação política e inserção de novos conteúdos que acabam por redefinir a dinâmica das cidades no contexto da região onde estão inseridas ou dentro de uma rede. Conforme Bernardelli (2004, p. 32), “a rede urbana é, em si mesma, expressão e base da divisão territorial do trabalho [...] ao mesmo tempo em que manifesta concretamente a divisão territorial do trabalho, [...] também acaba por defini-la, colocando-se como condicionadora dela”.

¹⁸ Ver referências de Bomfim (2006) e Brito (2008).

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção as transformações espaciais se intensificam nas diferentes tipologias de cidades, sendo essas, ao mesmo tempo, produto e condição da divisão social e territorial do trabalho. Logo, as relações entre metrópoles, cidades médias, cidades pequenas e áreas agrícolas se complementam e/ou dissociam “[...] a partir de lógicas particulares do capitalismo, pelos diversos tipos de capitais e, assim, pelos capitalistas, sujeitos que ocupam determinada posição no contexto da luta de classes, os quais se apropriam de lucro, da renda da terra, enfim, da mais-valia” (BERNARDELLI, 2004, p. 33). Em São Felipe, essa relação se evidencia na forma como a cidade se reproduz, articulada a relações mais complexa de interdependência com o espaço rural.

O processo de (re)produção da sociedade é fruto das relações de trabalho e de produção que regem as transformações espaciais, marcadas pelo movimento de contradições intensificadas pelas lógicas urbanas de reprodução das cidades. Pontuam-se assim as contradições ligadas ao desenvolvimento desigual como manifestação concreta da produção do espaço da cidade sob o capitalismo, que de modo mais avançado ocorre na escala urbana (SMITH, 1988). Logo, “[...] a produção espacial é desigual, na medida em que o espaço é fruto da produção social capitalista que se realiza e se reproduz desigualmente [...]”. Assim, por meio “[...] da divisão do trabalho entre ‘parcelas’ do espaço e em cada uma delas [...]” explicitam a desigualdade materializada espacialmente (CARLOS, 2008, p. 26).

Para tanto, a leitura da produção do espaço urbano proposta por Lefebvre (2013) transcorre pelo entendimento da produção referenciada à noção de trabalho presente em Marx, até chegar à explicação do processo de (re)produção do espaço em sua amplitude (como possibilidade de superação da ideia de produção ligada apenas às coisas e mercadorias, para se pensar a produção da sociedade em sua historicidade). Segundo Araújo (2010, p. 36-37), “[...] como conceito ou abstração, a reprodução social deriva de outro anterior - o de produção. [...] é uma forma social que cria obras e produz coisas, inclusive espaço, através do trabalho (seja *labour* ou *work*)¹⁹”.

Diante das transformações da sociedade, articuladas ao desenvolvimento do capital, as cidades passam a desempenhar o fortalecimento de suas funções urbanas na organização da sociedade e do processo de produção. “No Brasil, como em outras partes do mundo, a hegemonia do capitalismo incidiu direta e visivelmente nas cidades, alterando, mormente, seu

¹⁹ Araújo (2010, p. 37) utiliza essas duas palavras em inglês para referenciar-se ao trabalho por compreender que “[...] elas são significantes com significados diferenciados historicamente”. Na medida em que o *labour* estaria ligado ao “[...] trabalho antes da instauração da sociedade capitalista, logo, à atividade humana mais próxima da criação, da obra do que coisas”.

conteúdo e sua estrutura urbana já no início do século XX [...]” (SANTOS, J., 2008 p. 44).

No entanto, de acordo com o autor, as cidades sofreram profundas modificações quanto as suas funções e dinâmicas urbanas diante do processo de modernização da sociedade, resultado das condicionalidades impostas pela reestruturação produtiva do processo de industrialização-urbanização, fenômenos indissociáveis e inerentes ao capital. As reflexões sobre tal processo devem ser contextualizadas com vista para a compreensão da realidade urbana em sua totalidade, na perspectiva de construção do pensamento crítico sobre a problemática urbana.

Para pensar São Felipe nesse contexto, optou-se por conduzir as reflexões sobre a (re)produção do espaço da cidade pequena face a contextualização da dinâmica de produção da rede urbana do Recôncavo Baiano. Todavia, esta pesquisa não tem intenção de classificar as cidades que compõem a regionalização Recôncavo Baiano, e sim, apreender elementos do processo de produção do espaço urbano no campo de problematização sobre São Felipe.

Para entendimento do processo de produção do espaço urbano em função das lógicas presentes numa cidade pequena, cabe destacar a importância dessa dimensão de análise para o desenvolvimento da rede urbana. Conforme Santos, J. (2010),

No caso da Bahia, aspecto particular aqui estudado, é verossímil perceber que as cidades pequenas e médias desempenham papéis importantes na rede urbana, tanto quanto a metrópole regional, Salvador. Enquanto as médias possuem a função de articular os centros do capital e de comando (metrópoles globais, nacionais e regionais) aos menores núcleos urbanos, as pequenas possuem uma integração maior e, possivelmente, mais complexa com o campo e com a vida nos menores aglomerados urbanos, como as vilas e os pequenos povoados (SANTOS, J., 2010, p. 59).

Infere-se que com o processo de urbanização, novas formas e funções são estruturadas e modificadas nos espaços das cidades. Essas passam a apresentar novos elementos que as caracterizam e insere-as nas dinâmicas de (re)produção da sociedade capitalista. No contexto da rede urbana do Recôncavo Baiano, verificam-se transformações nas cidades que compõem sua trama reprodutiva em diferentes espacialidades e temporalidades. Conforme esclarece Brito (2008, p. 38), “toma-se aqui como Recôncavo Baiano o espaço geográfico diretamente associado aos aspectos econômicos, sociais e culturais que evoluíram sob as influências da tradição da economia açucareira e de suas respectivas atividades acessórias [...]”.

Contudo, no decorrer do século XX há um processo de decadência econômica e estagnação dessa região. Segundo Brito (2008, p. 65), no fim da primeira metade do século XX, as atividades econômicas voltadas para o açúcar e o fumo no Recôncavo Baiano já estavam

perdendo importância comercial que outrora desfrutavam no mercado internacional. Ocorreu assim “[...] a desaceleração e a conseqüente crise em que sucumbiu a fumericultura baiana a partir da década de 1950 [...]”. Entretanto, com a descoberta de petróleo no Recôncavo, especificamente, em área mais próxima de Salvador, ampliou-se a criação de rede de infraestrutura para atender as exigências da indústria petrolífera, conseqüentemente, houve o isolamento de áreas tradicionais e grande parcela da população dessas áreas canavieiras e fumageiras foi atraída para novos espaços na cidade (BRITO, 2008).

Conforme esclarece Araújo (2010, p. 142-143), “o Recôncavo Baiano foi a região na Bahia, após a década de 1930, com as maiores perdas líquidas de população (saldo migratório negativo), sendo que, significativas parcelas dessa população migrou para Salvador, passando a habitar em bairros periféricos e/ou “invasões”. Nessa condição, o autor ressalta que com a implantação da Petrobrás no Recôncavo Baiano em 1954, ainda na década de 1950, antecipou-se na Bahia o processo de modernização via industrialização. Araújo (2010) aponta que a industrialização ocorrida no Estado da Bahia se caracterizou por alguns elementos diferentes daqueles presentes no Centro-sul,

[...] não dependeu de um mercado local, porque foi baseada em indústrias de bens intermediários, portanto, não eram indústrias de bens de consumo como aquelas do Centro-sul; não dinamizou nem a agricultura nem a incipiente indústria local. Pelo contrário, não dependia de praticamente nenhum insumo, à exceção do petróleo, no caso da Petrobrás e do Pólo Petroquímico. Quanto ao setor industrial local, este foi praticamente aniquilado, porque como este modelo de industrialização ensejou a ligação interregional, via rodovias, o fluxo de mercadorias vindas do Centro-sul inviabilizou as indústrias locais pela concorrência (menor preço); ficou concentrado na AMS/RMS; local que atendeu a muitos requisitos da SUDENE para a expansão concentrada da indústria centro-sulista; e, respondia aos interesses ou necessidades de empresas sulistas e multinacionais (ARAÚJO, 2010, p. 76 – 77).

Como consequência dessas transformações ocorridas nos espaços produtivos por esse modelo de industrialização na Bahia, o processo de modernização “[...] não ensejou superação completa das formas tradicionais de reprodução do capital e, portanto, social” (ARAÚJO, 2010, p. 77), bem como as modificações na estrutura da sociedade decorrentes do processo de industrialização-modernização se deram de forma parcial.

Nesse contexto, as mudanças no processo de urbanização articuladas ao processo de industrialização acarretaram alterações no uso do solo urbano, primeiramente, atingindo com maior intensidade as metrópoles e, posteriormente, cidades médias. Mas, tais influências também vão interferir nas condições espaciais de formação das cidades pequenas. Nesse

aspecto, diferentes fatores estão interligados. Ocorreu a explosão demográfica de cidades maiores e de certo modo, perda de população nos municípios pequenos, especialmente, no campo. Bem como a expansão do tecido urbano, com modificações nas formas estruturais das cidades e inserção de novos conteúdos urbanos. Desse modo, verifica-se que, nas últimas décadas, principalmente, no início do século XXI, as transformações nos espaços urbanos se intensificaram com a reconfiguração de novas funções desempenhadas pelas redes de cidades e suas dinâmicas espaciais. E, não se pode deixar de considerar os interesses da acumulação primitiva do capital imbricados nessas relações de produção do espaço das cidades (SANTOS, J., 2010).

Sendo assim, toda e qualquer cidade apresenta dinâmicas específicas quanto ao processo de produção e (re)produção capitalista do espaço, ao mesmo tempo, interligadas com outras redes de cidades e redefinições de suas funções urbanas. Nesse aspecto, apresentar-se-á análise de alguns dados referentes à questão demográfica e de ocupação da população do Recôncavo Baiano nas últimas décadas, para daí levantar reflexões a respeito das transformações ocorridas nos espaços das cidades em meio ao processo de urbanização e como São Felipe se apresenta diante dessa dinâmica.

Com a intensificação do processo de povoamento, várias cidades foram se consolidando na região do Recôncavo Baiano, marcada por um elevado número de cidades pequenas que apresentam distâncias relativamente curtas entre si. O Recôncavo Baiano foi densamente povoado na época da colonização do Brasil, com elevada densidade populacional e organização da produção baseada na exploração agromercantil, voltada para o exterior. Essa região cresceu, desde o Período Colonial, baseada no ciclo econômico das atividades canavieiras e fumageiras, sobretudo, influenciada pelos interesses da economia agrícola para exportação (BOMFIM, 2006).

Entre as décadas de 1940-1950, as cidades do Recôncavo Baiano que apresentavam maior grau de “desenvolvimento” eram aquelas que continham os portos e os centros administrativos de maior importância. Santos, F. (2018) destaca que São Felipe dependia de mares para transportar toda sua produção até os portos de Maragogipe ou Nazaré, municípios com os quais mantinha relação de dependência para escoamento de sua produção de mercadorias à cidade de Salvador.

Em entrevista, o Professor Felix Santos²⁰ explica que São Felipe sempre esteve como

²⁰ Entrevista realizada com o Professor e Pesquisador Dr. Felix Souza Santos, morador da cidade de São Felipe, em 04 de outubro de 2019. Possui Graduação em História pela UFBA e, Mestrado e Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador.

uma espécie de “apêndice econômico de Maragogipe e Nazaré” e, essa dependência se manteve até 1950, quando a Constituição da Refinaria Landulpho Alves, em Mataripe (RLAM),²¹ expande o desenvolvimento do capital na periferia de Salvador. Por conseguinte, foi criado o Centro Industrial de Aratú (CIA),²² na década de 1960, e a partir do final da década de 1960 já se começa planejar o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), com influência na criação da Região Metropolitana de Salvador. Para o entrevistado, nesse contexto de 1950 a 1970 “[...] se rompem os marcos do Recôncavo antigo, dos tropeiros, do transporte por barco, dos saveiros, da companhia de navegação baiana”²³. Logo, se começa expandir a malha rodoviária.

[...]. A BA 01 e a BR101 criam uma nova integração regional, conecta essa parte sul do Recôncavo ao mercado e ao transporte nacional, mas não inclui São Felipe. São Felipe pareceu marginal a essa inserção, a população de São Felipe permanece estável em 20 mil habitantes há praticamente vinte anos, a questão é averiguar por que São Felipe permanece estável na sua população, na sua produção econômica?! A única diferença, o impacto que ocorre de mudança em São Felipe é na estrutura da pecuária que sai o gado criado em corda e se estabelece a criação de gado sobre pastos, com cerca de arame. E em função do barateamento do custo de arame, da implantação do capim braquiária, da Lei do Usucapião que extinguiu uma boa parcela dos reдеiros e agregados [...] nessa ordem (a RLAM, o CIA, o COPEC, a Lei do Usucapião, a expulsão dos reдеiros e agregados com a imposição do capim braquiária nas terras do café e do fumo que dependia de grande mão de obra), desse conjunto ocorre um esvaziamento do campo em São Felipe. E como não se criou indústrias para atrair essa mão de obra, essa mão de obra rural agregada e reдеira foram expulsas do seu território, foi ocupar as periferias de São Felipe, de Santo Antônio de Jesus, de Cruz das Almas e de Salvador, e, São Felipe permaneceu e permanece sem destaque econômico porque não se pensou em uma indústria que absolvesse essa mão de obra. [...] Isso é bom no sentido de que preserva suas tradições, isso é ruim para quem pensa o desenvolvimento no sentido da expansão do espaço da cidade, isso é uma questão que deve ser discutida posteriormente [...]”²⁴.

Sobre as afirmações do entrevistado, cabe refletir, primeiramente, com relação à divisão social e territorial do trabalho, na medida em que São Felipe possuía grande mão de obra,

²¹ A RLAM foi a primeira refinaria de petróleo a ser implantada pela Petrobrás no país, localizada no município de São Francisco do Conde – BA. “O nome dessa refinaria é uma homenagem a Landulfo Alves, que foi engenheiro agrônomo e um dos maiores entusiastas da luta pela descoberta de fontes energéticas na Bahia” (GODINHO, 2008, p. 18).

²² O Centro Industrial de Aratu (CIA) foi implantado em 1967, nos municípios de Simões Filho e Candeias. E o Pólo Petroquímico, em 1977, no município de Camaçari.

²³ Entrevistado Professor Felix Santos, morador da cidade de São Felipe, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019.

²⁴ Entrevistado Professor Felix Santos, morador da cidade de São Felipe, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019).

especialmente, inserida na atividade agrícola. E posteriormente dá-se início ao desenvolvimento da pecuária no município e conseqüentemente a extinção de rebanhos, fatores esses que influenciaram em mudanças nas relações da força de trabalho e na migração da população rural para outras cidades, além do próprio espaço urbano de São Felipe.

Todavia, a afirmação de que “São Felipe permaneceu e permanece sem destaque econômico porque não se pensou em uma indústria que atraísse essa mão de obra” precisa ser problematizada, pois essa ideia de que “o desenvolvimento depende da industrialização” pouco contribui para a análise. Pois pensar o crescimento da cidade apenas com relação à presença de indústria é incorrer numa análise superficial sobre a produção do espaço, sem considerar suas contradições, relações de produção e o contexto de formação socioespacial presente em cada realidade. Visto que, para além do capital industrial, devem-se considerar os capitais comercial, financeiro e imobiliário, bem como a atuação do poder político (os interesses do Estado, incorporados às ações de gestão pública de determinada cidade), elementos que estão imbricados na produção do espaço urbano e que não se reduzem apenas a presença da estrutura técnica.

De acordo com Lefebvre (1999), não se pode submeter à realidade urbana apenas à “racionalidade industrial”. Por isso, essa questão precisa ser contextualizada, pois envolve uma dimensão de análise mais ampla inerente à reprodução das relações capitalistas no espaço como um todo. “[...]. Sob certos aspectos, a cidade tem na industrialização, contraditoriamente, sua própria negação, na medida em que essa última salopou as estruturas pretéritas das cidades, para (re)construí-las no devir do mundo moderno (SANTOS, J., 2008, p. 39).

Como esclarece Santos, J. (2012, p. 135-136), em 1940, “[...] das 20 maiores cidades do estado, que poderiam exercer algum papel de intermediação, o que permite excluir Salvador, a articulação com o Recôncavo Baiano era um fator importante e destacava, por exemplo, Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e São Félix”.

No contexto que se iniciou em 1940 e foi até o final da década de 1960, superou-se a fase que pode ser denominada como *urbanização pretérita* da Bahia; ou seja, deixam de ter prevalência os marcos anteriores que fundaram essas cidades e instituíram sua *estruturação*, que era fortemente marcada pela força das atividades agropecuárias (SANTOS, J., 2012, p. 135. Grifo do autor).

No período de 1940-1960, basicamente, ainda predominava no Recôncavo Baiano a economia agrário-exportadora que desempenhava funções de grande importância para o desenvolvimento da região. A população rural de municípios como Santo Amaro, Cruz das

Almas e Santo Antônio de Jesus chegava a ser duas ou até três vezes mais do que a população urbana entre 1940, 1950 e 1960. Nesses mesmos períodos, os municípios de São Felipe e Conceição do Almeida possuíam até dez vezes mais, como pode ser verificado no Apêndice E.

Apesar do processo de urbanização que se intensifica no país a partir de 1970 (população urbana supera a população rural no Brasil), na rede urbana do Recôncavo Baiano esse processo não se consolida de forma geral, pois muitos municípios, atualmente, ainda possuem população rural superior à urbana. Tal fato está diretamente associado à forte relação de dependência dessas cidades, como exemplo de São Felipe, às atividades agrícolas como a principal base econômica do município. Como ressalta Oliveira (2012) em seus estudos sobre São Felipe,

[...] com relação a produção agrícola, principal base econômica do município de São Felipe, as principais culturas são a produção de milho, fumo, mandioca, cana de açúcar e laranja. A principal produção é a da mandioca com área plantada de 2.192 (ha), uma produção de 32.880 (t), o que gera uma renda de 2,3 milhões de reais para a população do município. Essa atividade é desenvolvida em pequenas propriedades, por uma agricultura familiar que tem na policultura sua principal fonte de renda, lembrando que grande parte da população está ocupando os postos de trabalho nesta atividade. (IBGE, 2004) [...]. No período de 2001 a 2010, registrou-se cerca de 16.235 hectares ocupados por estabelecimentos agropecuários, que utilizam uma mão de obra de 8.413 pessoas, representando 42% da população (OLIVEIRA, 2012, p. 50).

Ao analisar esses dados apresentados pela autora, cabe algumas reflexões sobre a forma como a divisão territorial do trabalho se estabelece em São Felipe em função dessa força de trabalho mais agrícola. No processo de produção do espaço, é possível observar que o desenvolvimento da atividade agrícola mantém a base da economia do município, mesmo tendo passado por algumas transformações com relação a inserção de atividades comerciais e de serviços na cidade.

A relação campo-cidade é historicamente imbricada, há uma dependência muito forte do pequeno comércio com as atividades agropecuárias desenvolvidas no município, pois são essas atividades que mantêm a dinâmica do comércio local. Haja vista que, mesmo com a especialização de algumas atividades do setor de serviços, são as atividades do setor primário que ocupam a maioria da população de São Felipe. Ressalta-se, assim, que “[...] a divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho [...]” (SMITH, 1988, p. 152).

Oliveira (2012, p. 50) também afirma que o comércio local em São Felipe “[...] é, ainda, incipiente devido à proximidade com grandes centros comerciais, como Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas. A atividade que mais movimentava o comércio é a Feira Livre”. Ressalta-se

que não se pode generalizar tal afirmação, porém, a afirmativa da autora pode ter relação com o fato de que, em meio às mudanças econômicas e novas relações espaciais no processo produtivo, cidades como Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas acabam por redefinir suas funções com o surgimento de novos conteúdos e mantêm crescimento expressivo da população urbana.

Nesse contexto, destaca-se Santo Antônio de Jesus, uma vez que, conforme Santos, J. (2012), desde a década de 1980, cidades como Barreiras, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus e Irecê começam a consolidar com maior visibilidade os primeiros contornos na direção de assumir funções como médias. Desse modo,

[...] foi superado um período anterior, encerrado na década de 1960, em que as dinâmicas dessas cidades eram marcadas, profundamente, pela relevância da atividade agrícola, o que sinaliza os rumos que a urbanização baiana assumiu, pois o setor terciário tornou-se o condutor da dinâmica econômica municipal (SANTOS, J. 2012, p. 137).

De acordo com Moreira Junior (2014), as cidades pequenas exibem realidades muito distintas uma das outras, o que dificulta o estabelecimento de generalizações, e ao mesmo tempo, cabe pensar no cenário em que estão inseridas, em especial suas localizações geográficas. “As cidades brasileiras com população inferior a 50 mil habitantes, em geral, desempenham papéis reduzidos na rede urbana e apresentam, em sua maioria, estreita relação com o campo onde, comumente, se encontra a base econômica municipal – rural ou agroindustrial” (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 21).

Segundo o autor, durante a década de 1990 foram criados 1.243 novos municípios, sendo a ampla maioria com população inferior a 20 mil habitantes. Nesse aspecto, enquadram-se os municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, Saubara e Varzedo que foram fundados nessa década, por isso no Apêndice E não constam dados referentes à população de 1940 a 1980.

Entre 1970 e 2010, no tocante aos percentuais da população das cidades do Recôncavo Baiano, Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas apresentam crescimento mais consolidado. Contudo, essas cidades apresentam maior concentração de pessoas devido às mudanças das funções que passaram a desempenhar na rede urbana, com destaque para o fortalecimento do setor de serviços e comércio, que acabam por atrair pessoas de municípios vizinhos (os dados da pesquisa de campo revelam isso, visto que a maioria dos entrevistados de São Felipe afirma ter o desejo de ir morar em Santo Antônio de Jesus, além de ser a cidade que mais frequentam na busca por serviços médicos especializados, educacionais e comércio de roupas. Esses aspectos serão aprofundados e analisados no capítulo 4 da dissertação).

A implantação das rodovias federais BR 324 e BR 101, dentro do contexto de urbanização da região do Recôncavo Baiano, também intensificou o processo de transformação das relações espaciais nas áreas urbanas e rurais. Cidades como Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas passam a se destacar com o fortalecimento de suas funções urbanas.

Todavia, com relação à circulação rodoviária, São Felipe não apresenta uma posição privilegiada quanto a esse meio técnico de circulação de capital, de pessoas e mercadorias. O acesso à cidade é viabilizado pela BR 242,²⁵ que cruza as BR 101 e BR 116. São Felipe em sentido a Conceição do Almeida fica a 17 Km da BR 101 (Mapa 2).

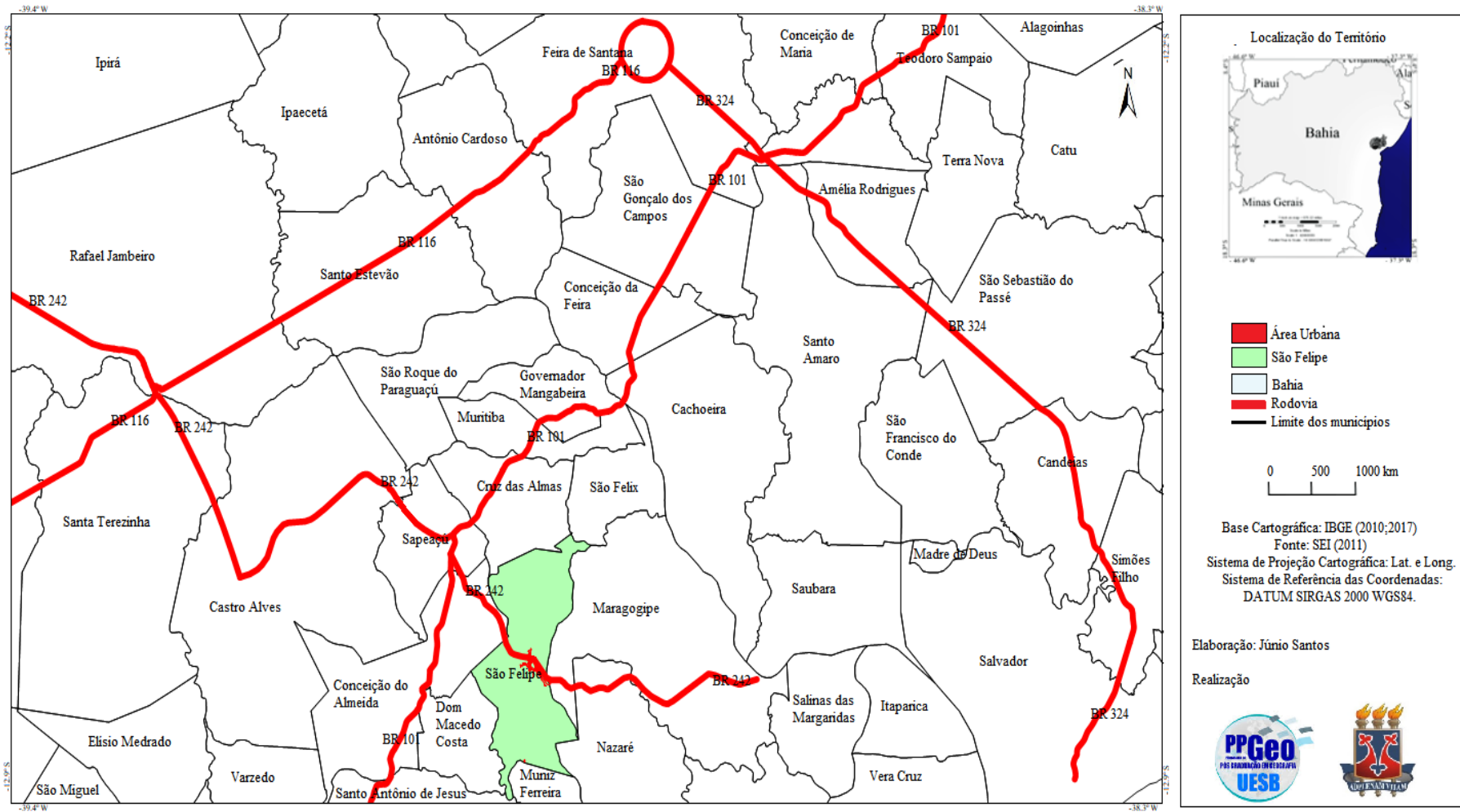
Esse fator referente à localização de São Felipe é pontuado pelo Secretário Municipal de Administração, Álvaro Neiva, como uma das dificuldades para atração de investimentos no município:

[...]. Mas São Felipe tem uma dificuldade, qual é?! De atrair investimentos grandes na área da indústria e, você sabe que para o município crescer, muitos cresceram com indústrias²⁶ [...] E São Felipe não fica próxima a uma BR assim de passagem, é fim de linha. [...] Nenhum empreendedor, empresário vai querer se instalar num final de linha, desde quando, para fazer distribuição dos produtos, e até a visualização de sua empresa será ruim [...]. Então, nós temos essa dificuldade de atrai empresas, mas a gente tá aí, tocando alguns projetos de microempresários, quer dizer, apoiando, na maneira do possível, quando nós somos procurados. Eu tenho na minha cabeça [...] a gente quer promover uma reunião com todos os comerciantes e empresários do município para a gente dialogar, para a gente encontrar caminhos para o comércio crescer e a gente vê o que o município pode contribuir. Ou seja, tem vários sonhos e acredito que só no desenrolar do tempo e com apoio da sociedade a gente pode conseguir os êxitos (Entrevistado Sr. Álvaro Neiva, Secretário Municipal de Administração de São Felipe, entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2019).

²⁵ A implantação do Sistema Viário Oeste (SVO), projeto composto pela construção da Ponte Salvador – Itaparica e pela integração de quatro rodovias federais (BRs 101, 116, 242 e 324), prevê a alteração do traçado da BR 242. Conforme o Plano Urbano Intermunicipal (BAHIA, 2015a) é prevista uma nova configuração da BR 242 no Recôncavo, com mudança de seu marco zero de São Roque do Paraguaçu para Salvador (“na cabeceira da futura Ponte”) articulando o sistema viário dessas rodovias federais, além de criar novas rotas logísticas. Bem como a requalificação do trecho rodoviário da BR 242 que liga Castro Alves à BR 116. No que se refere a São Felipe, o município estaria na macroárea de influência não atravessada pelo SVO. Todavia, quanto à caracterização de impactos urbanos específicos o relatório faz a seguinte referência a São Felipe: “[...] Acessibilidade – 1. A distância e a precariedade dos acessos à sede municipal dificultam a extensão dos impactos do SVO no município. 2. Isolamento municipal atual deve ser pouco alterado pelo SVO. 3. Obras de melhoria de acesso e de sinalização à sede municipal” (BAHIA, 2015b, p. 62).

²⁶ Evidencia-se que esta afirmação referente à indústria como propulsora do crescimento de determinada cidade precisa ser relativizada, como já pontuamos anteriormente.

Mapa 2 - Localização das rodovias federais, São Felipe, Bahia, 2019



Cabe ressaltar, também, o depoimento de um dos entrevistados, comerciante na cidade, e que destaca a questão da localização de São Felipe como um fator positivo, mas que carece de investimento por parte de instâncias maiores e da própria gestão administrativa da cidade, na forma como a cidade é planejada.

[...] Eu vou em Maragogipe de bicicleta, eu vou em Cruz das Almas de bicicleta, eu vou no Almeida de bicicleta, eu vou em Nazaré, eu vou em São Roque, eu vou em Dom Macedo. Se você vê, São Felipe fica no meio. Então, quer dizer, se uma empresa que queira atender algum seguimento, necessidade, vir se instalar aqui em São Felipe, ela vai já economizar na questão de distância, ela não vai atravessar uma fronteira pra ir, ela sai daqui e entrega nessas cidades tudo. [...] Tipo assim, uma UPA do Governo do Estado aqui em São Felipe, trazer as pessoas dessas cidades para aqui né, ao invés de ir para Santo Antônio de Jesus. Ficava bem localizada, gastava menos combustível, porque a cidade, ela fica no meio, entendeu?! [...] se tivesse estrada boa ligando São Felipe a essa questão aqui do porto de São Roque a 101, desenvolvia muito [...] Hoje, a cidade grande da nossa região é Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus, quem sabe um dia pode acontecer alguma coisa e São Felipe seja uma cidade que venha [...] eu digo que São Felipe é “cereja”, é a “pérola do Recôncavo” (risos)! Inclusive a gente tem uma Serra ali que fica no meio, todo lugar que você vai você ver, acho que as pessoas precisam explorar mais essa questão aí de se apropriar da questão da Copioba²⁷, dizer que é nossa, porque é uma coisa que o mundo todo conhece entendeu? [...] A Serra da Copioba tá aqui [...]. Então, eu acho que isso aí poderia ser um marketing para a cidade (Entrevistado M.C, morador do Centro da cidade, entrevista realizada em 29 de abril de 2019).

Contudo, ressalta-se, de acordo com Santos, J. (2010), que considerar apenas elementos técnicos para entender o processo de produção das transformações nas cidades não é suficiente, uma vez que:

[...] por mais que sejam importantes, rodovias como a BR-116 e a BR-101, a rede ferroviária, incipiente na Bahia, toda a rede portuária, bem como outras materialidades técnicas e da técnica, visíveis ou não, longe de panaceias explicativas, nada mais são do que produtos de uma ordem social mais ampla que, no caso do território baiano, implica desvendar os nexos do próprio avanço e amadurecimento das relações capitalistas no Brasil, articulados com o próprio movimento do mundo (SANTOS, J., 2010, p. 62).

Nesse contexto, para entender o processo de urbanização é preciso pensar as dinâmicas de produção inerentes às relações capitalistas e como as cidades se (re)produzem em meio a esse processo, quais funções passam a desempenhar e como as relações de trabalho e de

²⁷ O entrevistado se refere aos trâmites do processo para patentear o nome “Farinha Copioba” como Indicação Geográfica (IG) dos municípios de São Felipe, Maragogipe e Nazaré. Esse processo encontra-se em andamento envolvendo esses municípios em parceria com pesquisadores da UFBA e Embrapa.

produção são reproduzidas no espaço urbano. No caso de São Felipe, são comuns as pessoas se referirem a noção de cidade pequena pelo simples fato de “não possuir indústria, fábricas” e até mesmo correlacionar tal aspecto com a falta de emprego e/ou remeter a adjetivação de “cidade atrasada”²⁸. “São Felipe é uma cidade pequena [...] carente e que precisa de muita coisa, tem espaço, precisa é de uma empresa, uma fábrica que possa abraçar muita gente para trabalhar, coisa que aqui não tem [...]”²⁹. Entretanto, cabe ressaltar que cada cidade possui particularidades quanto ao processo de produção, São Felipe se destaca com sua base econômica ligada à agricultura, porém, não se observa investimentos nessa área.

Portanto, tais relações são complexas e precisam passar por reflexões mais amplas. Para além da materialidade puramente técnica da presença de rodovias, equipamentos e serviços urbanos, é preciso contextualizar as relações de produção presente em cada realidade, apreender os conteúdos e processos de (re)produção do espaço capitalista em meio às modificações das relações socioespaciais que acabam por interferir diretamente nas dinâmicas das cidades.

Outro fator importante para compreensão da dinâmica das cidades é apreender o processo de reprodução das relações socioespaciais articulado às atividades de ocupação da população inerente à reprodução capitalista do espaço. De acordo com a análise sobre a ocupação da população dos municípios do Recôncavo Baiano de 1970 a 2010, com base nos dados do IBGE (Apêndice F), pode-se verificar que uma das características específicas da maioria das cidades pequenas é o predomínio da ocupação do setor primário no conjunto das atividades econômicas. A estrutura econômica dos municípios está ligada, essencialmente, às atividades agropecuárias que absorvem grande percentual da mão de obra. Os dados do IBGE em 2010 demonstram que apenas Santo Antônio de Jesus e Cruz das Almas apresentam taxas menores do que 20% de representativas no setor primário, respectivamente, 12,86% e 15,19%.

Segundo Moreira Junior (2014, p. 149), “conforme as cidades mudam seu perfil econômico, por conseguinte, o conjunto das atividades principais que desenvolvem e a configuração de seu espaço intra-urbano, também, tendem a sofrer transformações”. Nesse contexto, as relações espaciais e de ocupação das atividades econômicas passam a ser reestruturadas com o avanço do modo capitalista de produção, diretamente articulado com o desenvolvimento do setor terciário. “Os setores secundário e terciário apresentam uma dinâmica territorial altamente concentrada na cidade central ou, de maneira diferenciada, nas de porte médio” (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 151). Nessa condição, aponta-se Santo Antônio de Jesus, que devido às funções desempenhadas e a inserção de novos conteúdos urbanos, tem

²⁸ Tais afirmações foram recorrentes durante a aplicação das entrevistas e questionários, pesquisa de campo, 2019.

²⁹ Entrevistado J.R, morador do Centro, entrevista realizada em 15 de abril de 2019.

fortalecido o crescimento das atividades do setor de serviços e comércio desde 1970. Em 1970, 43.23% da população desempenhavam atividades de ocupação nesse setor e a partir das décadas de 1991, 2000 e 2010 o setor terciário passou representar mais de 70% da população ocupada no município (Apêndice F).

Portanto, deve-se considerar que as formas espaciais e os conteúdos sociais exprimem diferenciação entre as áreas urbanas e rurais, bem como entre as atividades que nelas se desenvolvem. Logo, é importante não criar generalizações com relação às cidades, principalmente, as cidades pequenas que apresentam diferentes perfis socioeconômicos (MOREIRA JUNIOR, 2014).

[...] Embora o setor primário pareça predominar em cidades pequenas distantes de grandes centros dinâmicos, diferentes ramos de atividades se desenvolvem. [...] Comparativamente, o grande diferencial seria que as pequenas cidades, em áreas de economia agrícola, tendem a desempenhar papéis urbanos mais restritos (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 156).

Se considerarmos apenas a variável demográfica, conforme a análise quantitativa do IBGE, praticamente todas as cidades da rede urbana do Recôncavo Baiano são classificadas como pequenas, a exceção de Santo Antônio de Jesus, que tem se consolidado como centro de maior atração de pessoas e influência na rede urbana com relação às outras cidades, mais próxima das funções desempenhadas por uma cidade média. Todavia, a questão demográfica é importante, mas, como afirma Santos, J. (2012, p. 133), “[...] a demografia é um indicativo norteador, mas não pode ser a única variável a se adotar para a constituição de um conceito mais amplo”. Desse modo, busca-se refletir sobre a complexidade do tema cidades pequenas, levando em consideração as funções que desempenham na rede urbana, bem como a relação com os conteúdos de sua dinâmica intraurbana.

A intenção é caracterizar a produção do espaço urbano de São Felipe dentro desse contexto, como se reproduz a cidade em meio às relações sociais de produção, aspectos socioeconômicos e funções desempenhadas na relação com o espaço rural, diante das mudanças decorrentes do processo de urbanização capitalista, marcado por novas formas de apropriação da cidade. São adotados alguns elementos para análise da produção espacial urbana, no que diz respeito ao processo de reprodução das relações sociais, atividades de ocupação e dinâmica populacional. Por isso, a importância de pensar a produção do espaço urbano dentro do processo de urbanização, que se manifesta materialmente por meio da cidade (LEFEBVRE, 1991a).

Em contraposição às tendências do processo de urbanização vivenciado no Brasil nos últimos anos, a concentração populacional nas áreas rurais de São Felipe ainda é predominante

com relação à população urbana. Isso é um fato, por mais que a população rural venha decrescendo desde a década de 1940 até 2010, conforme a (Tabela 1).

Tabela 1 – População total, rural, urbana e taxa de urbanização São Felipe, Bahia, 1940-2010

Período	População total	População rural	População urbana¹	Taxa de urbanização² (%)
1940	25.917	24.131	1.786	6,89
1950	25.343	23.502	1.841	7,26
1960	24.681	22.345	2.336	9,46
1970	19.205	15.524	3.681	19,17
1980	18.680	13.663	5.017	26,86
1991	20.107	13.201	6.906	34,35
2000	20.228	11.978	8.250	40,79
2010	20.305	10.485	9.820	48,36

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Notas: 1- São inclusas as pessoas que vivem nas sedes de outros distritos e povoados;

2 - Percentual da população urbana sobre a total;

Elaboração: Maiara Leandro.

Verifica-se que o crescimento da população urbana de São Felipe é contínuo, enquanto há perda demográfica no campo. As áreas rurais apresentam decréscimo contínuo da população desde a década de 1940, quando contava com 24.131 habitantes e em 2010, a população do campo computou 10.485 pessoas. Tal fato pode estar relacionado ao processo de urbanização que começava a se inserir no país, principalmente, a partir da década de 1960. Conforme os dados da Tabela 1, a contar dessa década, há redução da população rural de forma mais intensificada. Consequentemente, as taxas de urbanização a partir da década de 1970, também, começam a apresentar crescimento mais elevado, atingindo 48,36% em 2010.

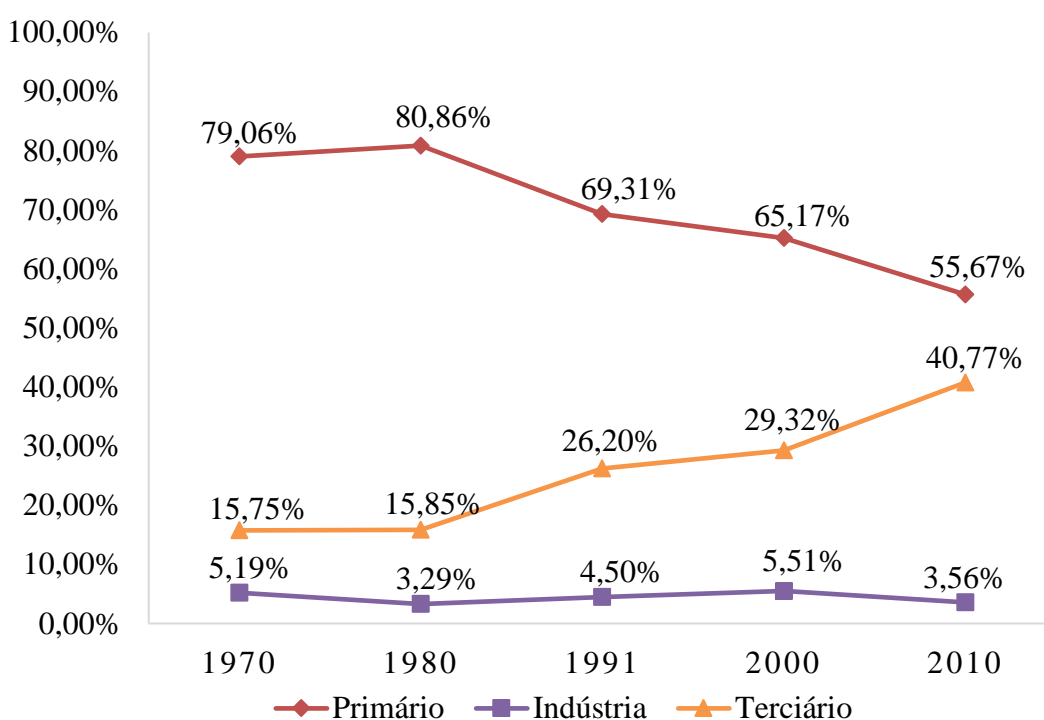
Todavia, observa-se que na década de 1970 o município apresentou redução elevada de sua população total, de 24.681 habitantes correspondentes a década de 1960, passou para 19.205 habitantes em 1970. Aponta-se como caso específico de São Felipe que esse fator está relacionado, também, ao desmembramento de seu antigo Distrito Dom Macedo Costa, que foi elevado à categoria de município, pela Lei Estadual nº 1652, de 04 de abril de 1962.

Segundo Melo (2008, p. 183), o movimento de saída da população do campo para a cidade e de pequenas cidades para médias e grandes, em todo o país, se intensificou na segunda metade do século XX, principalmente nos anos de 1970 e 1980. Entretanto, esse processo de perda populacional nos municípios de pequeno porte “[...] foi mais expressivo na população rural e, sua explicação não se dissocia das mudanças ocorridas na sociedade, economia, política, cultura, bem como nos espaços urbanos e rurais”. Pode-se comprovar essa afirmação com a realidade apresentada no município de São Felipe (Tabela 1), no período de 1940 a 2010, a

população rural obteve redução de aproximadamente 56,55%, em 1940 apresentava população rural de 24.131 habitantes, em 2010, a população correspondente foi de 10.485 pessoas.

No caso de São Felipe, o predomínio da população rural possui relação intrínseca com o campo, devido a base econômica do município ser predominantemente agrícola e os dados da ocupação da população por setor de atividade econômica acabam por confirmar essa realidade (Gráfico 1). Destaca-se, assim, a importância de se considerar essa relação com o campo como dimensão imprescindível para se compreender as formas e práticas socioespaciais de (re)produção do espaço urbano.

Gráfico 1 – Percentual da população ocupada, por setores de atividade econômica, São Felipe, Bahia, 1970 – 2010

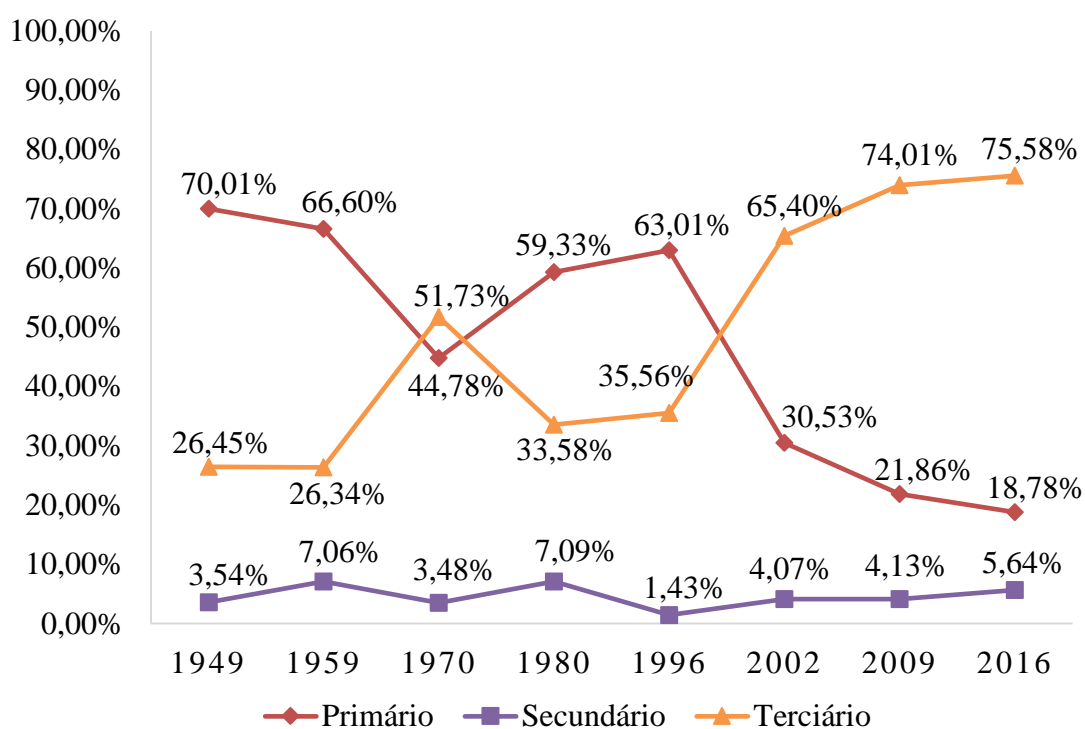


Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).
Elaboração: Maiara Leandro.

Os dados presentes no Gráfico 1 demonstram que o setor primário ainda se destaca como condutor da dinâmica econômica de produção do espaço em São Felipe. Nas décadas de 1970 e 1980, a população ocupada no setor primário era em torno de 80%. Todavia, em 1991, esse setor começou a apresentar um decréscimo e, conseqüentemente, o número de pessoas empregadas no setor terciário começou a crescer, sobretudo, associado às condições econômicas de trabalho ofertadas no comércio e nos serviços (maioria, públicos) vinculados aos empregos na Prefeitura.

A análise do mercado de trabalho e sua relação com os principais setores de ocupação são indicadores importantes para compreender as mudanças na estrutura social e econômica das atividades produtivas em São Felipe. Ao analisar os dados de ocupação da população com os dados do Produto Interno Bruto (PIB) por setores (Gráfico 2), evidencia-se a dependência econômica da cidade em relação à produção agrícola no município. Todavia, a partir de 2000, os dados do PIB por setores expressam aumento do produto econômico em torno das atividades de comércio e serviços.

Gráfico 2 – Percentual do Produto Interno Bruto (PIB), por setores da economia, São Felipe, Bahia, 1949-2016



Fonte: IBGE (1949, 1959, 1970, 1980, 1996, 2002, 2009, 2016).

Elaboração: Maiara Leandro.

Nos últimos anos, mesmo com funções urbanas restritas, o PIB no setor de comércio e serviço apresenta parcela crescente na economia do município, especificamente, a partir de 2002, com 65,40% no terciário, que saltou para 74,01% em 2009, e em 2016 apresentou 75,58%. Nesse momento, ocorre uma certa ruptura na dinâmica de produção entre os setores da economia, o comércio se impõe como atividade principal da cidade, todavia, é preciso considerar que boa parte do setor terciário é sustentado pela administração pública (os serviços públicos). O aumento do valor agregado desse setor envolve além das atividades de comércio e pequenos serviços, certa dependência com relação aos grupos de aposentados e pensionistas

com peso expressivo para a economia da cidade. Nesse contexto, entende-se porque o comércio em São Felipe é incipiente e, fortemente dependente tanto da atividade agrícola quanto do serviço público.

No que se refere ao setor secundário os dados são pouco expressivos. As atividades de produção estão relacionadas aos engenhos de açúcar mascavo e aguardente, bem como casas de farinha de mandioca, que representam tipos de agroindústria tradicional vinculadas a produção e transformação de produtos agrícolas.

Entretanto, as informações sobre a ocupação da população revelam um percentual predominante de trabalhadores ainda vinculados às atividades primárias, visto que, em 2010, 55,67% estavam ocupados na agricultura, extrativismo ou pesca, e 40,77% no setor terciário - comércio ou serviços. Quanto a esse aspecto, os valores do PIB por setores devem ser relativizados, principalmente, porque há divergência, na medida em que a maioria da população está ocupada no setor primário, mesmo esse tendo apresentado menor participação no PIB em 2016 (18,78%), pois o valor agregado da agricultura é baixo.

Este fato é corroborado pelos estudos de Moreira Junior (2014), que revelam que as cidades pequenas mantêm forte vínculo com o rural e “[...] a dependência destas cidades em relação ao setor primário é tão significativa que variações nas atividades produtivas do campo reverberam em modificações no espaço intra-urbano” (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 18). Por sua vez, as diferenciações nos setores primário, secundário e terciário indicam particularidades nos processos socioespaciais de produção local e suas influências na reconfiguração do espaço urbano.

Diante dos fatos, mesmo sendo uma cidade pequena, o comércio e os serviços passaram a influenciar novas relações econômicas em São Felipe. Entretanto, as relações de comércio na cidade ainda giram em torno da agricultura, principalmente, com a presença da feira livre que acontece às sextas-feiras e sábados, com forte influência na dinamização do comércio local. As relações de comércio/serviços e agricultura aparentemente desconexas, são inteiramente articuladas ao processo de reprodução do espaço urbano em São Felipe, haja vista, que as atividades agrícolas desempenham importante papel na geração de renda da população, bem como complementam as incipientes atividades comerciais e de serviços.

O depoimento do Entrevistado E.C, dono de uma das maiores redes de supermercado na cidade, destaca essa influência da feira livre com a dinamização do comércio local.

[...] A feira da rua é uma parceria porque a feira também nos ajuda. Essa feira de São Felipe que é uma feira muito boa, uma feira tradicional, ela agrega no

sentido de trazer pessoas para vir fazer a feira e passa no mercado. Como nós também compramos coisa na feira. [...] Como a feira tem muito agricultor que tem a agricultura familiar, às vezes na minha casa compra pessoal, tem coisa que eu não tenho aqui e, que a gente compra na feira também e ajuda né. [...] Como eles também, os barraqueiros, todos são clientes nossos porque eles vendem os produtos deles, inclusive alguns, os que são produtores fornecem também algumas coisas para a gente: como a gente vende o inhame, a gente vende a batata doce, o jiló, quiabo, produtos produzidos aqui em São Felipe geralmente [...] E que muitos deles tem na sua barraquinha na feira. Então, existe uma parceria de amizade né, entre esse ramo de barraqueiros na feira municipal que é uma feira muito importante, muito boa e que agrega também pessoas de outra cidade, como o pessoal da zona rural de Maragogipe, o pessoal de Conceição do Almeida, até da cidade às vezes vem para aqui por ser uma feira mais variada. Isso aí agrega porque eles já tá na cidade e já entra na nossa empresa e faz sua compra também [...] (Entrevistado E.C, morador do Centro, entrevista realizada em 08 de outubro de 2019).

A feira representa um dos elementos significativos de centralidade numa cidade pequena como São Felipe (Fotos 1 e 2), pois movimentada as mais diferentes formas de relações no espaço urbano, desde as trocas comerciais à sociabilidade cotidiana do espaço de lazer para as pessoas que vivenciam na cidade e/ou na zona rural.

Foto 1 – Feira livre no centro da cidade de São Felipe, Bahia, 2019



Fotos: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Foto 2 – Feira livre no centro da cidade de São Felipe, Bahia, 2019



Fotos: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Um comerciante da feira livre, em entrevista, ao ser questionado sobre como caracteriza o Centro da cidade, apontou a importância da feira, bem como relatou certa insatisfação devido à falta de investimento nesse espaço. Observa-se, também, que com a presença de novos elementos urbanos as relações estabelecidas nesse espaço passam a ser modificadas.

[...] Porque aqui, eu acho que a feira livre é a manifestação da cultura da cidade! Como é uma cidade agrícola que a vocação é agrícola, as pessoas plantam, as pessoas produzem, cria e depois traz pra feira. Mas, isso tá acabando, porque se você olhar a questão do açougue, os açougues mesmo, uma boa parte dos açougues deixou de existir por causa dos mercados. [...] Não se investe na feira livre. A feira de gado que era uma das coisas, que os mais antigos falam que era aqui tudo centralizado num lugar só, eles foram afastando, afastando, há pessoas que falam que daqui um dia a feira de gado vai pertencer ao município de Maragogipe. E isso vai afastando as pessoas do centro, da centralidade né?! Que é isso que move a questão da feira. E, isso tudo foi influência do quê?! A questão do moto-táxi, a moto, que antigamente o pessoal não tinha moto, era animal, eles traziam as coisas pra cidade; aí vem a questão do celular a pessoa liga e alguém leva, não precisa vim no dia; a questão do açougue que tem que matar o gado e refrigerar, então já que é gelado qualquer dia da semana tem; e [...] sofreu essas influências, então [...] precisa-se vê o que é que tá acontecendo, para vê novas formas de organizar para que as pessoas não deixem de ter aquele contato da feira [...] É um potencial, agora precisa o pessoal olhar com carinho para essa questão aí da feira (Entrevistado M.C, morador do Centro, entrevista realizada em 29 de abril de 2019).

Percebe-se que a presença desses novos elementos urbanos acaba por interferir nas relações socioespaciais estabelecidas pelos indivíduos em seu cotidiano, diante da materialização de formas e práticas de consumo atreladas a “sociedade moderna”. Bem como, ressalta-se a importância da feira para a dinâmica da cidade, ao passo que precisa de investimento para manter a sua centralidade comercial e para que as pessoas não percam o contato com esse espaço público.

De acordo com Sobarzo (2004, p. 168), a feira não deve ser reduzida ao seu sentido comercial, “[...] deve ser valorizada na sua capacidade de possibilitar a interação no espaço público de pessoas diferentes que se apropriam dela numa atividade cotidiana – as compras – e, dependendo de cada pessoa, permite variados graus de sociabilidade”. Apresenta-se, assim, como um espaço apropriado pela dimensão do uso e da troca e, mais do que o sentido comercial, ela representa a dimensão da vida, dos encontros, desencontros e das diferentes formas de sociabilidade.

Portanto, as diferentes relações socioespaciais constituem o espaço da cidade e suas significações. Desde o início da constituição da cidade de São Felipe as formas espaciais apresentam uma dimensão mais compacta na sua morfologia urbana, que passou a ser moldada com a inserção dos grupos sociais no espaço como expressão da centralidade que passa a reunir igreja, praça, relações de encontro e de trocas comerciais a serem consolidadas como centro urbano. Nesse contexto, cabe pensar a produção do espaço da cidade conforme suas descontinuidades “(o aparecimento do novo, o fim do antigo)” e continuidades “(o movimento profundo que continua)”, as quais coexistem de forma relacional na medida em que as transformações espaciais contêm permanências e resistências sempre em movimento (LEFEBVRE, 1995, p. 239).

3.1 (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE PEQUENA E SUAS IMPLICAÇÕES EM SÃO FELIPE

Com o propósito de pensar a cidade pequena, suas características, particularidades em meio ao processo de produção do espaço e aspectos teórico-metodológicos, busca-se, neste tópico, contribuir com a discussão a respeito dessa temática, sob a perspectiva crítica da abordagem dialética e do diálogo com a realidade empírica da cidade de São Felipe. Problematizar a produção do espaço da cidade pequena não é uma tarefa fácil, sobretudo, porque não há definição consensual de conceitos capazes de expressar a realidade dos múltiplos espaços urbanos inseridos nesse perfil de cidade.

Jurado da Silva (2011, p. 33) afirma que “a noção “cidade pequena” tem muita dificuldade para se firmar como conceito”, especificamente porque “[...] seu uso é bastante fluido e não está atrelado somente ao domínio da ciência, sendo utilizado frequentemente, tanto pelo Estado quanto pelo senso comum”. Nessa perspectiva, Bacelar (2012, p. 81. Grifo nosso) ressalta a ocorrência de pontual tratamento científico das pequenas cidades no âmbito da Geografia e a dificuldade nos estudos realizados sobre esses espaços, “[...] com a falta de entendimento do que se estuda: município [institucional] ou cidade [socioespacial]?”. Conforme Melo (2008), as dificuldades apresentadas à análise dessa temática se devem, por um lado, pela fragilidade teórica e metodológica da Geografia e de outras áreas que pesquisam o tema e, por outro lado, pela própria diversidade da realidade socioespacial brasileira.

Portanto, o desafio que se apresenta neste estudo é entender a produção do espaço da cidade pequena do ponto de vista empírico e social, como realidade urbana complexa e de fundamental importância para os estudos urbanos contemporâneos. Destarte, o urbano não se realiza apenas nas cidades grandes e metrópoles. Em conformidade com Fernandes (2018), os estudos acadêmicos precisam compreender o urbano brasileiro em totalidade, com inserção das cidades pequenas no debate, especialmente em função dos papéis urbanos desempenhados e sua inserção na rede de cidades. Como esclarece Sposito e Jurado da Silva (2013),

A cidade pequena em si não é um dado *a priori*, não deve ser analisada isoladamente; e sim no plano de suas relações com outros centros. Trata-se de uma construção social e coletiva, além de uma elaboração teórica e prática de membros da comunidade científica, a qual produz reflexões analíticas, algo consensual e/ou reconhecido/negado para a compreensão do urbano e da estruturação da sociedade (SPOSITO e JURADO DA SILVA, 2013, p. 17).

Para tanto, entende-se cidade pequena como um recorte “empírico/teórico” que tem dimensão específica e, simultaneamente, envolvida na totalidade em que se insere a sociedade urbana e o mundo. Diante do movimento do processo de produção capitalista, da formação socioespacial e do desenvolvimento desigual e combinado (JURADO DA SILVA, 2011).

Todavia, o conceito de cidade pequena é uma indeterminação. Sposito e Jurado da Silva (2013) chegam a diferenciar definição e conceituação ao referirem-se as cidades pequenas. Para os autores, a definição baseada apenas nos critérios político-administrativos, demográficos e funcionais precisa ser superada. Desse modo, pode-se tornar um conceito na medida em que se considera perspectivas mais amplas no conjunto das ideias na tentativa de discutir essa realidade no âmbito da teoria geográfica, estabelecer seu perfil, suas bases e comparar propostas de diferentes autores.

No que tange aos estudos sobre as cidades pequenas, ainda há carência de pesquisas científicas com pressupostos teórico-metodológicos que possibilitem compreender a diversidade desses espaços urbanos. Especificamente na Geografia, conforme Jurado da Silva (2011) o estudo das cidades pequenas não tem sido um dos temas prioritários na produção do conhecimento sobre a cidade.

Apesar de os estudos sobre essas cidades, historicamente, não terem sido privilegiados no meio acadêmico, atualmente, pesquisadores têm apresentado contribuições importantes a respeito da diversidade das relações de produção características desses espaços. Entre esses estudiosos, destacam-se as pesquisas realizadas por Moreira Junior (2014), que realizou estudo sobre a dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço das cidades pequenas na região metropolitana de Campinas – SP; Jurado da Silva (2011) abordou a questão das cidades pequenas e indústria, com foco na análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente – SP; Melo (2008) realizou análises sobre os conteúdos e considerações teórico-metodológicas das pequenas cidades na microrregião geográfica de Catalão – GO; Roma (2008), que trabalhou com o tema segregação socioespacial em cidades pequenas; Endlich (2006) explorou os papéis e significados das pequenas cidades no Nordeste Paranaense; Bernardelli (2004) que realizou a pesquisa sobre reprodução social e produção de moradias nas cidades pequenas da região de Catanduva – SP; entre outros.

Por conseguinte, a realização desses estudos com diferentes abordagens a propósito das cidades pequenas, suas funções urbanas, influência na rede urbana, diversidades de atividades produtivas e características diferenciadas quanto ao processo de formação espacial, contribui para que novas reflexões sobre esses espaços urbanos possam ser desenvolvidas, sob outras perspectivas de análise da realidade presente em regiões não metropolitanas. Como no caso desta pesquisa, que versa sobre o estudo de uma cidade pequena no Recôncavo Baiano.

No caso específico de São Felipe, verifica-se a presença de características comuns às cidades pequenas, todavia, as condições de produção não são homogêneas, uma vez que cada cidade possui suas particularidades e está inserida no contexto da reprodução social e estruturação urbana, inerente às lógicas capitalistas que fragmentam e hierarquizam as relações socioespaciais por meio da divisão de classes. Logo, suas particularidades podem apresentar semelhanças e/ou diferenciações em meio ao processo de (re)produção espacial. Entretanto, as funções desempenhadas por essas cidades também são variadas e a origem do processo de formação espacial se diferencia. Há, portanto, cidades pequenas que assumem funções eminentemente agrícolas, outras com perfil industrial, e, ainda, “cidade-dormitório”, turística, histórica, centro especializado, reservatório de força de trabalho, entre outras atribuições

(MOREIRA JUNIOR, 2014).

Nesse contexto, “[...] a diferenciação geográfica dos espaços deve ser elucidada, para que não se venham proferir reduções e/ou generalizações [...], o que permitirá pensar sobre as contradições existentes, levando-se em conta não somente a aparência, mas a essência” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 63). Isso porque, na contradição desse processo reproduzido espacialmente, surgem centros com grande poder econômico e alguns totalmente dependentes, cidades pequenas com amplos estabelecimentos industriais e outras fortemente vinculadas à economia agrária (JURADO DA SILVA, 2011).

No Brasil, oficialmente, as cidades são definidas como as sedes municipais, indiferente de suas características qualitativas ou quantitativas, conforme estabelece o Decreto da Lei nº 311, artigo III, de março de 1938 (BRASIL, 1938). Entretanto, reduzir a definição de cidades apenas à lógica político-administrativa e/ou demográfica pouco contribui para o entendimento da dinâmica urbana presente nesses espaços.

No caso específico das cidades pequenas, há uma variedade de realidades urbanas tanto com relação às diferenças espaciais quanto de conteúdos (MOREIRA JUNIOR, 2014). Segundo Moreira Junior (2014, p. 07), no que se refere ao quantitativo populacional, existem variações significativas, “[...] núcleos urbanos com menos de mil habitantes, bem como alguns casos particulares de cidades que chegam a ultrapassar 50 mil que adquirem características de cidades locais na estruturação interurbana”.

Para tanto, nesta pesquisa, de acordo com Henrique (2012, p. 64), a intenção não é construir uma definição sobre o perfil de cidade pequena, muito menos respaldar as reflexões apenas nos elementos estatísticos como o quantitativo populacional para classificar as cidades. O que importa é compreender “[...] o que acontece nessas cidades, seus conteúdos e os processos que dinamizam seu espaço intraurbano e suas articulações regionais [...]”. Visto que “[...] negar classificações, propondo novas tentativas de classificação, insere um jogo circular, uma tentativa de rotulação e/ou adjetivação [...]”, que coloca na obscuridade as diferentes realidades das cidades pequenas.

Ressalta-se, assim, a necessidade de superação das análises espaciais ligadas apenas ao tamanho e/ou quantitativo populacional como se, por si só, fossem capazes de revelar a realidade presente nesses espaços, sobretudo, porque “[...] essa concepção engessa a discussão conceitual por se tratar apenas de uma definição ao compasso que é determinista, reduz a cidade a uma expressão numérica e não leva em conta a diversidade regional e os vários recortes espaciais que poderiam ser empreendidos” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 49 – 50).

Além disso, as diferentes pesquisas realizadas entre autores e órgãos brasileiros não

apresentam única definição quanto ao quantitativo demográfico das cidades pequenas. Esses dados demográficos são mais um indicativo do perfil de uma cidade, pois ao considerar apenas esse elemento na análise incorre-se ao risco da elaboração de abordagens conceituais reducionistas e fragilizadas.

Bernardelli (2004) considera cidades pequenas aquelas com menos de trinta mil habitantes; Bacelar (2012) considera as cidades com até dez mil habitantes; para Moreira Junior (2014), Jurado da Silva (2011) e Endlich (2006) são aquelas com até cinquenta mil habitantes etc. Desse modo, é indispensável reflexão cuidadosa ao abordar essa questão e, como aponta Wendel Henrique (2010, p. 46), mais do que a classificação populacional que apenas definiria as cidades como de porte médio ou de pequeno porte, “cabe o entendimento sobre suas características, seus cotidianos, suas funções e suas formas”.

Nessa mesma perspectiva, conforme Sposito (2009, p. 13), é preciso realizar esforço para superar a adoção dos adjetivos de “pequenas e médias” referentes às cidades, uma vez que “não são suficientes para caracterizar as cidades não metropolitanas”. Especificamente, porque a realidade dessas cidades é heterogênea e essas expressões precisam ser repensadas, pautadas na análise das diferentes funções desempenhadas por esses centros urbanos, articuladas não só ao tamanho demográfico, mas a escala da cidade, às formas, aos conteúdos sociais e dinâmicas que reorientam a estruturação urbana na divisão territorial do trabalho.

No entendimento de Endlich (2006), o desdobramento espacial das atividades amplia as forças produtivas, ao passo que também exige um domínio centralizado e, desse modo, menores núcleos da rede urbana podem ter suas funções reduzidas ou modificadas. “Tanto podem surgir atividades especializadas com um alcance de mercado espacialmente mais amplo, quanto a acessibilidade facilitada a centros urbanos maiores podem reduzir os papéis urbanos das pequenas cidades” (ENDLICH, 2006, p. 86). Assim, deve-se considerar que cada cidade assume uma função principal que interfere diretamente no papel desempenhado na divisão territorial do trabalho.

Nessa perspectiva, ao pensar a cidade de São Felipe, verifica-se que, no contexto da rede urbana do Recôncavo Baiano, mantém certa relação de dependência e acessibilidade facilitada à cidade de Santo Antônio de Jesus, sobretudo, devido à busca por serviços especializados de saúde e melhores condições de emprego. Conforme apontam os dados da pesquisa de campo: do total de entrevistados, 52% afirmam utilizar serviços médicos em outra cidade; desses, 35% recorrem à cidade de Santo Antônio de Jesus. Contudo, esse fluxo não ocorre de maneira homogênea na cidade de São Felipe, visto que existe uma diferenciação dessa prática entre os moradores do Centro e dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema, pois, 27% dos moradores do

Centro afirmaram que se deslocam para atendimento médico em Santo Antônio de Jesus, enquanto 8% dos moradores das áreas mais pobres fazem o mesmo.

Outro dado que denota a relação de São Felipe com outras cidades se revela na afirmação de 57% do total de entrevistados que asseguraram ter o desejo de morar em outra cidade, em busca de melhores oportunidades, principalmente, de emprego. Desses, 23% gostariam de morar em Santo Antônio de Jesus e 17% afirmaram ter o desejo de morar em Salvador, enquanto os outros 17%, relatam outras cidades, especificamente, relacionadas ao natalício, para onde nutrem o desejo de retornar.

Considera-se que “o estudo e a compreensão de pequenas e médias cidades não podem prescindir do entorno espacial, fundamental para compreender a amplitude dos papéis urbanos e a dinâmica regional que realimentam os mesmos” (ENDLICH, 2006, p. 86). Como esclarece Jurado da Silva (2011), as cidades pequenas apresentam suas particularidades como centros diferenciados entre si, bem como no que diz respeito a sua inserção na rede urbana e aspectos mais amplos que lhes são comuns, como inserção na economia de mercado, participação na divisão territorial do trabalho, atendimento das demandas mínimas da população etc.

No contexto de São Felipe, destaca-se a realidade de uma cidade pequena com sua especificidade de produção, consumo e (re)produção do espaço urbano diretamente influenciado pelo setor primário. As atividades agrícolas desenvolvidas no município ainda representam a ocupação da maioria da população e impulsionam a vida comercial no centro urbano, juntamente, com as ocupações provenientes do comércio local e serviços (especificamente, públicos). Por sua vez, os maiores consumidores dos serviços oferecidos na cidade de São Felipe são os próprios moradores dos seus espaços urbano e rural, bem como, a especialização das atividades nos setores secundários e terciários estão intimamente vinculadas com o rural.

Segundo Damiani (2006), as cidades pequenas constituem verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, representadas por menor expressividade dos processos acumulativos próprios da modernidade. Nessa perspectiva, Moreira Junior (2014) esclarece,

[...] como consequência deste vínculo estreito com o campo, as cidades pequenas conservam uma maior multiplicidade de vivências e de contradições entre o urbano e o rural. Assim, em geral, a morfologia destas cidades é marcada pelo tênue contraste urbano-rural, na qual, não raramente, se observa atividades agrícolas inseridas na cidade (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 52).

Em São Felipe, essa tendência se expressa nas formas espaciais da cidade, imbricadas com elementos da condição de vida do espaço rural. O rural e o urbano estão entrelaçados. Na

entrada da cidade encontra-se atividades rurais como áreas com plantações de capim e mandioca, em contraste com o tecido urbano (Foto 3).

Foto 3 – Atividades rurais como plantação de mandioca e capim na entrada da cidade de São Felipe, Bahia, 2019



Fotos: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Sem a intenção de traçar generalizações, observa-se que na cidade pequena (como o exemplo citado sobre São Felipe) o espaço urbano ainda apresenta características muito próximas de “elementos rurais”, entretanto, a tendência desses aspectos é se tornarem residuais numa escala temporal. Sobretudo, porque já se encontram capturados pela lógica reprodutiva do espaço urbano como mercadoria.

Segundo Jurado da Silva (2011, p. 58), “[...] nas cidades pequenas a relação cidade e urbano-rural ganha um significado especial, sobretudo, no limiar inferior dessa categoria de núcleos urbanos [...]”. Especificamente, porque a produção de atividades rurais nesses espaços urbanos interfere diretamente na dimensão do vivido. Por sua vez, a manutenção de áreas com atividades rurais também pode expressar interesses relacionados a valorização e especulação do solo urbano para comercialização, em função da ação dos loteadores e proprietários fundiários.

Em São Felipe, pode-se observar a constituição desse processo de especulação do solo segundo tais interesses. Especificamente, na Foto 4, percebe-se a presença de novos conteúdos urbanos, ao representar uma área próxima à entrada da cidade, que antes era tomada por plantação de cana-de-açúcar e, atualmente, desempenha funções de moradia, comércio e serviços de oficinas mecânicas. Alguns elementos dessas transformações socioespaciais são apontados pelos entrevistados:

Aqui funcionava o antigo engenho do finado [...] a gente conhecia como Sr. Milton, filho do finado Vavá. Do próprio finado Vavá também existia uma casa de farinha, hoje desativada, tanto a casa de farinha quanto o engenho. A casa de farinha segundo o relato das pessoas garantia o sustento de muitas famílias [...]. A plantação de cana-de-açúcar não tem mais não. [...] O antigo engenho, hoje, desativado **[há menos de uma década]**, fica ali atrás daquela carpintaria, Carpintaria Lessa (Entrevistado E.L, morador do Centro, entrevista realizada em 13 de julho de 2019. Grifo nosso).

[...] O sítio de meu pai fica ali próximo. Existia um engenho que foi desativado tem pouco tempo, no lugar das canas, veio os loteamentos e pastagens [...]. Na verdade, essas áreas são desdobramentos da Fazenda Engenho Medrado, propriedade essa que pertence ao meu avô, Augusto Moura. [...] Nossas terras são urbanas atualmente. O recibo de água consta como endereço, Fazenda Engenho Medrado [...] (Entrevistado E.A, morador do Centro, entrevista realizada em 23 de julho de 2019).

Foto 4 – Antiga área de plantação de cana-de-açúcar próxima à entrada da cidade de São Felipe, Bahia, 2019³⁰



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

³⁰ Infelizmente, não se obteve fotografia do momento histórico anterior.

Em meio à transformação e materialização de novas formas espaciais, ocorrem, conseqüentemente, modificações nas relações sociais, essas entendidas em sentido amplo, de acordo com Lefebvre (1991a), relações sociais, econômicas, políticas e culturais que se refletem no espaço e são, também, por ele determinadas. Como exemplifica Bernardelli (2004, p. 275-276), as formas de uso do espaço “[...] expressam-se nas práticas espaciais e a cidade apresenta, em sua morfologia, as relações que estão subjacentes às formas, aos conteúdos, além da mera materialidade de um espaço, que é determinado pelas relações estabelecidas entre os diferentes agentes sociais”.

A inserção desses conteúdos urbanos em São Felipe acaba por contribuir para a expansão da cidade com mudanças no tecido social e urbano. Conforme interesses capitalistas dos produtores do espaço urbano, especificamente, dos agentes imobiliários – na maioria das vezes, proprietários de terras antes agricultáveis, que agora as comercializam como mercadoria de troca pelo parcelamento do solo para a venda sob a forma de loteamento; e do Estado – representado pelo poder público municipal, que atua como agente regulador e/ou facilitador desse processo. Na medida em que tal processo é fruto de uma estratégia mais ampla, “[...] o mundo globalizado insere precariamente todos os espaços. Esse é o modo de inserção possível numa sociedade crítica como a moderna sociedade capitalista” (DAMIANI, 2006, p. 137).

Nesse contexto, os problemas urbanos se intensificam em decorrência da não atuação do poder público na fiscalização e/ou conivência com a proliferação de venda de lotes e construções de forma desordenada. De acordo com Araújo (2010, p. 203), “[...] não bastam formas jurídicas de controle de acesso ao solo urbano para o habitar, é preciso que existam também formas urbanísticas para orientar e, se necessário, coibir a reprodução social em sua expressão espacial”.

Considera-se que “[...] todas as cidades, indiferentemente de seu porte territorial ou populacional, apresentam problemas semelhantes – na tipologia –, mas com particularidades – na visibilidade e na intensidade com que os fenômenos ocorrem” (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 62). Na perspectiva apontada por Damiani (2006),

Assistimos a uma via que leva ao tratamento da cidade *per se*, quando seus problemas são aqueles que lhe são específicos e, ao mesmo tempo, os problemas mundiais que a atravessam, cujo discernimento e consciência coletiva são mais residuais. A cidade aparece como sujeito: o grupo dominante; sua cultura; sua política; a ação popular ou seu silêncio de consentimento. No mundo da economia, que inclui a cidade francamente, ela se eleva a sujeito. Cidades populares, especialmente as pequenas, de inserção mais residual, passam a se tornar: econômicas – verdadeiros complexos produtivos –, o que pode substituir o grupo dominante, cultural – envolvendo

aí a presença do turismo, que também altera substancialmente a inserção econômica e cultural de sua população; etc. É uma transformação social: a cidade se culturaliza, se economiza (DAMIANI, 2006, p. 144).

Na cidade pequena alguns desses processos se explicam pela totalidade do fenômeno da produção do espaço. O que acontece nas grandes cidades e metrópoles, também, ocorre em outra escala nas cidades pequenas, ao considerar as suas funções na rede urbana. Mas, há processos que acontecem nas cidades pequenas e médias que não se explicam em processos metropolitanos, pois, as práticas espaciais e as lógicas reproduzidas no cotidiano apresentam especificidades na produção do espaço que devem ser consideradas (SANTOS, J. 2019).

Ao analisar a realidade empírica de São Felipe com base nos dados da pesquisa de campo, pode-se inferir que a representação de cidade pequena ligada à noção de “tranquilidade” é predominante nas avaliações dos moradores, pois 93% dos entrevistados afirmaram que a cidade oferece tranquilidade. Em suas justificativas sobressaíram elementos como “aqui ainda é calmo/é uma cidade calma/ é uma cidade tranquila/ porque existe paz/ cidade acolhedora” (32%); “já foi melhor/já foi mais tranquila/ é uma cidade tranquila, porém não é mais como antes” (13%); “por se tratar de uma cidade pequena/ por ser uma cidade pequena” (12%); “é tranquila porque ando só, vivo só e não tenho medo/ porque minha rua é segura/ porque o bairro onde moro é bom e bem tranquilo” (10%); “bem tranquilo comparado às cidades grandes/ não existe caos/ por não ter muito movimento” (8%); “por causa do baixo índice de violência/ porque não ver muita criminalidade/ mesmo com o grande índice de drogas, considero uma cidade tranquila” (6%); “ritmo de cidade do interior com algum acontecimento/ de vez em quando sai um pouco da rotina” (4%); e os outros 8% não justificaram. O argumento referente à tranquilidade é reforçado quando 88% das pessoas afirmaram gostar de morar na cidade e a maioria das justificativas estava relacionada às expressões: “cidade tranquila, calma e/ou acolhedora”³¹.

Todavia, essa discussão de cidade tranquila dissimula as contradições socioespaciais presentes na escala intraurbana. A cidade é tranquila com base no olhar da ordem distante, mas dentro da ordem próxima das relações entre os sujeitos com o espaço vivido há conflitos, sobremodo, o discurso da violência estigmatizado nas representações dos moradores do Centro a respeito dos moradores da Urbis, Jurema e Laranjeira, que afirmam não frequentar e/ou conhecer esses espaços mas, os representam como violentos e inseguros.

Jurado da Silva (2011, p. 33) corrobora o debate ao refletir sobre a concepção de cidade

³¹ Informações com base nos questionários aplicados, pesquisa de campo (2019).

pequena está ligada a clichês como tranquila, “pacata”, “miserável”, “cidade pequena que nasci” etc. “[...] possui uso muito amplo, reproduzindo-se como recortes espaciais e como uma percepção do espaço, baseada na vivência e no sentido prático da construção social e econômica empregada pelas pessoas corriqueiramente”.

De acordo com o autor, é preciso atenção para o uso demasiado dessas conotações referentes à noção de cidade pequena, sobretudo, porque tem sido muito utilizada pela mídia e por leigos de maneira estereotipada, de modo que o sentido geográfico é distorcido ou mesmo negligenciado. Ocorrem-se assim generalizações ao referenciar esses locais como pacatos e seguros, “pólos de recepção de idosos e com altíssimo nível de qualidade de vida, sem ao menos estabelecer uma investigação acurada para provar ou não tais afirmações” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 33). Por isso, a importância do debate geográfico pautado na análise empírica e social para compreensão da realidade estudada.

Destarte, as relações de produção e (re)produção do espaço da cidade pequena apresentam complexidades variadas e cada realidade possui suas particularidades. Como aponta Endlich (2006, p. 385), “[...] as cidades pequenas não correspondem a miniaturas das grandes cidades, mas sim uma expressão do urbano com feições específicas”. São espaços que carregam a dimensão de uso do espaço e do tempo com particularidades próprias do seu cotidiano.

De acordo com Moreira Junior (2014, p. 52), “[...] a cidade pequena dá suporte para refletir a respeito da pluralidade do que entender por urbano e cidade no Brasil, além de oferecer elementos para discutir, também, a sua negação”. Sobre essa perspectiva de análise, evidencia-se a pesquisa realizada por Roma (2008), na qual aponta qualificativos que compõem o limiar entre a cidade e a não-cidade. Bem como o trabalho de Bernardelli (2004, p. 216), que, ao refletir sobre as cidades pequenas da região de Catanduva – SP, destaca que “o caráter urbano amplia-se quanto maior o nível e a quantidade de atividades não agrícolas presentes [...]”. Nesse sentido, conforme Bernardelli (2004, p. 214) e vários outros autores, a concepção de urbano “extrapola a própria cidade, consubstanciando-se na relação cidade-campo, tendo na divisão técnica, social e territorial do trabalho a base que funda tal relação”.

O urbano é um modo de vida e o seu conteúdo é o agrupamento, a reunião das diferenças que se centralizam na forma da cidade (LEFEBVRE, 1999). Destaca-se, assim, a importância de pensar a cidade para além da forma materializada na produção do espaço, de modo a apreender os conteúdos das relações sociais reproduzidas no cotidiano. Infere-se que na cidade pequena a noção do urbano voltada para dimensão do uso e das relações de encontro entre os indivíduos se realiza de modo mais próximo do espaço vivido. Como afirmam Soares e Melo (2010),

O conhecimento íntimo e a proximidade entre as pessoas, nas pequenas cidades, se estendem às diversas dimensões da vida local, como nas referências para a localização de endereços nas cidades, nas atividades comerciais e nas relações políticas. Além dessas podem-se apontar outros exemplos ilustrativos do quanto e como imperam as relações pessoais nesses lugares, sendo predominantes: formas de chamamento vinculando filhos e esposas a pais e maridos [...].

[...] Os sujeitos reconhecem e são reconhecidos pelos outros em decorrência de sua marca pessoal, de seu nome, de suas atitudes. Tudo é amplamente dominado pela coletividade e a personalidade (SOARES E MELO, 2010, p. 245).

Em São Felipe, é comum a presença dessas relações de pessoalidade que influenciam diretamente na dimensão da vida cotidiana em diferentes aspectos, sobretudo, nas atividades comerciais, busca por emprego, relações sociais e políticas. Mormente, porque as opções de emprego são bastante restritas e a “Prefeitura” é vista como o principal empregador na cidade. Percebe-se a influência dessa relação no relato de uma das entrevistadas que, ao ser questionada se São Felipe oferece opções de emprego, afirmou: “[...] aqui a gente não tem. Tudo que tem pra arrumar é numa prefeitura, secretaria, escola, essas coisas assim [...], mas é tudo apadrinhado [...] aqui é terrível essa questão [...]”³².

Esse tipo de relação apontada pela entrevistada revela a forma como as práticas clientelistas e patrimonialistas se reproduzem com maior visibilidade nas cidades pequenas, uma vez que os interesses pessoais na maioria das vezes sobressaem aos interesses públicos, as quais “[...] carregam marcas profundas do coronelismo, do patrimonialismo, dos favorecimentos pessoais e das relações de dependência da população para com o poder local” (MELO, 2008, p. 379). O relato do Entrevistado M.S, morador da Jurema, aborda elementos importantes sobre essa questão de favorecimento político e da relação de pessoalidade estabelecida com moradores. Apesar de não ser um caso específico da cidade pequena, evidencia-se que tal relação se torna mais recorrente nesse espaço, sobretudo, com o exercício da prática de apadrinhamento de pessoas sem qualificação necessária para ocupar cargos públicos.

[...] se você passa nas ruas em época de política e você olha para um político, ele já vem te abraçar. Passou as eleições e ele ganhou, filha, ele só passa de vidro fechado! Você chama até para pedi uma informação sobre qualquer outra coisa, ele já não ouve mais você. E, é assim, isso tudo cria revolta, entendeu? [...] Na realidade, os políticos chegam na sua casa com mil e uma proposta, que vai fazer e que vai acontecer, e depois simplesmente, eles só buscam melhoras no salário deles. E quanto a você, você que se lixe, e vá

³² Entrevistada B.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

estudar e fazer por merecer [...] até os concursos públicos, hoje, que tá mais raro [...] hoje, talvez não seja como antes, mas sempre teve ‘padrinagem’ né! A gente não pode provar em dizer isso e aquilo, mas a gente sabe que sempre teve ‘padrinagem’. Devido às pessoas que trabalham em cargo público e que nem todo mundo sabe o que tá fazendo naquela área [...], até essas pessoas que trabalham em cargo público que você chega lá para pedir uma informação e elas não sabe te dar, não sabe nem para quer estão ali. E isso tudo, justamente, é culpa de político. Porque compram o voto dessas pessoas oferecendo oportunidade de trabalho, e aí quando vem um concurso público, eles se responsabilizam em botar essas pessoas, onde tem outros corruptos por trás disso que recebem alguma propina ou oportunidade de trabalhar em outro local melhor e assim vai [...]. Com isso o Brasil só tem a regredi né, a gente não pode crescer se eles também não faz com que a gente cresça, não nos dá oportunidade de crescer [...] (Entrevistado M.S, morador da Jurema, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

Outro fator que influencia na (re)produção do espaço da cidade pequena é a dependência de recursos provenientes de transferências governamentais, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que faz com que os laços clientelísticos se ampliem “[...] e a prefeitura é vista como “mãe” social do povo, alimentando todo tipo de assistencialismo em troca da manutenção do poder e dos laços hierárquicos eleitorais” (JURADO DA SILVA, 2011, p. 58).

Essa tendência está presente na forma como a produção do espaço em São Felipe se realiza, com influência direta na capacidade de ação de seus governos e nas condições econômicas do município. Como destaca o Secretário Municipal de Administração, Álvaro Neiva:

No município, o maior empregador, você sabe que é a prefeitura! Que é bom e ruim ao mesmo tempo. Porque a gente não tem outro contraponto, é onde a gente vem buscando alternativas, mas com a redução de recursos que nós tivemos, haja vista, nós perdemos um milhão de reais de receitas do FPM [...] Nós tínhamos quatro milhões e novecentos de receitas no município ano, e de janeiro pra cá, pra janeiro desse ano, perdemos um milhão de reais e, isso é complicado, e aí inibe a gente pensar mais alto né?! Mas vamos tocando para ver se as coisas melhoram [...] (Entrevistado Sr. Álvaro Neiva, Secretário Municipal de Administração de São Felipe, entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2019).

Como se verifica, o processo de produção do espaço na cidade pequena envolve múltiplas dimensões de análise e o entendimento das relações espaciais cotidianas é o caminho possível para se chegar à compreensão da realidade estudada. No próximo tópico, apresenta-se algumas reflexões a respeito da morfologia urbana de São Felipe, como a malha urbana dessa cidade foi se expandindo no decorrer das relações de produção no espaço-tempo e suas mudanças no tecido social e urbano.

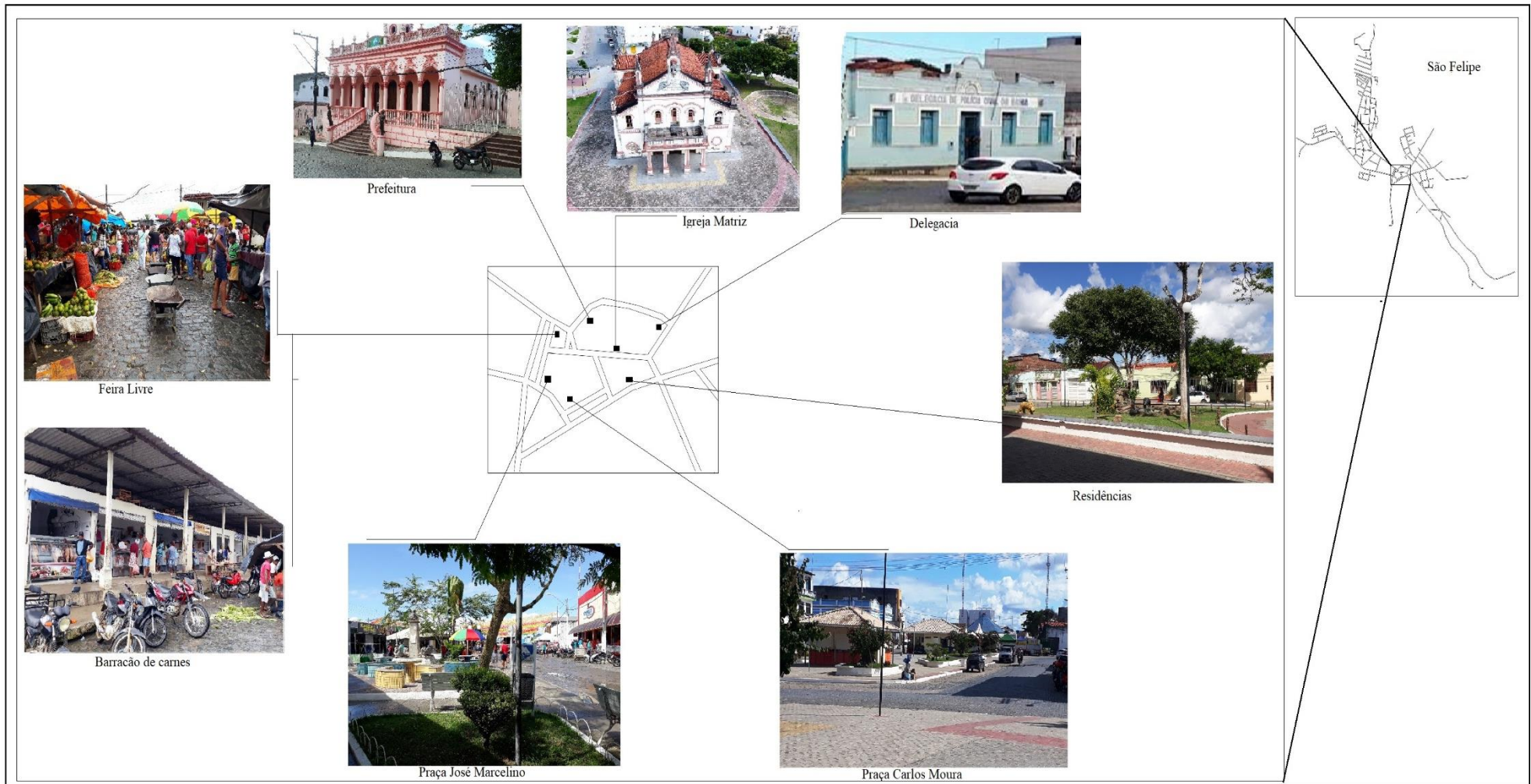
3.2 A PRODUÇÃO DO CENTRO E DE ESPAÇOS SEGMENTADOS NA CIDADE

O processo de urbanização recente em São Felipe, implica em mudanças no tecido social e urbano, as quais revelam novas formas de diferenciações com relação ao uso e ocupação do solo se constituindo. Para entendimento dessa questão, é analisado alguns aspectos sobre o movimento dialético de constituição da centralidade urbana, diretamente influenciada pela forma centro enquanto dimensão material desse processo. Bem como a relação estabelecida com novas áreas que vão se constituindo de forma mais segmentada espacialmente.

Cabe ressaltar, de acordo com Santos, J. (2008, p. 139), que os termos centro e centralidade relacionados ao urbano são indissociáveis, mas também apresentam diferenciações. “O centro da cidade não traduz a totalidade da produção do espaço urbano, porque é uma esfera determinada da sua estruturação. A cidade corresponde a algo maior que a vida que se movimenta no centro, por mais que haja forte correlação entre ambos [...]”. Desse modo, a produção do centro explicita as contradições na forma como a cidade é (re)produzida. Por conseguinte, o movimento de reprodução da cidade constitui a centralidade, “[...] na medida em que desvela o processo de produção e reprodução do urbano, a partir do desenrolar da vida cotidiana [...]” (SANTOS, J., 2008, p. 139).

Conforme entendimento proposto por Lefebvre (2008, p. 85), “a centralidade tem seu movimento dialético específico [...] não existe realidade urbana sem centro, quer se trate do centro comercial (que reúne produtos e coisas), do centro simbólico (que reúne significações e as torna simultâneas), centro de informação e de decisão [...]”. Nessa perspectiva, ao pensar a cidade pequena, como é o caso de São Felipe, verifica-se que é peculiar a esse espaço urbano fazer referência ao Centro como a área em torno da Igreja Matriz, tradicionalmente representada como “Praça Central”, onde estão localizados os serviços, o comércio, órgãos do poder público municipal, instituições religiosas e a principal opção de lazer para os seus moradores (Figura 1). Como resalta Melo (2008, p. 429), “a praça principal ainda é o local mais importante de encontro e lazer, nas pequenas cidades”.

Figura 1 – Usos do espaço no Centro da cidade em torno da Igreja Matriz, São Felipe, Bahia, 2019



Elaborado por Maiara Leandro.

Fontes: Base Cartográfica IBGE (2010). Fotos: Acervo pessoal de Maiara Leandro. Foto de Drone: Mauricio Andrade (2017), obtida na página do Facebook da Prefeitura Municipal de São Felipe, Bahia.

Para tanto, a cidade se representa com base numa forma (o centro), originada pelo processo de centralidade dos mais variados tipos de conteúdos. Como esclarece Sposito (2001, p. 239), “a centralidade pode ou não ser fugaz, efêmera ou transitória, porque ela não se institui apenas pelo que está fixo no espaço, mas pelas mudanças ocorridas no decorrer do tempo, no uso, apropriação e sentido dados aos espaços e deles apreendidos”. Todavia, no centro das cidades pequenas as formas passadas ainda resistem, seja na arquitetura com presença de monumentos históricos, nos tipos de construções, no uso do solo, no traçado, extensão e largura das vias (MOREIRA JUNIOR, 2014).

No Centro da cidade de São Felipe ainda resistem prédios com valor histórico-arquitetônico (Igreja Matriz, Prefeitura Municipal), além da presença de residências e praças que influenciam nas relações sociais de produção do cotidiano urbano. Segundo Santos, F. (2013),

A cidade de São Felipe possui três praças históricas principais: uma é a praça da igreja matriz, característica da maioria das vilas e cidades, formadas no período da colonização, quando a Igreja Católica, juntamente com a Coroa Portuguesa, desfrutou de um lugar destacado na formação e organização sociopolítica do território brasileiro. A segunda praça denominada: Praça Carlos Moura, homenageia um político pertencente a uma família tradicional local. A outra praça é dedicada à memória de José Marcelino de Souza³³, nascido em 15 de outubro de 1848, no engenho Nossa Senhora da Conceição, na localidade denominada Xangó, em São Felipe [...] (SANTOS, F., 2013, p. 71).

De acordo com Carlos (2008, p. 158), “[...] ao longo do processo de reprodução urbana os usos se redefinem, transformando a fisionomia da cidade e o cotidiano das pessoas”. Para tanto, na cidade de São Felipe verifica-se que as mudanças perceptíveis na forma urbana, geralmente, se referem aos espaços de moradia, obras para pequenas construções de espaços de comércio, serviços e reforma de praças públicas, mas que impactam diretamente na forma como as pessoas se relacionam e percebem-se nesse espaço.

Segundo depoimento de um dos entrevistados, morador do Centro, a Praça Carlos Moura era conhecida como antiga Praça da Bandeira. Nos relatos dos entrevistados, em resposta ao questionamento sobre “como caracteriza o Centro da cidade?”, destacam-se alguns aspectos

³³ José Marcelino de Souza foi Governador do Estado da Bahia, no período de 1904 a 1908. E em 1909 foi eleito Senador Federal pela Bahia, em cujo mandato permaneceu, até seu falecimento em 1917. “A praça acima referida em sua homenagem, em São Felipe, guarda seu busto, fixado no topo de uma coluna revestida de granito. É protegido na base por quatro leões sentados. O monumento foi mandado erguer pelos funcionários da Estrada de Ferro, de Nazaré, e inaugurado em 2 de dezembro de 1920, em homenagem ao defensor [...] dos interesses dos trabalhadores e daquela empresa ferroviária” (SANTOS, F., 2013, p. 72-73).

que influenciam na relação de sociabilidade dos indivíduos com esse espaço diante das mudanças ocorridas com o passar do tempo: “[...] essa reforma da praça equipada com quiosque retirou as árvores que davam vida aqui [...] hoje as pessoas nem frequentam mais como antes [...]”³⁴. “Deveria ter mais atrativos, retirou o jardim e encheu de bares e com isso, as pessoas não tem lugar nem para sentar mais”³⁵.

A Praça Carlos Moura passou por uma reforma em 2014 e de acordo com a fala dos entrevistados uma das mudanças marcantes foi à retirada das árvores para a construção de novos equipamentos (como quiosques, bares e área de estacionamento), representados por signos do “moderno” (Fotos 5, 6, 7 e 8). Conseqüentemente, conforme Sobarzo (2004), esses modificam as formas, os conteúdos e novos padrões de sociabilidade são reproduzidos no espaço. Essas mudanças no comportamento das pessoas com relação às práticas de sociabilidade mantidas com o espaço da praça podem ser interpretadas por meio das falas dos entrevistados já citados, de que as pessoas não frequentam mais como antes e que devido à retirada das árvores elas não podem nem sentar nos bancos da praça durante o dia.

Essa prática das pessoas sentarem nos bancos da Praça Carlos Moura era, de fato, mais perceptível nos períodos que antecedem a reforma citada. Destaca-se, principalmente, a concentração de alunos quando saíam da escola e aguardavam o horário do ônibus para retornarem à suas casas, aposentados que iam receber seus benefícios no Banco do Brasil localizado nessa Praça e pessoas da zona rural que utilizam o transporte do ônibus escolar para ir à feira, sobretudo, as sextas-feiras. “[...] A praça antes tinha muitas árvores, muitas pessoas frequentavam ali, principalmente, os alunos quando saíam da escola, mas agora com a reforma derrubaram as árvores, as pessoas não frequentam mais como antigamente [...] a gente sente falta de mais espaços de lazer”³⁶. As Fotos 5 e 6 apresentam elementos que comprovam os fatos abordados.

No ano de 2019, na Praça Carlos Moura foi construída uma pequena área de estacionamento (Foto 8). Segundo responsáveis técnicos da administração pública, esse projeto foi pensado para dar mais mobilidade ao trânsito na cidade. Haja vista, essa forma estratégica de se pensar a cidade revela as contradições que vão se reproduzir na vida cotidiana dos sujeitos ao segmentar o espaço da praça e as relações de encontro e de uso pelos pedestres.

³⁴ Entrevistado B.D, morador do Centro, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

³⁵ Entrevistada N.B, moradora do Centro da cidade, questionário aplicado em 29 de abril de 2019.

³⁶ Entrevistada S.P, moradora do Centro da cidade, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

Foto 5 – Praça Carlos Moura, São Felipe, Bahia, 2014



Fonte: Página no Facebook, Escudo Social de São Felipe – Historiadores (2014)³⁷.

Foto 6 – Praça Carlos Moura, São Felipe, Bahia, 2014



Fonte: Página no Facebook, Escudo Social de São Felipe – Historiadores (2014)

³⁷ Registro da Praça Carlos Moura antes da reforma iniciada em junho de 2014.

Foto 7 – Praça Carlos Moura, São Felipe, Bahia, 2019



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Foto 8 – Praça Carlos Moura, São Felipe, Bahia, 2019



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Durante a pesquisa de campo, alguns entrevistados pontuaram essa questão do trânsito como um dos problemas na cidade: “falta organização do trânsito, nos dias de feira vira uma bagunça”³⁸. “O Centro teve uma melhora pouca na praça, no jardim [...] o estacionamento de carro dia de sábado é ruim, os seguranças não fiscalizam e atrapalham ainda mais [...]”³⁹. Observa-se que os discursos apresentados revelam elementos de práticas conflituosas, as quais vão aparecer no cotidiano das pessoas que frequentam esses espaços, sobretudo, os conflitos gerados para a realização da prática do lazer.

Percebe-se, assim, que as mudanças ocorridas nesses espaços interferem diretamente nas práticas de apropriação pelo uso e nos modos de interação social entre os sujeitos. As formas como os espaços urbanos passam a ser estruturados refletem condições mais amplas do processo de modernização da sociedade capitalista, também, presentes nas cidades pequenas sob a influência de interesses políticos e econômicos. Relacionam-se ao uso da cidade cada vez mais influenciado pelos espaços de consumo e venda de mercadorias que acabam por ocasionar mudanças de funções (exemplo da lógica do pensar a “mobilidade do trânsito” adentrando esses espaços, para além da preocupação com a mobilidade das pessoas).

Quanto ao uso dos espaços nas praças ao entorno da Igreja Matriz à noite (Fotos 9 e 10), segundo alguns entrevistados, há maior movimentação de pessoas em busca de momentos de lazer, especialmente, devido à presença de atrativos como bares, barracas de acarajé, de pastéis etc., que vão influenciar novas práticas atreladas ao consumo. Como ressalta a fala do Entrevistado E.C, “[...] na noite em São Felipe tem várias empresas como o Misturas **[Bar]** e tantas outras na praça, como as barraquinhas de acarajé, de churrascos, os pastéis entre outras que movimenta muito, é um lazer também na cidade na questão de gastronomia e de curtição [...]”⁴⁰. Em entrevista, o Secretário de Administração, Álvaro Neiva, também relatou sobre a presença de pessoas à noite nas praças centrais. Ao mesmo tempo em que destaca que as praças precisam de organização e de mais atrativos, sobretudo, para as crianças.

[...] Eu gosto muito das praças de São Felipe, são lindas né, diferenciadas! À noite é movimentada mais do que nas outras cidades. Eu sou barrista, aí chego em Conceição do Almeida, chego em Santo Antônio de Jesus que é cidade pólo, assim cidade média [...] e não vejo o movimento de rua que tem em São Felipe à noite, o pessoal aqui sai, vem pra rua entendeu?! O que nós precisamos é criar mais atrativos, organizar mais [...]. Eu vejo muitas famílias passeando às vezes à noite, à tardezinha e, tantos feriados e vejo que às crianças procuram lugar apropriado de brincar e não tem. E a gente vai tentar realizar essa obra que é pequena, mas é de grande importância [...]”⁴¹

³⁸ Entrevistado H.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 06 de maio de 2019

³⁹ Entrevistado A.R, morador da Jurema, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

⁴⁰ Entrevistado E.C, morador do Centro, entrevista realizada em 08 de outubro de 2019. Grifo nosso.

⁴¹ Entrevistado Sr. Álvaro Neiva, Secretário de Administração do Município de São Felipe, entrevista realizada

Foto 9 – Vista da Praça Carlos Moura à noite, São Felipe, Bahia, 2019



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Foto 10 – Vista da Praça Carlos Moura à noite, São Felipe, Bahia, 2020



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

em 26 de fevereiro de 2019.

De acordo com as reflexões apontadas por Sobarzo (2004, p. 54), considerar uma praça somente na sua dimensão local como opção de lazer, espaço de beleza ou atrativo para o verde, constitui uma abordagem limitada. Haja vista que se trata de um espaço público que cumpre essas funções, “[...] mas também pode ser uma “obra” que o prefeito inaugure com festa e cobertura da imprensa, ou que pode receber monumentos (símbolos) [...] aspectos que potencialmente criem ou reproduzam mecanismos de dominação ou controle político”. O depoimento de um dos entrevistados apresenta elementos nessa perspectiva, sobre interesses que estão por trás dessas ações e que não condizem na maioria das vezes com as necessidades das pessoas que frequentam o local:

Eu acho pra mim que houve uma pequena melhora da praça antiga para a praça nova [...]. Mas deveria aproveitar melhor os espaços. Se construiu uma praça só se pensando na questão da logística da reforma [...] Só se pensou em: vamos reformar, vamos fazer um quiosque, vamos botar uns bancos, fazer um jardim, pronto e acabou, o povo vai tá satisfeito! [...]. Mas houve muita reclamação, a questão das árvores também, né?! Que a gente chega na praça durante o período do dia e você não consegue ficar, porque não tem sobra nenhuma e, antigamente tinha muita sombra [...] (Entrevistado J.S, morador da Urbis, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

Portanto, as praças públicas carregam em si o significado do espaço urbano, podem tanto representar o espaço do encontro e de apropriação social, como também reproduzir as contradições do espaço concebido, percebido e vivido na cidade. No que se refere à produção da cidade de São Felipe, pode-se compreender que as transformações ocorrem por meio das práticas socioespaciais reproduzidas em determinado espaço e tempo, mediadas pela relação entre “ordem próxima” (na apropriação do espaço cotidiano da cidade). E pela “ordem distante” através da dominação do espaço como instrumento político, influenciado por meio da atuação estratégica do Estado (representado pelo poder público municipal) e seus interesses econômicos.

Nessa perspectiva, “o Estado serve-se de mecanismo de ação e coerção para realizar a dominação, enquanto a população, ou a massa de trabalhadores empregados e desempregados, atua no espaço pela apropriação cotidiana do espaço vivido”. Dessa relação manifestam-se contradições, as quais têm consequências diretas nas maneiras e possibilidades do habitar (DIAS, 2013, p. 173).

No decorrer do processo histórico de formação socioespacial, São Felipe passou por algumas transformações quanto às relações de produção e (re)produção do espaço expressas, sobretudo na morfologia urbana. Ao considerar a leitura lefebvriana sobre o processo de

“implosão-explosão”⁴² da cidade, considera-se que as relações estabelecidas estariam mais ligadas ao processo de “implosão” na medida em que a cidade apresenta-se em movimento de concentração e consolidação de seu Centro, com a produção de novos espaços, sobretudo, residenciais e de pequeno comércio ou serviços. Contudo, há uma tendência à expansão urbana, especialmente, nos últimos anos (Mapa 3).

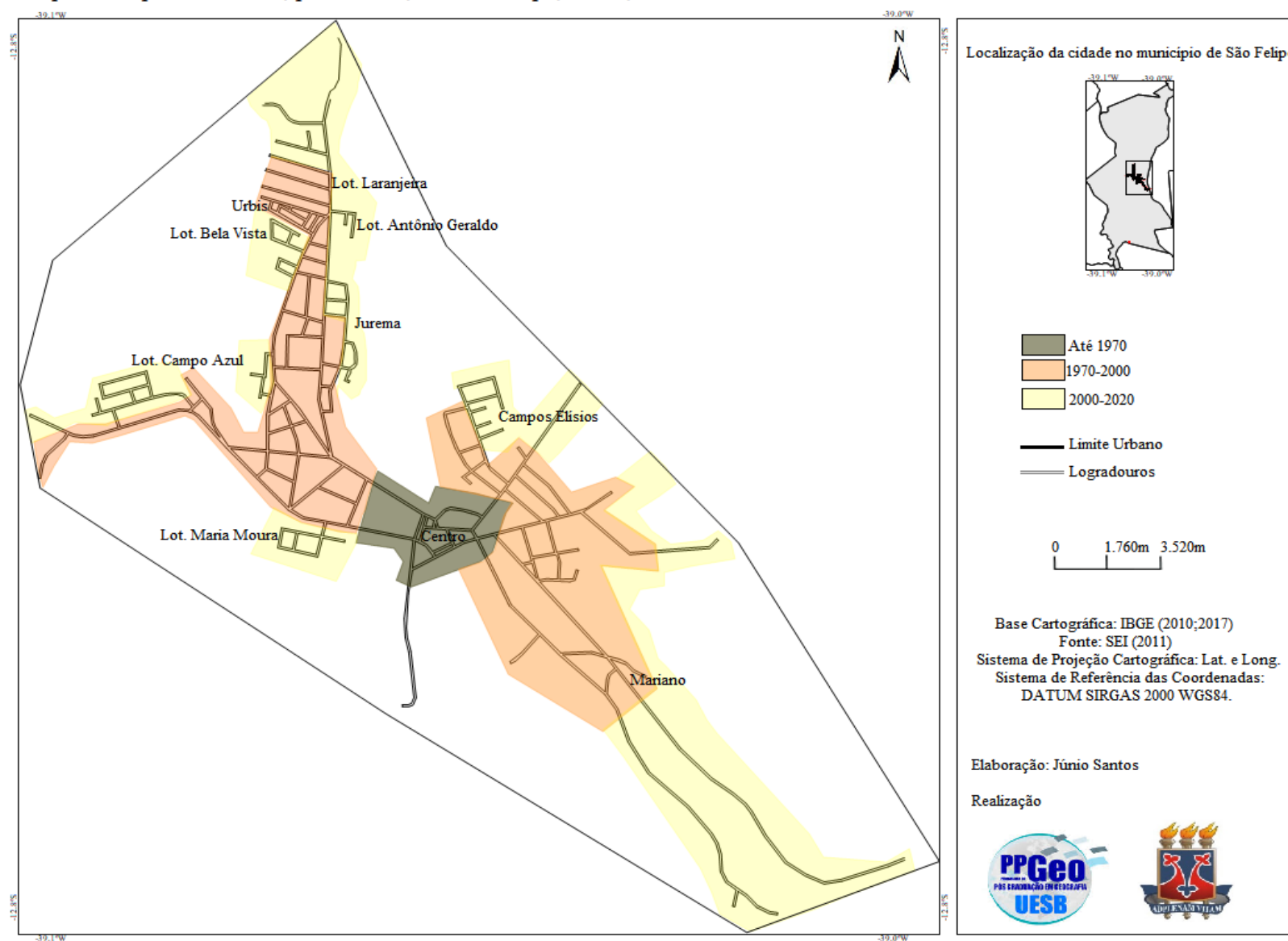
Ao considerar o processo de expansão da malha urbana, verifica-se que tem crescido nas últimas décadas em direção à Zona Norte da cidade, área onde está localizada a Urbis, Laranjeira e Jurema (Mapa 4). Bem como em direção as áreas próximas à entrada da cidade e de seu núcleo central, inseridas no contexto de implantação de loteamentos, com destaque para os Loteamentos Maria Moura e Campo Azul a partir da década de 2000. Como ressalta uma moradora do Loteamento Campo Azul, “aqui tá em processo, a gente veio pra cá mesmo em 2012 ou 2010 [...] o povo já tava construindo, antes disso, porque os moradores mais antigos tãõ na primeira rua ali [...] aí depois foi aumentando [...]”⁴³. Para o Entrevistado J.S,

[...] A cidade de São Felipe mudou muito durante dez ou quinze anos atrás, do que era pra hoje, né?! até a questão dos imóveis né, hoje, a gente ver mais imóveis [...] de andar, antigamente só via casa de no máximo um andar, hoje, a gente ver construção de dois, três [...]. Muitos loteamentos foram abertos, o Loteamento Campo Azul não tinha, o loteamento aqui de baixo de Zé Andrade, o Loteamento Laranjeira que é novo, veio depois da Urbis, entre outros [...] (Entrevistado J.S, morador da Urbis, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

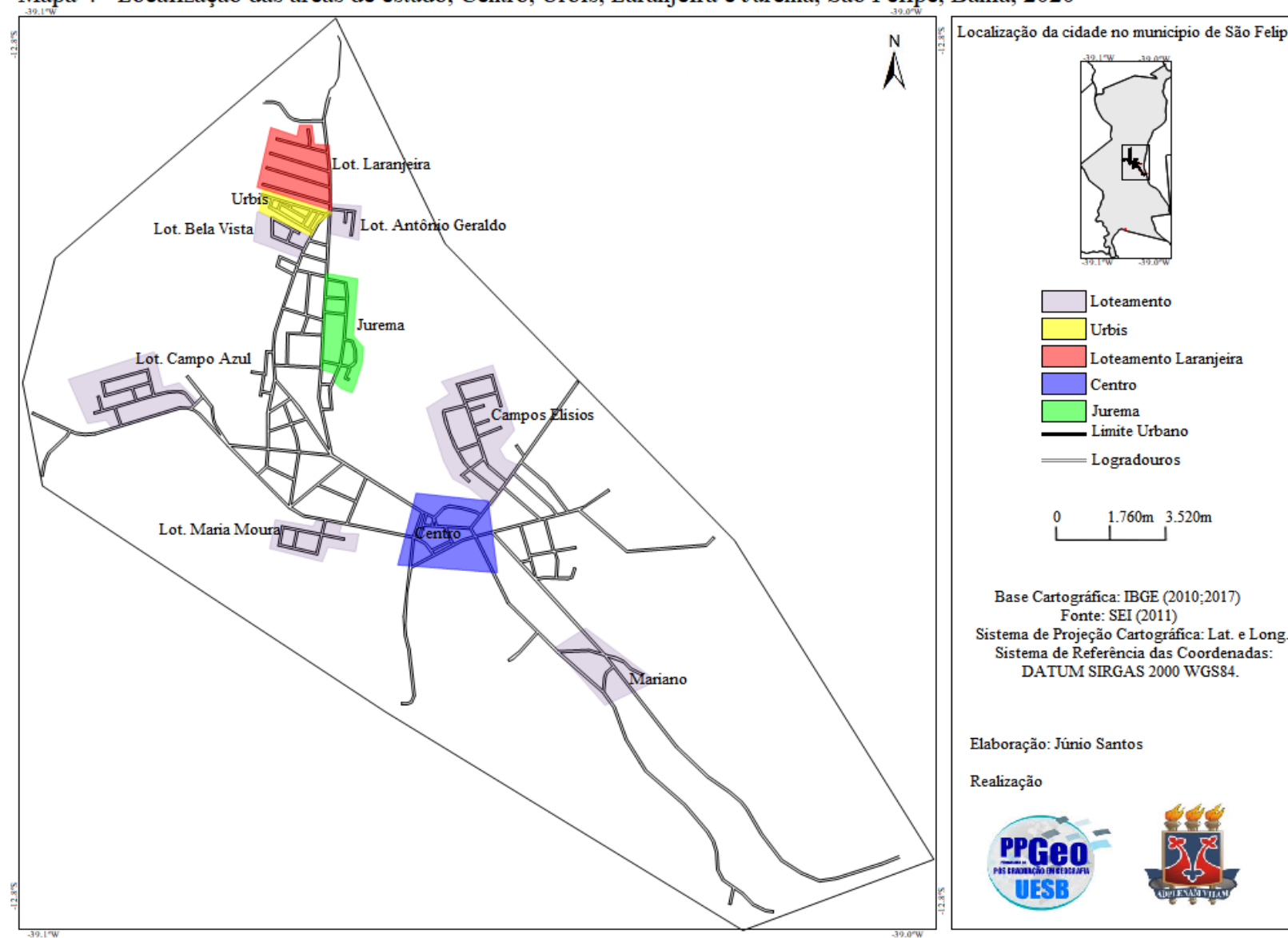
⁴² Com base nas interpretações de Lefebvre (1999, p. 26) sobre o processo histórico de produção do espaço urbano, uma das formas de interpretação a respeito da noção de implosão para entendimento da cidade estaria ligada a “[...] concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento)”, e a explosão estaria ligada a extensão do tecido urbano “[...] a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias etc)”.

⁴³ Entrevistada E.N, moradora do Loteamento Campo Azul, questionário aplicado em 22 de abril de 2019.

Mapa 3 - Expansão urbana, por década, de São Felipe, Bahia, 2020



Mapa 4 - Localização das áreas de estudo, Centro, Urbis, Laranjeira e Jurema, São Felipe, Bahia, 2020



Até as décadas de 1970 e 1980 a cidade de São Felipe era basicamente o Centro historicamente construído. Segundo dados do IBGE (1958), no Centro ergueu-se o templo católico de belo estilo arquitetônico, o qual passa a fazer referência à praça central onde estão situados praticamente todos os edifícios públicos locais (Prefeitura Municipal, primeiro Prédio Escolar Dr. Renato Medrado, Delegacia e as primeiras formas de relações comerciais, especialmente, a feira livre). Nesse período, existia na cidade, aproximadamente, trinta estabelecimentos varejistas, uma pensão e uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, além de contar “[...] com 22 logradouros, dos quais 7 são pavimentados, 3 ajardinados e arborizados e 15 iluminados. Há na cidade 464 prédios, dos quais 110 são servidos de luz elétrica” (IBGE, 1958, p. 321). Portanto, é nesse contexto de implantação desses serviços e estabelecimentos comerciais como mercearias, antigo Mercado Municipal (em 1996 foi construído um novo Mercado), lojas de tecidos, “armazéns de secos e molhados” que a representação de espaço urbano em São Felipe começa a se constituir.

O centro urbano era formado, basicamente, pela presença da igreja, casarões, casas de palhas, ruas estreitas e pequenos comércios. Todavia, no decorrer do processo de produção espaço-tempo às relações socioespaciais começam a passar por algumas transformações. Como afirma o Entrevistado R.L, empresário na cidade e que possui duas das maiores lojas de móveis em São Felipe, há mais de quarenta e três anos: “quando cheguei para aqui até uma casa para alugar era muito difícil, tinha muita casa de palha ainda [...] mas desenvolveu bastante né, hoje, já tem! O comércio, a cidade se desenvolveram. Não tá no topo como era para estar, mas desenvolveu bastante nesses períodos que estou aqui”⁴⁴.

Considero como centro, essa parte principal aqui hoje. Praça da Matriz, Praça Carlos Moura, Praça Cônego José Lourenço, Rua Góes Calmon que é a nossa aqui [...] e Rua Dom Macêdo Costa que é tido como centro né?! Mas, hoje, São Felipe quase tudo é centro porque tudo é perto, não é como Salvador que tem grandes bairros longe [...] Hoje já temos também aqui alguns bairros já longe, no caso é o Bairro Mariano e, o bairro cá em cima pro Sobradinho [**área próxima da Urbis, Laranjeira e Jurema**], é um pouco longe, mas tudo em São Felipe é perto na realidade⁴⁵.

Observa-se que, a partir da década de 1990, São Felipe começa a passar por um processo de mudanças na estruturação urbana. A cidade começa a perder certa coesão na forma como o espaço passou a se reproduzir, e as diferenciações nas formas de uso do solo começam a se constituir. Especificamente, com a construção da Urbis, espécie de conjunto habitacional fruto

⁴⁴ Entrevistado R.L, morador do Centro da cidade, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019.

⁴⁵ Entrevistado R.L, morador do Centro da cidade, entrevista realizada no dia 04 de outubro de 2019. Grifo nosso.

da política de Habitação e Urbanização da Bahia S.A, de interesse do Estado para implantação de habitação popular. Política habitacional essa, pensada como forma de organizar o espaço da cidade para atender a população pobre, segundo as condições que lhes são impostas de forma hierarquizada.

Nesse momento da análise, apresenta-se uma possibilidade de resposta para o questionamento inicial da pesquisa sobre “até que ponto há uma relação “centro-periferia” em São Felipe, diferentemente do contexto trabalhado na escala das cidades médias e metrópoles?”. Observa-se que na cidade, mesmo que aparentemente, começa a se constituir um processo de periferação, a configuração morfológica inicialmente mais coesa passa a se segmentar espacialmente e denota um processo de diferenciação socioespacial operando. Como resultado desse processo em curso, revela-se a distinção entre o Centro e as áreas que estão sendo implantadas os loteamentos, mesmo que no imaginário das pessoas, há uma distinção em usos.

A construção da Urbis e dos novos loteamentos que estão sendo construídos aos arredores, são exemplos desse processo de periferação se materializando nas áreas mais pobres. Haja vista, a relação paradigmática de uso e ocupação do solo vai revelar as formas de segmentação socioespacial entre aqueles que têm condições e os que não têm, sobre quais tipos de uso e ocupação vão fazer. Aspectos condicionantes das condições de reprodução social ao nível do habitar.

A área onde a Urbis foi construída era ocupada por pastagem e roças. “Aqui era roça, era tudo mato [...] tinha um armazém de fumo [...]. Desde quando recebi essa casa, eu vivo aqui. Foi construído basicamente por a gente, tem gente que bateu laje, outros foi construindo como pode [...]”⁴⁶. Com relação à condição de infraestrutura, moradores apontaram que as casas não eram rebocadas e nem tinham piso, apenas o chão de barro e não havia energia elétrica, água encanada e nem banheiro dentro das casas.

Outro morador também relatou que a população chegou a fazer um movimento na época reivindicando a entrega das casas e que muita gente começou a ocupar o espaço. “[...] Minha mãe na época não tinha conseguindo nem uma casa doada para morar, aí houve a questão de umas invasões de algumas casas que não tinha dono, e minha mãe por morar de aluguel há muitos anos na Rua do Riachão acabou invadindo essa casa aqui, e aí a gente passou a morar [...]”⁴⁷. Atualmente, os dados da pesquisa revelaram que a maioria dos entrevistados que residem na Urbis é oriunda da zona rural de São Felipe e de alguns municípios circunvizinhos como Maragogipe, Cruz das Almas e Conceição do Almeida, citados com maior frequência.

⁴⁶ Entrevistada M.J, moradora da Urbis, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.

⁴⁷ Entrevistado J.S, morador da Urbis, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019.

Diante dos fatos, infere-se que a Urbis (Foto 11) foi projetada por essa política de Estado estrategicamente articulada à lógica capitalista de (re)produção do espaço urbano. Na medida em que concentrou determinada classe social e novas áreas ao seu entorno, especificamente, a Laranjeira e a Jurema (Fotos 12, 13), e os Loteamentos ainda mais recentes como o Bela Vista e Antônio Geraldo⁴⁸ (Fotos 14 e 15), começaram a ser incorporados pelo processo de parcelamento do solo com a venda de lotes para a classe de renda relativamente mais baixa da cidade. Tal processo já indica um movimento de segmentação das relações socioespaciais, onde “[...] o acesso a um pedaço de terra, o tamanho e o material de construção vão espelhar mais nitidamente as diferenciações de classe” (CARLOS, 2008, p. 95)⁴⁹. De acordo com a autora, a mercantilização do solo urbano produz espaços diferenciados para os diversos grupos sociais que podem pagar por ele e “cada um com o seu preço”.

Foto 11 – Vista da entrada da Urbis, São Felipe, Bahia, 2019



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

⁴⁸ Segundo entrevistados o Loteamento Antônio Geraldo é popularmente conhecido como “Loteamento da Antiga Barganha”. O terreno pertencia ao senhor “Antônio Geraldo” e antes de ser loteado, nesse espaço era realizada a Feira de Gado do município.

⁴⁹ As reflexões apontadas por Carlos (2008) nessa citação, indicam um caminho metodológico para se estudar as relações de uso e ocupação do solo para compreensão do processo de periferização na produção do espaço urbano. Essa análise não foi aprofundada nesta dissertação, mas, apresenta-se como uma possibilidade de avanço da pesquisa.

Foto 12 – Loteamento Laranjeira, São Felipe, Bahia, 2020



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Foto 13 – Rua Bevenuto Nóia “Jurema”, São Felipe, Bahia, 2019



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Foto 14 – Loteamento Bela Vista, São Felipe, Bahia, 2019



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Foto 15 – Loteamento Antônio Geraldo, São Felipe, Bahia, 2020



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

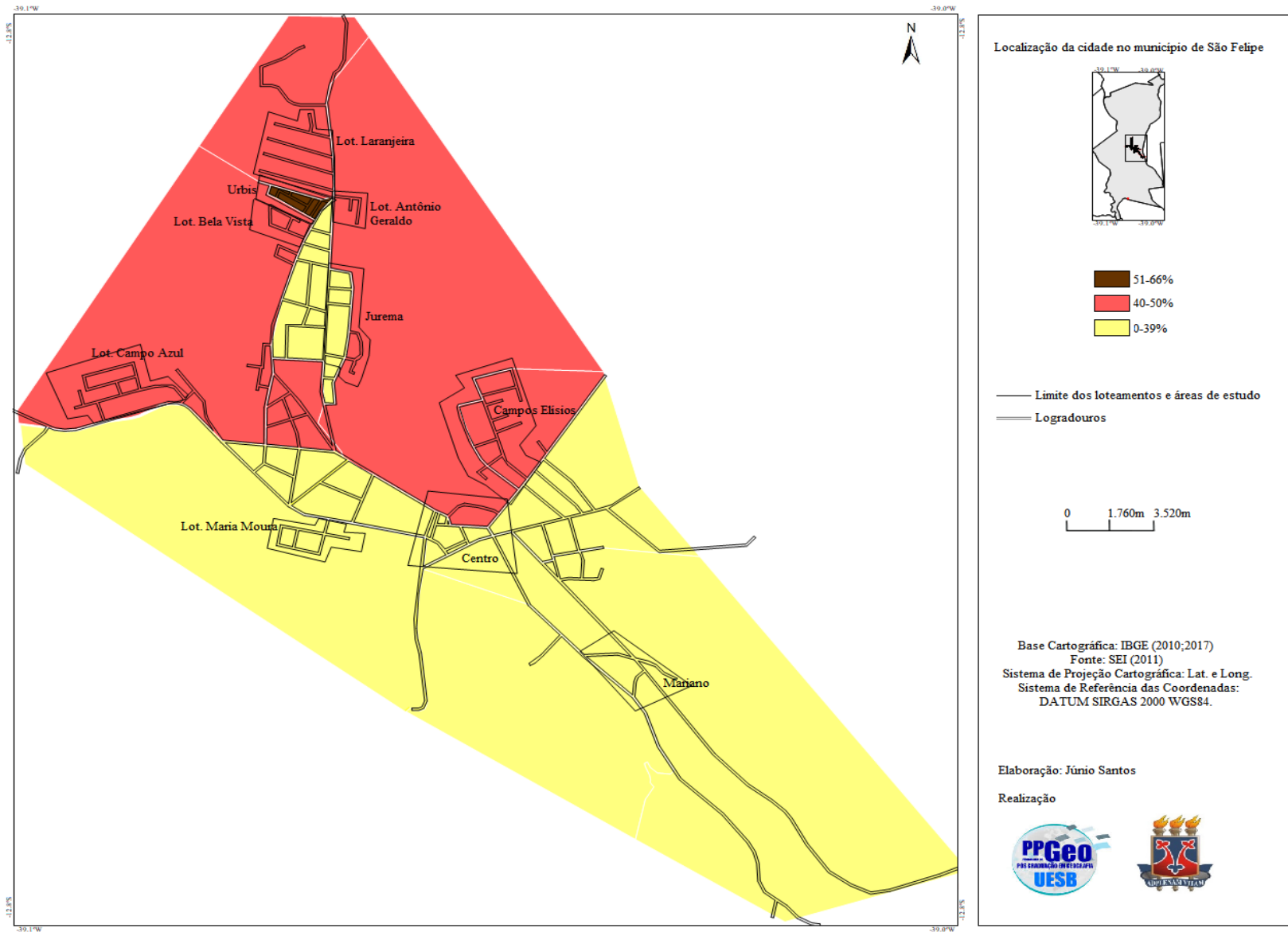
Com base nos dados por setores censitários (IBGE, 2010), a maioria da população residente na cidade de São Felipe possui baixa renda. Ao analisar os mapas (5 e 6) sobre o percentual dos residentes sem rendimentos e aqueles com rendimentos até um salário mínimo, esses somam quase 100% do perfil de renda da população distribuída na cidade como um todo. Os grupos de classes sociais com renda relativamente mais elevada, geralmente, são representados por pequenos empresários, políticos, proprietários de terras e servidores públicos, e se se considerar a “distância física” esses não moram tão afastado dos bairros tidos como segmentados socialmente. Além de que os espaços não se diferenciam tanto com relação às condições e disposição de infraestrutura e equipamentos urbanos de consumo coletivo. Todavia, há representações operantes com relação ao perfil econômico dos moradores que acabam por classificar os diferentes espaços. “Pra mim aqui na Urbis é um dos melhores lugares de São Felipe, pra mim é mais importante do que o Campos Elísios que tem nome, por morar gente de classe alta, entendeu? [...] Falam mal da gente aqui sabe por quê?! [...] porque aqui é um bairro de classe pobre [...]”⁵⁰.

Verifica-se que as disparidades de renda entre as classes sociais se evidenciam na forma como os sujeitos se apropriam dos espaços, marcadas pelas relações paradigmáticas de uso e ocupação do solo urbano. De acordo com Bourdieu (2007), o entendimento de classe social não se reduz apenas ao aspecto da renda, mas envolve um conjunto de relações entre capital cultural, social e, também, econômico.

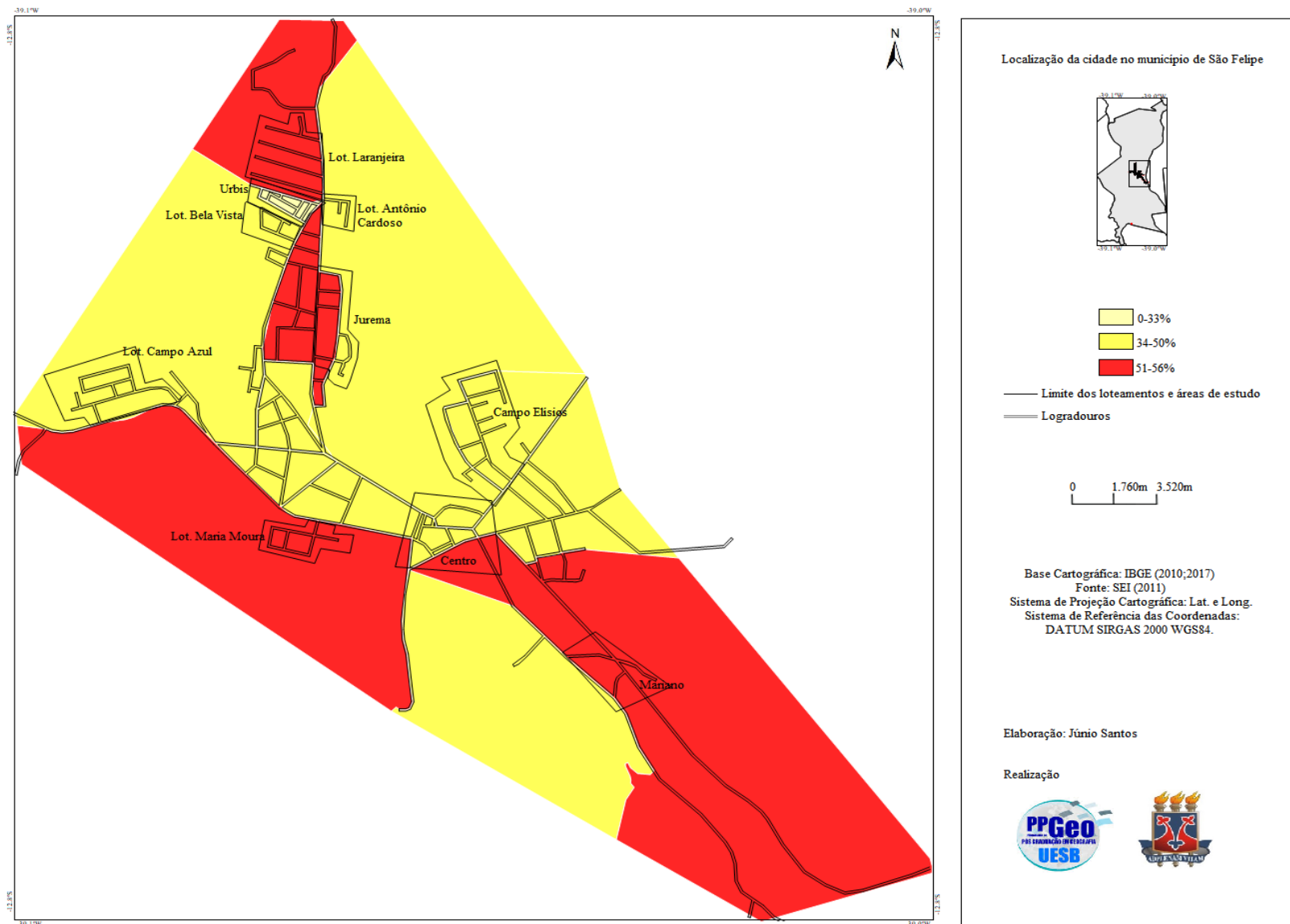
No contexto da venda e parcelamento do solo, a cidade passa a ser constituída por normas de mercado que organizam e controlam o espaço de acordo às necessidades de agentes capitalistas, marcadas por relações de poder que atendem aos interesses do Estado e da classe com maior poder aquisitivo, que detêm controle sob o uso e ocupação do solo urbano. Quanto a esse aspecto, Lefebvre (2008) nos faz refletir sobre a simultaneidade da atuação do Estado, ora se apresenta como representação da sociedade, ora como instrumento político de uma classe dominante.

⁵⁰ Entrevistado P.S, morador da Urbis, aplicação de questionário no dia 05 de maio de 2019.

Mapa 5 - Percentual dos residentes da cidade sem rendimentos, São Felipe, Bahia, 2020



Mapa 6 - Percentual dos residentes da cidade com até 1 salário mínimo, São Felipe, Bahia, 2020



E, no que se refere às necessidades da população, surgem os questionamentos e críticas quanto a perspectiva de melhorias nas condições de moradia, de infraestrutura urbana e social, as quais de certo modo lhes são negadas. Como ressalta o Entrevistado J.S,

[...] o que falta é buscar mais coisas, né! O gestor, os vereadores que representam o povo tá indo junto ao governador, junto ao presidente da república pra tá trazendo melhorias que a comunidade tá apontando [...] infraestrutura, questão de saneamento básico, rede de esgoto, calçamento, algumas ruas quase no centro da cidade ainda não são pavimentadas [...]. A questão de moradias também, ver esse pessoal que tá morando em locais inapropriados, pra tá junto com o pessoal da secretaria de Ação Social, tá fazendo uma busca ativa pra tá tentando ajudar esse pessoal [...] (Entrevistado J.S, morador da Urbis, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

As condições de infraestrutura urbana dos bairros e loteamentos da cidade são ineficientes com relação a vias de circulação não pavimentadas, ausência de espaços públicos para uso coletivo e áreas verdes. Conforme as observações de campo, especificamente nos Bairros da Urbis, Laranjeira, Jurema e loteamentos próximos, não há praças que possibilitem a população frequentar como prática de lazer, não possuem arborização, escolas ou postos de saúde. São formados basicamente pela construção de residências e, verificou-se em alguns desses locais, a presença de pequenos mercados, bares e espaços da própria casa que as pessoas utilizam como espécie de “Salão de Beleza”, “Armarinho Confecções e Perfumaria”, “oficina” para conserto de bicicletas etc.

Os Loteamentos Maria Moura e Campo Azul (Fotos 16 e 17) estão localizados praticamente na área central da cidade. São áreas mais valorizadas economicamente, principalmente, o Loteamento Maria Moura, onde as casas apresentam padrões mais elevados. Porém, verifica-se que essas áreas, assim como os loteamentos mais populares, também apresentam problemas de infraestrutura urbana, rede de esgoto, ausência de calçamento das ruas e falta de equipamentos de uso coletivo como praças e espaços arborizados.

No que se refere às determinações básicas para o parcelamento do solo urbano, foi instituída a Lei Nacional nº 6766/1979. Em seu artigo 2º, é definido que a atividade de parcelamento do solo poderá ser realizada mediante duas modalidades, loteamento ou desmembramento, conforme as disposições dessa Lei e as que forem pertinentes com relação as legislações estaduais e municipais. Em seu “§ 1º considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes”.

Foto 16 – Loteamento Maria Moura, São Felipe, Bahia, 2019



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Foto 17 – Loteamento Campo Azul, São Felipe, Bahia, 2019



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Quanto a infraestrutura básica, devem atender o previsto no § 5º, “constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação” (BRASIL, 1979). Para tanto, a construção de loteamentos deve passar pela solicitação à prefeitura, aprovação desde que o projeto atenda as diretrizes para o uso do solo, traçado dos lotes, dos espaços livres e das áreas reservadas para equipamento urbano e comunitário como apontado no § 5º; registro do parcelamento e licenciamento ambiental.

Ao verificar a realidade de São Felipe, os loteamentos construídos na cidade não seguem todas essas especificações previstas pela Lei nº 6766/79. Principalmente, no que diz respeito ao registro do parcelamento e licenciamento ambiental. No Plano Diretor Municipal Lei nº 05/2007, o Art. 54 consta que “[...] a Zona Urbana de Expansão deve ser planejada e ordenada para o desenvolvimento equilibrado das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...]”, com isso delimita algumas diretrizes, dentre as quais destacou-se a “[...] VI - definir normas que permitam a regulamentação fundiária e a titularização das habitações em situação irregular, visando à garantia da propriedade do imóvel” (SÃO FELIPE, 2007, p. 24).

Por sua vez, o que está previsto no Art. 54 do Plano Diretor do Município de São Felipe não acontece na prática. Não há o controle fiscal sobre os loteamentos que estão sendo implantados na cidade. Nem todos apresentam licenciamento urbanístico como projeto e alvará da prefeitura. Como parte de um processo mais amplo, imperam-se as lógicas de reprodução do espaço como valor de troca, resultante de interesses dos proprietários fundiários, sobretudo do Estado, para incorporação de empreendimentos imobiliários. Tais ações vão influenciar nas relações estruturais de controle da produção do espaço da cidade, como apresentado no depoimento do Secretário Municipal de Administração, em resposta ao questionamento sobre o crescimento de loteamentos na cidade e de que forma o poder público atua nesse sentido:

Aqui há um problema muito grande de São Felipe com essa expansão de loteamentos sem a legalização, e isso, é cultural no município. E, assim que cheguei falei para o pessoal que faria diferente e tenho notificado alguns, a gente tem não liberado outros que pedem a legalização [...] quinze dias atrás mesmo, veio um loteador e nos pediu a oficialização e liberação dos alvarás e, eu solicitei toda a planta e a área verde que estava disponibilizada, tudo, e mandaram. Só que não me satisfiz porque eu vi que a área verde que deixaram foi um brejo, e aí eu mandei comunicar que não seria possível seguir com o alvará nesse sentido, só se eles adequassem mesmo à reserva técnica da área né, para área verde e para a área administrativa também nos percentuais que a legislação sempre demarca. E aí eles retornaram e adequaram, aí esse sim, a gente tá liberando e assim, a gente pretende fazer com outros [...]”⁵¹.

⁵¹ Entrevistado Sr. Álvaro Neiva, Secretário Municipal de Administração de São Felipe, entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2019.

O secretário afirma que tem buscado formas de controle a respeito da construção de loteamentos e que não tem autorizado a liberação de alvarás aos projetos apresentados em inconformidade com a legislação urbanística. Porém, na prática, há outras implicações. Muitas vezes, os projetos apresentados podem até estar de acordo com os padrões estipulados, mas por não haver fiscalização efetiva por parte do poder público quanto a essa atividade de parcelamento do solo na cidade, os lotes são vendidos conforme as regras e interesses dos próprios loteadores. Exemplo do Loteamento Maria Moura, que, segundo moradores, muitas pessoas compraram seus terrenos e construíram casas, mas não possuem o registro imobiliário da propriedade no Cartório de Registro de Imóveis, têm apenas os contratos particulares de compra e venda. Essa prática de comercialização do solo urbano não deixa de ser irregular e trata-se de uma prática comum na cidade, principalmente, por reduzir o valor de compra. Logo, essa situação não é uma realidade apenas dos loteamentos mais populares. Como já mencionado, o Loteamento Maria Moura trata-se de área residencial onde moram pessoas com padrão econômico relativamente mais elevado, e o perfil das edificações apresenta condições melhores, se comparado aos loteamentos das áreas pobres.

Destarte, a cidade passa a ser reflexo dos aspectos negativos em função da expansão dos loteamentos urbanos sem regularização, pois essa prática desencadeia novos problemas urbanos (dificuldades por parte do poder público em controlar as ocupações irregulares e dispor de infraestrutura urbana básica, o que resulta no crescimento da cidade em condições precárias sobretudo no que se refere aos serviços públicos de iluminação pública, pavimentação das ruas, esgotamento sanitário, serviços de abastecimento de água, áreas de lazer etc.).

A carência desses equipamentos urbanos impacta negativamente na reprodução da vida dos moradores da cidade, como pode ser percebido no relato de um dos entrevistados quando indagado sobre os aspectos negativos apresentados na cidade:

[...] como eu falei em relação aos loteamentos que é feito desordenado, o cara tem um pedaço de terra, quer fazer um loteamento, ele vai e faz fora das normas da cidade⁵². Então isso, depois tem um bairro sem infraestrutura, sem esgoto e sem várias coisas né?! Então, isso depois vai trazer um reflexo negativo, não existe um ordenamento do solo entendeu?! A gente vê muito [...] a Coelba mesmo ultimamente botou um monte de poste em cima do passeio, as pessoas não podem nem transitar em cima do passeio né?! (Entrevistado M.C, morador do Loteamento Campo Azul, entrevista realizada em 29 de abril de 2019).

⁵² Esta afirmação do entrevistado “faz fora das normas da cidade”, nos leva a considerar o fato dos loteamentos construídos em São Felipe não atenderem o previsto na Lei nº 6.766/1979 e nem as diretrizes sobre o parcelamento do solo urbano do Art. 62 da Lei 005/2007 do próprio município.

Os questionamentos apontados pelo entrevistado, revelam aspectos de como o planejamento da cidade é pensado para atender a lógica imobiliária do parcelamento do solo para venda na forma de loteamento. E, a forma como esses problemas se reproduzem faz parte de um contexto mais amplo, há um conjunto de interesses por trás da manutenção dessas práticas conforme a atuação do Estado e dos agentes capitalistas imobiliários. Por outro lado, a carência de informações e certa ignorância por parte de gestores a respeito do planejamento urbano, são desafios que se apresentam na escala intraurbana das cidades pequenas. Diferentes fatores são postos como desafios técnico-normativos que representam obstáculos à gestão administrativa dessas cidades, “[...] capacitação técnica deficiente; a ausência de bases cartográficas atualizadas; problemas de cadastros desorganizados e desatualizados; a desorganização do corpo administrativo; a ausência de profissionais qualificados para exercer papel de fiscalização [...]” (MOREIRA JUNIOR, 2014, p. 219). A cidade de São Felipe apresenta todos esses problemas, principalmente, a desorganização e falta de atualização de dados cadastrais sobre o espaço urbano, pois, durante as pesquisas em órgãos da Prefeitura para obter documentos com tais informações constatou-se a inexistência.

No contexto das transformações ocorridas na cidade em meio ao processo de expansão urbana, como tendência dos últimos anos, verifica-se que as áreas onde estão localizadas a Urbis, Loteamento Laranjeira e a Jurema são marcadas por relações segmentadas no que se refere à produção espacial e suas condições de reprodução social. Especificamente, devido à forma como o espaço da Urbis se consolidou em decorrência da política de habitação para atender a população carente, configurando-se uma espécie de “habitat”⁵³ onde as representações espaciais implicam formas de distinção social com relação a outros espaços da cidade. Nesse sentido, “habitar um determinado espaço dentro da cidade ultrapassa o valor de uso que esse bem pode proporcionar para compor um valor simbólico, o que qualifica o sujeito conforme sua localização geográfica” (GAMALHO; HEIDRICH, 2007, p. 03). Além do valor simbólico, reproduz-se a dimensão paradigmática das formas de representação e de uso do espaço.

As representações atribuídas aos espaços segmentados em São Felipe carregam também a dimensão do imaginário social daquilo que se concebe por “periferia” em outros níveis de cidades. Porém, a noção de “periferia” reproduzida nas médias e grandes cidades não nos possibilita apreender a realidade vivenciada em São Felipe. É preciso romper com a visão dicotômica “centro-periferia” para se chegar ao entendimento da complexidade de relações que

⁵³ Com base em Lefebvre (1999, p 81), a noção de habitat estaria ligada ao pensamento urbanístico reducionista da prática do habitar. Uma espécie de projeção do “[...] espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o “vívido” a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou “máquinas de habitar””.

os envolvem, pois a forma como essa lógica estruturante é reproduzida na sociedade acaba por negar o elemento mais importante na reprodução do espaço urbano, a dimensão da vida e suas múltiplas relações sociais. Como ressalta Santos, J. (2003, p. 44), “[...] no caso brasileiro, essa discussão sobre a periferia como o local antagônico ao centro da cidade não apreende sua real dimensão. Assim sendo, necessita de uma reflexão que faça emergir o seu conteúdo social”.

Segundo os dados da pesquisa de campo, 98% dos entrevistados residentes nos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema não se reconhecem como periféricos. Apenas 2% chegaram a mencionar bairros periféricos em suas opiniões (Tabela 2). Entretanto, nas falas dos moradores das áreas mais centrais a concepção de “periferia”, vinculada à noção de espaço violento e de moradia das pessoas carentes, passa a operar no imaginário social, sobretudo, movida pela reprodução do discurso daqueles que dizem não conhecer esses bairros, mas os representam pelo “olhar do outro”. Como exemplifica o fato de 14% dos entrevistados residentes no Centro caracterizarem os Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema pelo discurso “as pessoas falam que são violentos/ ouço falar que é perigoso”; outros 24% afirmaram ser esses “bairros carentes/pobres e periféricos”; e 20% representaram como “bairros violentos/ perigosos/ inseguros e discriminados” etc. Por sua vez, 6% dos moradores da Urbis, Laranjeira e Jurema representam seus bairros como carentes e pobres; outros 6% afirmam ser discriminados.

Tabela 2 – Opinião dos entrevistados com relação à caracterização dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019

Opiniões	Centro	Bairros
As pessoas falam que são violentos/ ouço falar que é perigoso	14	0
Bairros carentes/ pobres	12	6
Bairros periféricos	12	2
Bairros violentos/ perigosos/ inseguros	10	0
Bairros discriminados	10	6
Não conheço, não ando nesses locais, nunca fui	8	0
Local de tráfico de drogas	6	0
Bairros onde vivem pessoas honestas/ trabalhadoras	6	10
Não sei de nada/ não tenho o que falar	4	4
Falta atrativos para as pessoas, espaço de lazer para as crianças	4	12
Falta infraestrutura, calçamento das ruas, rede de esgoto	2	10
Bairros tranquilos	0	14
Não é um local bom de morar	2	2
Local bom de morar/ Gosto de morar	0	16
Comunidade boa/ gosto da convivência com as pessoas/ acolhedor	0	10
Não justificou	4	2
Outros	6	6
Total	100%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, questionários aplicados, 2019. Elaborado por Maiara Leandro.

Destarte, tais representações são funcionais e passam a ser incorporadas ao espaço pela “[...] sua capacidade de manipulação, já que a imagem comunica, dita padrões, comportamentos, gostos, normatiza e padroniza a pluralidade humana. Sua intencionalidade nem sempre é claramente explícita, estando oculta em discursos [...]” (GAMALHO; HEIDRICH, 2007, p. 05).

Logo, não se pode perder de vista que a forma como esses discursos são impregnados na vida das pessoas, até mesmo nas cidades pequenas, faz parte de um contexto mais amplo do modo como às cidades passaram a ser pensadas e reproduzidas espacialmente. Como explica Santos, J. (2003),

As áreas periféricas fazem emergir as contradições do processo de produção da sociedade capitalista, evidenciam sua forma hierárquica de produzir o espaço; não representam apenas a diferença na renda entre classes, mas uma forma de domínio da classe que detém o poder sobre a outra. [...]. A visão de periferia apenas com a concepção de pobreza e de ineficiência de quase todos os serviços é parcial. No entanto, não menos verdadeira. Sem dúvida alguma, ela exprime todos estes problemas e outros mais. Deve ser analisada a partir de todos estes problemas. Contudo, a periferia tem em si um sistema de articulação que é o sentido da sua existência, da sua continuidade, a sua forma de existir no contexto desta sociedade que lhe explora (SANTOS, J., 2003, p. 46).

Ao observar os discursos dos moradores da Urbis, Laranjeira e Jurema, verifica-se que as representações desses trazem novos elementos para a análise. Principalmente, por dialogar com a ordem próxima dos sujeitos que vivenciam e estão incorporados na realidade representada. Desse modo, os sentidos atribuídos a esses espaços carregam a dimensão do vivido, das práticas socioespaciais que dão visibilidades a esses sujeitos ao nível do habitar.

As falas dos moradores da Urbis, Laranjeira e Jurema revelam uma relação de pertencimento com o espaço vivido. Dos entrevistados, 16% afirmam gostar dos bairros onde moram, sobretudo, devido às relações de proximidade na convivência com as pessoas, onde 10% caracterizam como comunidade boa e acolhedora e que gostam da convivência com as pessoas. E outros 14% afirmam que são bairros tranquilos; bem como as pessoas são honestas e trabalhadoras, 10%. Por sua vez, nessa relação de convivência e busca pela reprodução da vida nos bairros, os moradores relataram insatisfação quanto as condições de infraestrutura urbana, atrativos como opção de lazer e serviços de uso coletivo: 12% disseram “falta atrativos para as pessoas, espaço de lazer para as crianças” e 10% relataram “falta infraestrutura, calçamento das ruas, rede de esgoto” etc.

Nessa perspectiva, considera-se que o modo de vida reproduzido nesses espaços carrega

significações mais próximas das relações de bairro, ao compreendê-lo como “[...] uma espacialidade específica no conjunto da cidade, fruto do movimento próprio da vida [...] cria uma unidade de vida imediata e de relações tais como parentela e vizinhança” (ARAÚJO, 2010, p. 47).

Para Certeau e Mayol (1996, p. 40), “[...] o bairro é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano no qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido”. Conforme relatos de moradores da Urbis, Laranjeira e Jurema, evidencia-se a forma como esses dois elementos, com relação ao reconhecimento da vida de bairro se realiza no cotidiano desses espaços. Especialmente, no discurso do Entrevistado M.S ao afirmar que gosta do bairro onde mora pela relação de vínculo que tem com o espaço e as pessoas com quem convivem. Bem como, representa a sua condição social enquanto morador de bairro pobre e que chega a ser discriminado por isso.

Eu gosto de morar aqui, nunca tive inimigo nenhum, sempre morei aqui. E minha família também! Meus parentes sempre vêm aqui, tenho muitos amigos. [...]. E como sempre todos os bairros carentes, todos os bairros pobres sempre tem aquela fama na boca do povo de não prestar, isso e aquilo. O pessoal sempre questiona da Urbis, do pessoal da Laranjeira, da Jurema, mas são lugares assim, que para mim não tem problema nenhum. Eu gosto de morar aqui! [...] As pessoas carentes e que vem de bairros pobres, elas sempre são pessoas mal vistas [...] as pessoas sempre olham para você assim com o olhar de desconfiança, entendeu, é difícil! (Entrevistado M.S, morador da Jurema, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

Nesta pesquisa, compreende-se os Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema como espaços de representação da diversidade dos conteúdos sociais (relações de vizinhança, solidariedade, reconhecimento, conflitos e resistências) que tomam forma e sentido no cotidiano da cidade. Para tanto, o modo como esses espaços se reproduzem expressa as contradições da produção do espaço na cidade de São Felipe, das condições desiguais reproduzidas espacialmente à reprodução da vida diante da forma como os indivíduos estão inseridos no processo.

Assim sendo, a leitura crítica sobre a produção do espaço, de acordo com a realidade da cidade e suas contradições, é fundamental para se chegar a uma compreensão mais ampla sobre o movimento do urbano. Conforme aponta Bernardelli,

Novas formas espaciais e funções são produzidas, redefinindo o conteúdo da urbanização. Isso leva, tendencialmente, à produção de inúmeras representações da cidade, que não se definem, tão somente, pelo nível cultural e econômico dos habitantes, mas também decorrem do lugar que ocupam, espacial e socialmente, e no qual vivem, ou seja, o conteúdo do espaço no qual estão inseridos e em que tecem suas relações sociais, assim como suas práticas

espaciais (BERNARDELLI, 2004, p. 275).

Nesse contexto, entende-se que a morfologia urbana “[...] não revela a gênese do espaço, mas aparece como caminho para a análise do modo como o passado e presente se fundem em determinado momento, revelando as possibilidades e os limites do uso do espaço pelo habitante” (CARLOS, 2001b, p. 46). A própria morfologia materializada da cidade acaba por retratar na paisagem urbana a segmentação social. Uma vez que a produção do espaço urbano não só reflete as desigualdades e as contradições sociais, como também as reafirma e reproduz espacialmente em diferentes tipologias de cidades (JACINTO, 2014). Nas palavras do autor,

[...] pode-se afirmar que a lógica de interesse na produção do espaço urbano é semelhante em todas as cidades, indiferente ao seu porte territorial ou populacional. Porém, os resultados apresentam determinadas particularidades, seja em termos de quantidade ou qualidade do fenômeno, das dinâmicas e dos processos, isto é, a diferença está na intensidade com que estes ocorrem e se materializam espacialmente (JACINTO, 2014, p. 08).

Assim sendo, os conflitos que se estabelecem no espaço urbano são de diferentes ordens, inerentes aos interesses capitalistas, de promotores imobiliários e de atuação do Estado. Para Lefebvre (2008), o Estado ao impor determinadas organizações espaciais tem papel fundamental na produção do espaço desigual, o utiliza como instrumento político na busca por assegurar o controle sobre os lugares.

Para tanto, as relações contraditórias da produção do espaço são evidenciadas na forma como os sujeitos ou agentes específicos se apropriam, representam, produzem e/ou consomem os espaços da cidade. Desse modo, as transformações da produção do espaço se intensificam com as estratégias capitalistas de (re)produção espacial que se apropriam da cidade, do cotidiano e do espaço urbano, como mercadorias a serviço do capital. Reproduz-se assim a produção do urbano como mercadoria “[...] potente o suficiente para impulsionar o capitalismo [...] há uma mobilidade espacial imanente ao processo do capital, ele tende ao extensivo, absorvendo, sempre, novas áreas de valorização econômica, o que implica, necessariamente, em substituir seus usos anteriores” (DAMIANI, 2016, p. 19).

4 O COTIDIANO NA CIDADE DE SÃO FELIPE: ESPAÇOS VIVIDOS, PERCEBIDOS E REPRESENTADOS

A proposta deste último capítulo é discutir a produção do cotidiano na cidade de São Felipe, face interpretações acerca das práticas cotidianas reproduzidas na dimensão do vivido, ao mesmo tempo imbricadas pelas representações do espaço e o espaço percebido. Ao pensar essa tríade lefebvriana em que as relações socioespaciais estão articuladas apontam-se possibilidades para entendimento da reprodução social ao nível do habitar. Busca-se, assim, traçar algumas reflexões a respeito das práticas do habitar e do lazer, como reveladoras das formas e dos conteúdos socioespaciais reproduzidos cotidianamente, os modos como os indivíduos vivem o cotidiano da cidade pequena sob suas particularidades, conflitos e possibilidades para reprodução da vida. Tais reflexões estão baseadas em análises que relacionam a teoria e a empiria pautadas em leituras, dados de campo, entrevistas, observações e questionários aplicados.

Encontra-se dividido em três partes, na primeira trata-se da abordagem do cotidiano em termos mais amplos até traçar algumas significações das práticas espaciais reproduzidas em São Felipe. A segunda parte discute as relações de sociabilidade e apropriação do espaço. E a terceira e última parte apresenta reflexões sobre as práticas do habitar e do lazer como possibilidade para se pensar no direito à cidade.

4.1 O COTIDIANO NA CIDADE

Na busca por compreender o cotidiano na cidade de São Felipe parte-se de reflexões sobre a teoria da produção do espaço e da vida cotidiana em Lefebvre (2013; 1991b), face interpretação das práticas espaciais mediadas por estratégias de controle disseminadas no espaço urbano, em diálogo com as práticas microbianas de Certeau (1994), as “artes de fazer”, atividades táticas realizadas diariamente pelos sujeitos na luta pela sobrevivência ao nível do cotidiano. São abordagens teóricas distintas, porém, complementares na análise.

Nesse sentido, aponta-se a pesquisa sobre o cotidiano como possibilidade para análise crítica da realidade estudada, por permitir uma leitura das práticas de apropriação e suas transformações no espaço vivido. Sem desconsiderar que, ao nível do cotidiano, também se gestam as contradições do espaço movidas pela programação da vida cotidiana, especificamente, porque “[...] toda a racionalidade econômica e política pesam sobre o cotidiano, enquanto vivido” (DAMIANI, 2001, p. 52). Assim, “[...] a estratégia que visa a programação do cotidiano é global; é uma estratégia de classe. Desse plano, da sua realização,

alguns se beneficiam; os outros, a maioria, o suportam mais ou menos” (LEFEBVRE, 1991b, p. 203).

Com base no entendimento de Lefebvre (1991b), o cotidiano se compõe de repetições em sua banalidade quanto à produção e reprodução das relações sociais no espaço. Movimento das atividades criadoras, produtoras de objetos e de obras, dos sentidos e programações impostas à vida cotidiana dos homens simples. Assim, o cotidiano revela tanto o lugar de reprodução dos sujeitos sociais e sua espontaneidade⁵⁴ nas ações práticas, quanto à dominação do espaço pelas imposições do modo de produção capitalista, a cotidianidade programada pela “sociedade burocrática de consumo dirigido” (sociedade que programa o cotidiano das pessoas para o consumo) (LEFEBVRE, 2008, p. 46). Desse modo, “[...] o cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados (domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada) [...]” (LEFEBVRE, 1991b, p. 82).

Parte-se, assim, do estudo do cotidiano como possibilidade para compreensão do espaço vivido. Na medida em que ao nível do cotidiano “[...] se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para abundância e do precioso para a depreciação” (LEFEBVRE, 1991b, p. 30). Como esclarece o autor,

[...]. Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificante, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade”, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura) (LEFEBVRE, 1991b, p. 35).

Segundo Lefebvre (1991b, p. 19), o conceito de cotidianidade nasce da reflexão filosófica sobre a “não-filosofia”. Haja vista que “[...] não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia”. É nesse sentido que o cotidiano se apresenta como signo do moderno. O cotidiano construído na dimensão do vivido pelas práticas banais dos lugares comuns e insignificantes aparentemente. E tem-se a noção de moderno como representação, uma espécie de programação

⁵⁴ Entende-se o conceito de espontaneidade com base em Heller (2008, p. 47), ao afirmar que “[...] nem toda atividade cotidiana é espontânea no mesmo nível, assim com tampouco uma mesma atividade apresenta-se como identicamente espontânea em situações diversas, nos diversos estágios de aprendizado. Mas, em todos os casos, a espontaneidade é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana”.

da vida em sociedade. “Ao cotidiano, conjunto do insignificante (concentrado pelo conceito), responde e corresponde o moderno, conjunto dos signos pelos quais essa sociedade se significa, se justifica, e que faz parte da sua ideologia” (LEFEBVRE, 1991b, p. 30).

Nesse contexto, entender o cotidiano implica desvendar a ambiguidade dos conteúdos sociais que se realizam na dimensão do vivido. Segundo Lacombe (2008), a noção de ambiguidade tal qual Lefebvre discute se constitui em situações sociais vividas em função das contradições e conflitos profundos que não são percebidos enquanto tais.

[...]. A ambigüidade é uma situação social, dada no interior de um grupo, em que o indivíduo adota uma certa indiferença em relação às contradições e conflitos, percebidos como meras diferenças. [...] é uma situação complexa em que as contradições e as oposições virtuais não se resolvem e as possibilidades não se realizam. Enquanto situação social, a ambigüidade nunca é percebida enquanto aquilo que ela é. Pelo contrário, ele é vivida num vai e vêm entre os pólos opostos da situação porque o agente tergiversa evitando o ato de escolha. Por isso a ambigüidade, enquanto situação social, impede o ato da decisão e se marca pela atenuação do drama, porque a escolha e a própria exigência da escolha estão escondidas nas atitudes ambíguas dos indivíduos [...]. Se o cotidiano está permeado e cheio de ambigüidades, como afirma Lefebvre (1961), ele passa a se caracterizar por esta situação em que os seus conflitos profundos, suas contradições e suas tensões estão reduzidos, escondidos e dissimulados. Assim, é essa situação que dá ao cotidiano o seu caráter de obscuridade que deve ser desfeito no estudo crítico da cotidianidade. O contraponto dialético da ambigüidade é a decisão e a exigência de decisão, de escolha, de julgamento e de ação (LACOMBE, 2008, p. 166).

Nesse sentido, a produção do cotidiano envolve uma complexidade de elementos experienciados por meio do vivido e do viver mediante a ambiguidade da existência, o drama e as confrontações entre o real e o possível. Desse modo, são inevitáveis a contradição e os conflitos entre o vivido, que “[...] se define na experiência, muitas vezes dolorosas da vida como ela é [...]”, e o viver, que “[...] se define na experiência, às vezes carregada do sentimento de frustração, da constatação da vida como ela poderia ser, ou seja, do quanto ela poderia ser diferente” (LACOMBE, 2008, p. 165).

Nessa perspectiva, busca-se interpretar o cotidiano da cidade de São Felipe em função da análise das práticas cotidianas de seus moradores reproduzidas no espaço ao nível do habitar. Sem perder de vista as formas de representações que também lhes são impostas cotidianamente. Ressaltam-se, assim, as contribuições de Certeau (1994) ao trabalhar com a análise microsociológica das relações dos sujeitos comuns e suas artes de fazer cotidianas, ligadas às histórias de vida experienciadas no dia-a-dia. O autor considera as artes de fazer como táticas empreendidas pelos sujeitos comuns (atores ordinários, invisíveis) como forma de resistência

às estratégias dominantes, as artes do desvio e da própria apropriação para o uso do espaço (ligadas às práticas da linguagem, da comunicação, dos percursos, da alimentação etc., que no cotidiano lhes permitem escapar silenciosamente às conformações impostas e na medida do possível reconfigurar socialmente o espaço vivido).

Portanto, nesta pesquisa, o diálogo das abordagens teóricas desenvolvidas por Lefebvre (1991b) e Certeau (1994) torna-se indispensável para a apreensão dos elementos das práticas cotidianas reproduzidas no espaço. Assim sendo, em função da análise das relações entre os sujeitos e o espaço busca-se problematizar as condições da (re)produção socioespacial na cidade de São Felipe, como percurso analítico e interpretativo das práticas cotidianas. Primeiramente, é realizada descrição do perfil dos moradores entrevistados conforme os dados obtidos no campo, que nos possibilitaram caracterizar alguns elementos da produção do cotidiano na cidade pequena e suas formas de reprodução social. Para tanto, foram privilegiadas na discussão deste capítulo as falas dos sujeitos entrevistados em diálogo com as observações de campo, mediadas pelas abstrações teóricas para compreensão crítica da realidade.

A compreensão dos conteúdos das relações sociais reproduzidas no espaço cotidiano é complexa e envolve diferentes elementos para interpretação. Como destaca Carlos (2001b),

[...]. A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço, pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido em uma prática vivida / reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante – habitante e habitante – lugar, marcada pela presença. São, portanto, os lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a sua vida cotidiana, lugares como condição de vida, que vão ganhando o significado dado pelo uso (em suas possibilidades e limites). Trata-se, portanto, de um espaço palpável, real e concreto [...] (CARLOS, 2001b, p. 35-36).

Ressalta-se, assim, é por meio das práticas espaciais e suas relações corpóreas que os sujeitos produzem o espaço cotidiano, nas suas experiências e trajetórias vividas que vão influenciar tanto na materialização dos espaços apropriados quanto nas suas representações. Como esclarece Lefebvre (2013, p. 218), “[...] cada cuerpo vivo *es* un espacio y *tiene* su espacio: se produce en el espacio y al mismo tiempo produce ese espacio [...]”⁵⁵.

Ao pensar as relações dos sujeitos com a cidade de São Felipe, verifica-se, no geral, que os moradores compartilham suas vidas, se conhecem e se identificam uns com os outros nas

⁵⁵ [...] cada corpo vivo é um espaço e tem seu espaço: se produz no espaço e ao mesmo tempo produz esse espaço [...]. Tradução nossa.

variadas atividades realizadas no dia-a-dia. Todavia, ao analisar espacialmente as condições de reprodução social nos Bairros da Urbis, Laranjeira, Jurema e nas áreas mais centrais, observam-se semelhanças e diferenciações quanto à intensidade das relações de sociabilidade e no modo como as pessoas se apropriam da cidade. Além da presença de formas de representações espaciais variadas.

O entendimento das práticas espaciais reproduzidas na cidade não se resume a descrição das atividades desenvolvidas pelos sujeitos em seu cotidiano, há uma complexidade de relações sociais que tanto podem ocultar como revelar os conteúdos reproduzidos socialmente. Trata-se da ambiguidade ao nível do cotidiano que deve ser apreendida na análise. Como ressalta Gamalho (2015, p. 215), as práticas socioespaciais “[...] se desenvolvem nos espaços vividos e nos espaços de representação, cujos condicionamentos e produções simbólicas interagem e/ou são condicionadas e/ou subvertidos [...]”. Além de serem desenvolvidas em meio aos condicionamentos das representações do espaço, seus significados e valores influenciados pelas lógicas da dominação espacial regidas por atores hegemônicos.

Com base no entendimento de Dias (2013, p. 125), “a relação entre dominação e apropriação, no nível do cotidiano, encontra significantes e significados nas estruturas micro e macro, que se entrelaçam através dos jogos de poder e a luta pela sobrevivência”. Nessa perspectiva, de modo a traçar algumas interpretações a propósito das condições de reprodução do cotidiano na cidade de São Felipe, destacam-se alguns elementos relacionados às condições de vida dos moradores ligados ao modo como eles se apropriam dos espaços vividos e de como a cidade é pensada ao nível político estrategicamente concebido pelos agentes hegemônicos que administram o espaço.

Os sujeitos entrevistados em sua maioria são do sexo feminino, 66%. No que se refere à idade das pessoas entrevistadas, 26% correspondem ao perfil de jovens entre 18 e 24 anos; 60% representam adultos de 25 a 59 anos; e 14% encontram-se na faixa de idade a partir de 60 anos. Ao questioná-los se moram na cidade de São Felipe desde nascença, 56% afirmaram que sim, enquanto 24% disseram que antes moravam na zona rural do município. E os outros 20% relataram ser oriundos de cidades como Salvador (5%), Maragogipe (4%), Santo Antônio de Jesus (3%), Cruz das Almas (2%), Conceição do Almeida (1%), Feira de Santana (1%), Rio de Janeiro (1%), São Paulo (1%), Sergipe (1%) e Gandu (1%).

Segundo os entrevistados, a ida para a cidade está relacionada, principalmente, à busca por “oportunidades” de trabalho e melhores condições de acesso aos estudos. “[...] Antes, morava na zona rural, faz vinte anos que estou aqui na cidade, vim para aqui naquele tempo em

busca de trabalho, comecei a trabalhar numa loja e estou aqui até hoje [...]”⁵⁶; “Vim para a cidade para facilitar os estudos”⁵⁷.

Alguns moradores também relataram que saíram da zona rural após terem a oportunidade de acesso à casa própria. Como ressalta uma moradora da Urbis, “[...] antes, morava na roça, na localidade do Barlavento, aí deram essas casas aqui, aí a gente veio pra cá”⁵⁸. Por sua vez, as pessoas oriundas de outras cidades e/ou estados, e que atualmente moram em São Felipe, ressaltaram como fator de migração para esta cidade as questões ligadas à constituição de família ou local de trabalho de algum familiar.

Tais questões confirmam-se nas falas das entrevistadas: “Moro há quatro anos em São Felipe, morava na zona rural de Maragogipe [...] e vim morar aqui porque arranjei um namorado que é daqui [...]”⁵⁹; “Morava em Salvador, vim pra aqui faz 10 anos. Porque perdi o emprego lá, me casei e vir morar aqui”⁶⁰; “Sou de Sergipe, faz cinco anos que moro aqui em São Felipe [...] porque o meu marido é daqui, ele amputou as duas pernas [...]”⁶¹; “Morava em Cruz das Almas, faz vinte anos que estou aqui, por questão de trabalho dos meus pais”⁶².

Nesse contexto, as diferentes formas de relações estabelecidas pelos sujeitos com o espaço da cidade expressam as próprias necessidades de reprodução da vida. Tais relações se dão por meio de contradições concretas da luta pela sobrevivência. No terceiro capítulo foram pontuados dados quanto ao desejo de grande parcela da população de São Felipe querer ir morar em cidades maiores com mais “oportunidades” de emprego, porém, observa-se nos discursos anteriores que o processo inverso também ocorre. São situações que precisam ser interpretadas de acordo com cada realidade vivenciada pelos diferentes grupos sociais e suas condições de vida, capazes de revelar as desigualdades socioespaciais.

O nível de escolarização dos entrevistados revela condições diferenciadas quanto ao grau de instrução alcançado entre os moradores, conforme detalha o Gráfico 3.

⁵⁶ Entrevistada E.A, moradora do Centro, questionário aplicado em 16 de abril de 2019

⁵⁷ Entrevistada I.N, moradora do Centro, questionário aplicado em 16 de abril de 2019

⁵⁸ Entrevistada M.O, moradora da Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

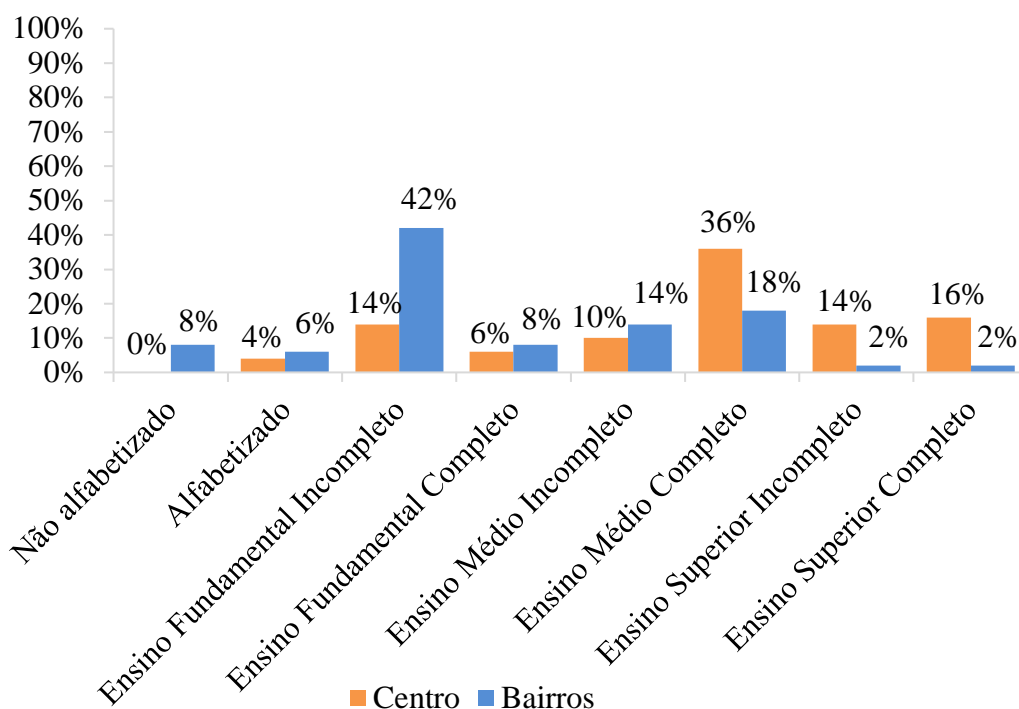
⁵⁹ Entrevistada A.S, moradora da Laranjeira, questionário aplicado em 29 de abril de 2019.

⁶⁰ Entrevistada L.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 28 de abril de 2019.

⁶¹ Entrevistada G.L, moradora do Centro, questionário aplicado em 28 de abril de 2019.

⁶² Entrevistada M.D, moradora do Centro, questionário aplicado em 28 de abril de 2019.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos entrevistados, por local de residência, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Elaborado por Maiara Leandro.

Com base na análise dos dados destaca-se que 42% dos moradores dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema possuem apenas o Ensino Fundamental Incompleto, seguido por 18% com Ensino Médio Completo, 8% disseram não ser alfabetizados e apenas 2% afirmam possuir o Ensino Superior Completo.

Com relação aos moradores do Centro os dados revelam melhores condições de acesso e continuidade nos estudos, 36% dos entrevistados possuem Ensino Médio Completo, 16% com Ensino Superior Completo e 14% com Ensino Superior Incompleto. Do total dos cem entrevistados, 37% afirmam está estudando no momento, desses, 27% são moradores do Centro e os outros 10% correspondem aos moradores da Urbis, Laranjeira e Jurema. A maioria desses moradores dos bairros em condições socialmente mais segmentadas, que afirmou está estudando, são alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e estudam na cidade de São Felipe à noite.

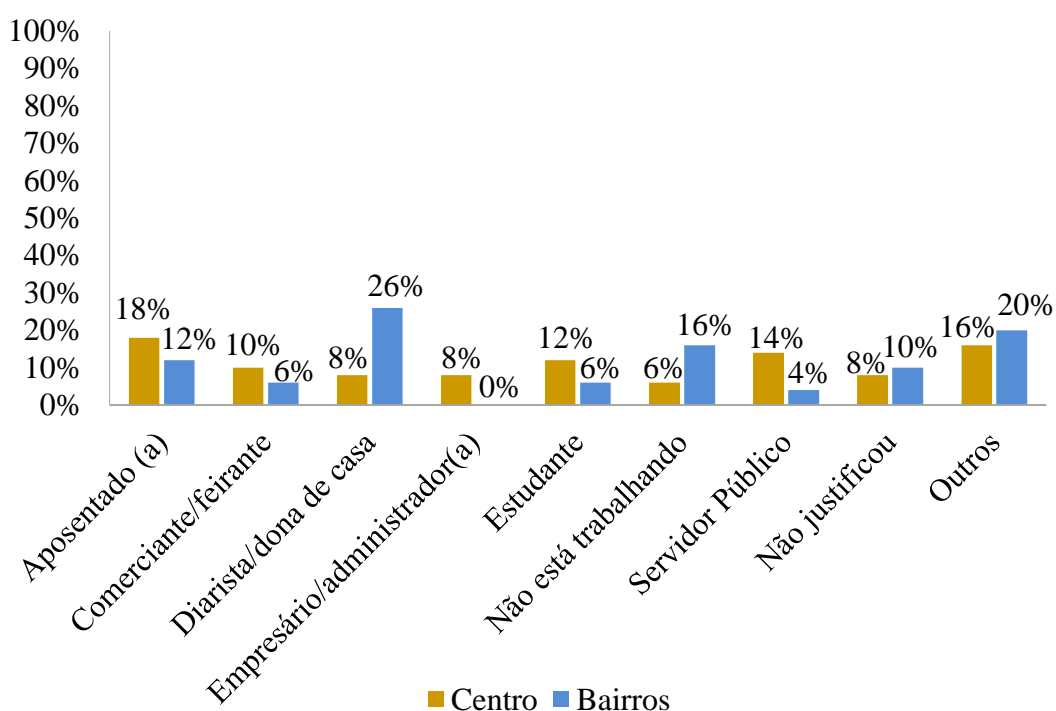
Quanto aos entrevistados do Centro que responderam está estudando, a maioria afirmou está cursando faculdade privada, especificamente, a Faculdade Maria Milza - FAMAM, na cidade Governador Mangabeira, distante 42 km de São Felipe. Os cursos citados foram Nutrição, Farmácia, Ciências Contábeis e Educação Física. Além do curso de Pedagogia à distância pelo Instituto de Projetos Educacionais e Consultoria Ltda - IPEC, com aulas

semipresenciais realizadas em São Felipe, uma vez por semana. Outros também afirmam estar cursando os cursos de Geografia, História e Administração na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em Santo Antônio de Jesus, distante 46 km de São Felipe. Com relação aos deslocamentos desses estudantes, os que estudam à noite afirmam ter ônibus escolar da Prefeitura Municipal de São Felipe que leva os alunos para a UFRB, de Cruz das Almas; FAMAM, em Governador Mangabeira; e UNEB, em Santo Antônio de Jesus. Já aqueles que estudam durante o dia afirmam utilizar transporte de linha intermunicipal.

Ao relacionar as condições de ocupação e atividades realizadas pelos moradores, verifica-se que 62% da população não possuem rendimento fixo e nem dispõe de garantia dos direitos trabalhistas, além de receber valores inferiores a um salário mínimo (foram inseridos nesse perfil todos os entrevistados que disseram desempenhar atividades de diaristas ligadas ao trabalho doméstico, revendedoras de cosméticos, manicure, ajudante de pedreiro, feirantes, empacotador em supermercado, costureira e aqueles que afirmaram viver de “bicos”, por não estar trabalhando no momento). Esse fator se torna mais expressivo quando comparado à realidade vivenciada pelos moradores dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema.

Alguns tipos de ocupações desenvolvidas pelos entrevistados se destacaram, conforme observa-se no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Atividades ocupacionais realizadas pelos entrevistados, por local de residência, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Elaborado por Maiara Leandro.

Nas atividades relacionadas pelos entrevistados, entre a população do sexo feminino, a que se destaca é o emprego doméstico (26%), de modo especial entre as residentes nos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema. Todavia, nenhuma delas afirmou ter carteira assinada. Geralmente, são diaristas e enquadram-se nesse perfil também aquelas que disseram cuidar dos afazeres domésticos na sua própria casa. Ressalta-se que, em meio às dificuldades de sobrevivência e manutenção da casa, essa atividade de doméstica/diarista é que mantém o sustento de muitas famílias chefiadas por mulheres, como revela a fala da Entrevistada S.S: “Eu trabalho de diarista aqui mesmo na cidade, não ganha muito dinheiro não, mas a gente compra uma cesta básica e vai passando o mês [...] vai vivendo do jeito que Deus quer [...]”⁶³.

Os percentuais relacionados ao perfil “outros” apresenta expressividade por englobar diferentes atividades, sobretudo, aquelas relacionadas a empregados no comércio local como operador de caixa e empacotador em supermercados, recepcionista, revendedores de cosméticos, manicure, ajudantes de pedreiro, mecânico, barbeiro etc. Os servidores públicos afirmaram ser professores, auxiliares de serviços gerais, técnico de informática, gari, motorista e fiscal na feira livre, desses, a maioria exerce cargos comissionados pela Prefeitura. Por sua vez, os aposentados também compõem número expressivo, 18% são responsáveis pela manutenção da renda domiciliar dos moradores do Centro e 12% dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema.

Do total dos entrevistados, 82% afirmaram contribuir com a renda familiar. Especificamente, com o pagamento das contas em geral (alimentação, água, luz, gás, internet etc.) para a manutenção da casa e suas condições de reprodução social. E, 10% dos moradores do Centro destacaram pagar contas relacionadas à escola dos filhos e plano de saúde.

Os dados revelam que muitos dos trabalhadores se encontram em situação precária de ocupação (“bicos”), especialmente aqueles que afirmaram não estar desenvolvendo nenhum tipo de ocupação no momento. Por sua vez, alguns moradores residentes nos Bairros da Urbis, Jurema e Laranjeira alegaram encontrar ainda mais dificuldades para obter emprego na cidade, sobretudo, por questões de representações espaciais que se criam no imaginário social a respeito das pessoas residentes nesses bairros. O depoimento da entrevistada M.P revela elementos de como essas formas de segmentação social operam no cotidiano, mediante os conflitos de classe evidenciados nos discursos camuflados e banalizados pelas atitudes ambíguas, que de algum modo se passam despercebidas nas experiências do espaço vivido pelos indivíduos.

⁶³ Entrevistada S.S, moradora da Laranjeira, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.

Tem muita discriminação com a gente aqui. Ninguém quer dá trabalho a nós [...]. Teve um dia que fui arrumar trabalho na casa de uma senhora para fazer faxina, aí quando ela me perguntou onde eu morava, respondi que morava na Urbis. E ela não aceitou mais o meu serviço [...] (Entrevistada M.P, moradora da Urbis, questionário aplicado em 29 de abril de 2019).

Observa-se, que no relato da entrevistada a contradição está posta, sobretudo, no discurso da negação do outro. Haja vista as formas de segmentação social estão operando no cotidiano e, conforme as leituras de Lefebvre e Lacombe (2008), esses conflitos refletem casos de ambiguidades presentes na banalidade da vida cotidiana, na maioria das vezes, não percebidos enquanto tais. Todavia, as formas de representação estigmatizadas a respeito dos moradores dos espaços mais carentes na cidade evidenciam os conflitos de classes, “[...] o lugar do pobre está posto no olhar do outro, na sensação de que o sujeito pode sair do lugar, mas que o lugar não sai do sujeito” (GAMALHO, 2009, p. 113). Logo, as representações reiteram a dimensão paradigmática, são permeadas por um conjunto de práticas e ideologias que dissimulam a realidade vivenciada pelos diferentes grupos sociais.

Desse modo, “os segmentos sociais são reconhecidos pelo espaço no qual se localizam. É o processo de constituição material e simbólica da cidade e, por esse viés, a distância social é mais difícil de transpor do que a física, dado o poder das idéias” (GAMALHO, 2009, p. 114). Nessa perspectiva, o depoimento do Entrevistado M.S ao ser questionado se já sentiu algum tipo de discriminação por morar na Jurema, traz outros elementos importantes para reflexão a propósito dos estigmas que se criam a respeito dos moradores desses bairros segmentados socialmente, e de como esses estigmas influenciam nas suas condições de reprodução social, especialmente, no acesso ao mercado de trabalho.

Olha, eu já sentir sim. E vejo colegas meus sentirem até. Quando você vem ao Centro procurar um emprego é normal às pessoas perguntarem quem você é, de onde você é e o que você faz, de que família você é?! Mas quando você fala que é da Jurema, ou fala que é da Urbis ou da Laranjeira, as pessoas [...] elas procuram investigar muito mais sobre você, ou até ignoram até de fazer mais perguntas sobre você, elas simplesmente diz que não e que qualquer coisa te procura. E aquela nota, aquele currículo, aquela coisa assim, elas entolham, jogam fora de alguma maneira, porque é difícil. Mas hoje, como já tenho um conhecimento maior, tenho um primo meu que é o vice-prefeito, tenho outros parentes [...]. Assim, para a gente que já se destacou, hoje, já não tá tão complicado, é mais fácil! A gente tem aquele currículo assim de pessoa de bem, isso e aquilo. Porque na realidade pessoas de bem, hoje, eu falo pessoas de bem porque a gente nunca andou com a vida do crime. Mas no comércio, as pessoas da classe social melhor, elas acham que pessoas de bem é só alguém que tem dinheiro e que tem uma vida social bem melhor. [...] E quanto mais às coisas, o tempo vai passando, pior fica, porque nem todo mundo tem acesso ao estudo, às vezes as pessoas, por você ser do bairro não

dá nem aquela credibilidade de querer ir buscar algo em você, te dá uma chance [...] e nem todo mundo consegue prosseguir naquele ritmo de tentar, de não desistir. Muitos até por indignação entra para a vida errada, cria aquela revolta e aquilo, aquela revolta acaba criando até uma cicatriz dentro de si, que nada mais faz com que você volte à realidade e saia desse mundo. E hoje, eu não culpo assim, acho que a sociedade em si, as pessoas de classe social melhor acho que elas que de alguma maneira contribuí muito para que venha esse número do crime crescendo devido à rejeição que elas têm com essas pessoas carentes [...] (Entrevistado M.S, morador da Jurema, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

Esse depoimento revela como as formas de representações espaciais incorporam-se na vida cotidiana das pessoas, marcadas por certa indiferença com relação as contradições não percebidas em meio a ambiguidade generalizada dos discursos e representações do vivido. “[...] em um contexto de exclusão, o ser notado, o ser alguém é o que dá existência ao sujeito, sendo reconhecido no espaço” (GAMALHO, 2009, p. 110). Logo, o entrevistado relaciona a sua condição de aceitação social como “cidadão de bem” perante a anuência do olhar do outro, do ser reconhecido por alguém que de certa forma representa uma classe que detém “poder de *status*” na cidade. Revela-se, assim, e, ao mesmo tempo, oculta-se a forma perversa como as desigualdades sociais são naturalizadas e reproduzidas no cotidiano das pessoas em meio a sua condição de existência social.

Nesse contexto, o estudo sobre a reprodução do cotidiano na cidade de São Felipe em meio ao processo de segmentação social dos espaços mais carentes envolve uma complexidade de elementos que devem ser interpretados, para além das representações espaciais estigmatizadas que permeiam o senso comum. É preciso apreender o cotidiano revelado pelos moradores em meio às práticas sociais de luta pela reprodução da vida, capazes de revelar as contradições quanto às formas de apropriação da cidade, onde os indivíduos se reconhecem no espaço e estabelecem relações de satisfação e insatisfação quanto ao atendimento de suas necessidades cotidianas. Como ressalta Lefebvre (1991b, p. 87), “[...] a satisfação e a insatisfação andam lado a lado, se afrontam segundo os lugares e as pessoas. O conflito não aparece sempre, nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto. Mas ele está aí, constante, latente, implícito [...]”.

Com base nos dados da pesquisa de campo, ao questionar os moradores entrevistados sobre o que falta na cidade, dentre os diversos elementos apontados, agrupou-se no Gráfico 5 as principais necessidades destacadas em suas falas.

Gráfico 5 – Principais necessidades apontadas pelos entrevistados, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Elaborado por Maiara Leandro.

Observa-se que as necessidades de emprego/trabalho e sua associação à ausência de fábrica/indústrias se destacam entre as falas dos entrevistados, respectivamente, 23% e 13% das respostas. Seguidas do acesso à saúde pública (18%), escolas/educação e faculdade (21%) e áreas de lazer (13%), como principais necessidades cotidianas de uso coletivo para os moradores. Destaca-se que, ao questionar se a cidade oferece opções de emprego, dos cem entrevistados, 89% afirmaram que não.

Quanto as justificativas a respeito dessa questão, os moradores destacaram como uma das maiores dificuldades encontradas no cotidiano, além de ressaltar essa condição como fator que contribui para a saída de pessoas para outras cidades, como exemplifica os seguintes relatos: “Falta muito, uma das maiores dificuldades [...]. Sem oportunidades de emprego, o que contribui para o deslocamento das pessoas para outra cidade para estudar, trabalhar [...]”⁶⁴; “Aqui é muito difícil achar trabalho, meus filhos mesmo tiveram que ir pra fora”⁶⁵; “Nenhuma. Aqui não tem oportunidade nenhuma, ou você faz seu negócio ou não tem nada”⁶⁶.

Dos 11% que afirmaram ter opções de emprego, ressaltam que “encontra, mas não com facilidade [...]”⁶⁷; “O mínimo possível. Quando alguém abre um comércio só coloca a família, ninguém coloca outro de fora [...]”⁶⁸.

⁶⁴ Entrevistada S.P, moradora do Centro, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

⁶⁵ Entrevistada A.P, moradora da Jurema, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.

⁶⁶ Entrevistada C.S, moradora da Urbis, questionário aplicado em 29 de abril de 2019.

⁶⁷ Entrevistado D.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 16 de abril de 2019.

⁶⁸ Entrevistada L.B, moradora do Centro, questionário aplicado em 16 de abril de 2019.

Quanto à avaliação dos serviços de saúde oferecidos pelo hospital municipal, os moradores ressaltaram insatisfação quanto ao atendimento prestado. Dos entrevistados, 40% justificaram o atendimento como ruim e precário; 22% disseram ter atendimento, mas que precisa melhorar; 15% classificaram como regular; 10% como bom; outros 10% não justificaram e 3% afirmaram ser ótimo. Dentre as principais problemáticas apontadas pelos entrevistados quanto a esse serviço, destacam-se a falta de médicos, sobretudo especialistas em determinadas áreas, demora na espera de atendimento e falta de estrutura adequada.

Cabe ressaltar alguns relatos quanto à precarização desse serviço. Para os entrevistados, o funcionamento do hospital atende apenas primeiros socorros e procedimentos básicos, e falta atendimento mais humanizado por parte dos funcionários. “Na verdade, é um posto de saúde com leito. Não age como hospital [...]”⁶⁹; “[...] não tem médicos especialistas, e pela demora de atendimento é capaz de morrer um e não ser atendido”⁷⁰; “Tem, mas nunca foi bom”⁷¹; “só mesmo para emergência. Não tem nada, não consigo marcar nada. Só vou mesmo para tomar injeção para coluna, só por isso mesmo”⁷²; “Péssimo atendimento, profissionais egoístas e muita espera no atendimento, deixando muito a desejar no fator saúde”⁷³; “O atendimento até tem, agora o profissional precisa ter uma estrutura melhor [...]. Às vezes, não tem um medicamento, uma toalha na maca”⁷⁴. Mesmo aqueles que avaliaram o serviço como bom ou ótimo, também, ressaltaram a necessidade de melhorias.

Em contraposição a essa realidade, pessoas de classe de renda mais elevada afirmam utilizar os serviços de saúde em clínicas e hospitais particulares, sobretudo, por possuírem planos de saúde. E a insatisfação quanto a esse serviço na cidade de São Felipe diz respeito ao fato de clínicas particulares não aceitarem seus planos de saúde, o que influencia no deslocamento para outras cidades em busca desses serviços. Ressaltam que cidades como Santo Antônio de Jesus, Cruz das Almas e Salvador apresentam serviços mais especializados. Conforme exemplifica o depoimento do Entrevistado E.C,

Sobre a questão de saúde a gente tem, assim, na cidade algumas opções. Na cidade temos, hoje, somos bem atendidos na questão de clínicas, geralmente, exames laboratoriais a gente faz aqui, local. Mas, como a gente tem plano de saúde às vezes a gente busca na clínica que atende o nosso plano, e aqui na cidade realmente é carente isso, então, a gente não vai pagar um plano de saúde e ter que pagar uma consulta, a gente busca realmente utilizar o plano

⁶⁹ Entrevistado M.C, morador do Centro, entrevista realizada em 29 de abril de 2019.

⁷⁰ Entrevistada L.O, morador do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

⁷¹ Entrevistada A.A, moradora da Urbis, questionário aplicado em 28 de abril de 2019.

⁷² Entrevistada I.R, moradora da Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

⁷³ Entrevistada S.P, moradora do Centro, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

⁷⁴ Entrevistada R.R, moradora da Jurema, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

né?! Então, hoje os meus exames de sangue, exames laboratoriais a gente faz aqui, mas quando vai para uma consulta eletiva, geralmente é mais fora mesmo, por causa da questão do plano [...]. Mas, por exemplo, de vez em quando a gente utiliza os serviços aqui, porque às vezes a gente faz essa análise, [...] eu tenho o plano de saúde, mas eu tenho que me deslocar, então a gente pode utilizar. [...]. Mas não é uma coisa assim de rotina né, a rotina de quem tem plano é buscar a rede que atende o nosso plano, então, é até um pedido que a gente faz as redes daqui para tentar ver se faz convênio com os planos de saúde, que vai favorecer não só a mim como grande parte da população que utiliza o serviço de plano de saúde.

(Entrevistadora) – E, em quais cidades geralmente o senhor utiliza esses serviços?

Santo Antônio de Jesus, porque tem o grande centro que é o INCAR, como tem também algumas clínicas que a gente já conhece a tempo [...]. Cruz das Almas também tem o CórdioImagens e tem outros [...]. E Salvador, que é o grande centro maior, quando é uma coisa mais especializada é realmente a capital [...] (Entrevistado E.C, morador do Centro, entrevista realizada em 08 de outubro de 2019).

Tais dados evidenciam as diferenciações quanto às formas de apropriação da cidade e acesso a serviços pelos diferentes grupos de classes sociais. Enquanto alguns podem pagar pelos serviços de saúde e buscam certos privilégios quanto à disponibilização desses, a grande parte da população carente sofre com a ausência de direitos mínimos, como a garantia de saúde pública com qualidade.

No que se refere ao oferecimento do serviço de educação, dos moradores entrevistados, 21% afirmaram ser essa uma das principais necessidades na cidade. Em suas falas, relacionam o termo educação no geral, ao abranger a necessidade de escolas, creches e faculdades que possibilitem aos indivíduos oportunidades de estudo com qualidade e acesso à novos cursos para continuidade no processo formativo, acadêmico e profissional. Como se pode verificar no discurso de alguns dos entrevistados: “Tem educação, mas precisa de investimentos em melhorias das escolas e oferta de cursos [...]”⁷⁵; “Tem escolas, mas deveria ter mais creches para colocar as crianças”⁷⁶; “Poderia ter mais cursos, um curso técnico, uma faculdade, essas coisas assim [...]”⁷⁷.

Com relação ao posicionamento do poder público municipal a respeito das condições de educação em São Felipe, em entrevista o Secretário de Administração, Álvaro Neiva, ressaltou que a Secretaria de Educação se encontra com dificuldades quanto ao processo de gestão administrativa da pasta. Entretanto, seu relato deixou transparecer que os problemas de gestão

⁷⁵ Entrevistada P.S, moradora do Centro, questionário aplicado em 03 de maio de 2019.

⁷⁶ Entrevistada C.S, moradora da Urbis, questionário aplicado em 29 de abril de 2019.

⁷⁷ Entrevistada I.R, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

e controle quanto às despesas com os serviços de educação estão ocorrendo, de certa forma, devido à garantia do Plano de Carreira aos professores, visto que esse é assegurado, por lei, aos servidores públicos como forma de incentivo ao desenvolvimento pessoal e profissional.

A questão da educação, estamos vivendo um momento de turbulência, um momento de, podemos dizer, tempestade no município né?! [...] O Secretário de Educação, Sílvia Ricardo, ele tá tendo muita dificuldade em tocar aquela secretaria. Haja vista, ele está com a folha pessoal acima do normal, está pesando muito a folha dele [...]. Haja vista, um plano de carreira que foi feito lá atrás em outras gestões e que, segundo a assessoria jurídica dele, e segundo ele, [...] ele tá forçado a fazer algumas adequações. Ele tá aí conversando com a classe dos professores e tomando medidas não populares. E medidas que eles vêm recentemente tomando, realmente, atinge o bolso do servidor, do professor, e ninguém gosta de perder recurso. Mas, pelo que ele explicou e a assessoria jurídica contratada pela secretaria de educação nos explicou, assim como a procuradoria municipal vem nos informando se, se não tomar essas providências ele não vai ter recurso para tocar a educação e nem pagar os professores da própria rede no final do ano, ele não vai ter recurso pra nada. Porque a cada dia que passa é crescente a questão das despesas que a educação vem tendo com as demandas das agregações dentro do plano de carreira do servidor (Entrevistado Sr. Álvaro Neiva, Secretário Municipal de Administração, entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2019).

Por conseguinte, no que se refere à avaliação de alguns serviços de uso coletivo na cidade, o serviço de limpeza foi o mais bem avaliado pela população, 95% avaliaram de forma satisfatória o serviço da coleta de lixo. Quanto ao serviço de distribuição de água, 87% afirmaram que a cidade oferece, porém o tratamento não é de qualidade. E com relação à infraestrutura urbana, 52% dos entrevistados afirmam que a cidade não dispõe de infraestrutura urbana adequada. Dentre os principais problemas relacionados a essa questão, destaca-se a falta de esgotamento sanitário e calçamento de ruas como relataram alguns moradores. “A questão mais preocupante é a rede de esgoto lançado nas nascentes e os loteamentos desordenados, irregulares [...]”⁷⁸; “Aqui no loteamento onde moro não tem, aqui falta rede de esgoto, entrega dos correios, calçamento [...] e na cidade é precária”⁷⁹; “Tem muita área sem calçar [...] Bela Vista mesmo, a Laranjeira falta calçar [...] nem todos os cruzamentos da Luís Cerqueira não estão calçados. Precisa melhorar!”⁸⁰.

Assim, as pessoas vivem conforme as condições de reprodução social que lhes são possíveis e/ou impossíveis ao nível do cotidiano. Como esclarece Lefebvre (1991b, p. 27), essas pessoas “[...] vivem bem ou mal. É no cotidiano que elas ganham ou deixam de ganhar sua vida,

⁷⁸ Entrevistado M.C, morador do Centro, entrevista realizada em 29 de abril de 2019.

⁷⁹ Entrevistada E.N, moradora do Centro, questionário aplicado em 22 de abril de 2019.

⁸⁰ Entrevistado A.R, morador da Jurema, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora”.

O discurso da Entrevistada A.P, senhora de 67 anos, moradora da Jurema, apresenta alguns elementos do modo como às pessoas lutam para ganhar a vida em seu cotidiano.

Eu estudei em Salvador. Eu morei lá até meus 24 a 25 anos [...]. Fiz o ginásio, trabalhei e depois vim para aqui [...]. Ensinei até me aposentar. Naquele tempo se aposentava com 25 anos, eu me aposentei com 26 anos de trabalho. Criei meus filhos, casei eles [...] foi assim a vida [...]. Graças a Deus foi uma vida, não digo boa, mas também não foi mal, foi mais ou menos! Lutei, casei, fiquei viúva [...] criei meus filhos todos, tão todos criados graças a Deus! Hoje, o mais novo tem 36 anos, que é o caçula que mora comigo ainda [...] e assim foi à vida [...] (Entrevistada A.P, moradora da Jurema, entrevista realizada em 30 de abril de 2019).

Os elementos apontados pela entrevistada revelam as dificuldades enfrentadas ao nível do cotidiano e como elas se realizam através das práticas de uso e apropriação do espaço, nas maneiras de viver em busca da sobrevivência. Ao perguntá-la a respeito dos principais problemas que a família enfrenta no dia-a-dia, destacou a dificuldade de obter trabalho, principalmente, para os jovens recém-formados no ensino médio que não encontram outras oportunidades para aperfeiçoamento dos estudos e capacitação profissional na cidade.

Trabalho. Eu acho que aqui a necessidade de trabalho é muito grande, os jovens ficam assim, por exemplo: estuda um pouquinho, muitos chegam até o segundo grau, que antigamente não tinha [...] mas aí como não tem trabalho, não tem como investir para ele crescer, ele deixa ou sai para trabalhar. E às vezes, sai para trabalhar e não continuam estudando [...] mas, a gente vê a necessidade dele caminhar para frente, se desenvolver, continuar alguma coisa, prosseguir [...]. E a gente vê essa necessidade, desejando ter quem assuma e quem faça esse papel! (Entrevistada A.P, moradora da Jurema, entrevista realizada em 30 de abril de 2019).

Em seu relato, associa essa questão de limitações quanto às condições de desenvolvimento social na cidade à forma como o poder público municipal atua ou deixa de atuar, conforme sua omissão as reais necessidades da população. A entrevistada complementa:

Aqui falta muita coisa. Hoje em dia, falta um prefeito enérgico, que possa ajudar o povo e querer que o povo ajude também. Caminhar com o povo e que o povo caminhe também com ele [...]. Eu ainda acho muito atrasado aqui, muito atrasado! Fulano se elege, ciclano se elege, mas não tem assim aquele desejo de ver seguir para frente, vê andar mesmo, não vê! [...] Vê sempre a minoria é que a gente vê um pouquinho de acontecimento [...]. Mas vê assim, aqui fez tal coisa, uma novidade, chegou uma coisa, um cargo pros jovens,

uma coisa assim que tenha interesse em crescer a cidade, eu não acho não que aqui tenha assim interesse de crescer [...] (Entrevistada A.P, moradora da Jurema, entrevista realizada em 30 de abril de 2019).

Esses relatos evidenciam aspectos do discurso estereotipado de cidade pequena como o espaço do “atraso”, referenciada como o espaço da negação daquilo que é posto como moderno na sociedade capitalista, sobretudo, relacionado a visão economicista de crescimento urbano. Para tanto, essa concepção de cidade pequena “atrasada”, de certo modo, representa um discurso de negação desse centro urbano em função da ideia generalizada que se tem sobre a “[...] cidade, encarada como representante da modernidade e seu máximo vislumbre [...]” (BARCELAR, 2008, p. 63). A fala da entrevistada em resposta ao questionamento se considerava São Felipe uma cidade, exemplifica tal relação: “é [...] eu considero uma cidade assim, pobre né, que não tem certos funcionamentos e certa ajuda também, de quem pode e de quem assume as necessidades do povo [...], que precisa de ajustes, que não anda para frente [...]” (Entrevistada A.P, moradora da Jurema, entrevista realizada em 30 de abril de 2019).

Nesse contexto, as cidades pequenas são exemplos das contradições entre as percepções de modernidade representadas especificamente no que se refere as ideias “entre o novo e o antigo”, “o moderno e a tradição”, as relações de “administração pública gerencial e o patrimonialismo” (BARCELAR, 2008, p. 63).

Para tanto, as falas e representações da entrevistada a respeito da atuação do poder público, em diálogo com as reflexões apontadas por Barcelar (2008), revelam aspectos do ideário popular do assistencialismo social público como mantenedor das necessidades e desejos das relações de pessoalidade. Sobarzo (2004, p. 57) corrobora o esclarecimento dessa perspectiva de entendimento, ao apontar que, “[...] a idéia do poder municipal como zelador dos interesses coletivos deve ser assumida como um ideal não cumprido ou, pelo menos, não cumprido totalmente”. Especialmente, porque, conforme o autor, a ação do poder municipal, de maneira geral, manifesta uma mistura de interesses públicos e privados que têm ligação com interesses próprios do prefeito ou interesses de grupos locais dominantes.

É nessa perspectiva que as ações de dominação do poder político se reproduzem nos espaços da cidade como forma de manutenção de seus interesses e controle da população. Por sua vez, a representação da figura política também tem forte influência no modo como as práticas de dominação do poder político se consolidam na cidade pequena. Por exemplo, em São Felipe, a atual gestão municipal é representada pelo nome do senhor Rozálio Souza da Hora, 87 anos de idade, ex-prefeito que ganhou as eleições de 2017 e renunciou ao cargo em 2019. Ele exercia o seu quarto mandato como prefeito da cidade (atuou nos períodos de 1971 a

1973; 2001 a 2004; 2005 a 2008; e, de 2017 a 2019, pois ao renunciar ao cargo o seu vice assumiu o mandato).

Em entrevista o senhor Rozálio Souza da Hora (cabe ressaltar que no momento da entrevista ainda exercia o cargo de prefeito), afirmou que não gosta de exercer o cargo de político e nem queria mais sair candidato nas eleições de 2017. Porém, por influências de amigos, familiares e outros representantes políticos acabou se candidatando e foi reeleito. Além de observar que teve como vice um ex-integrante do grupo da oposição.

Hoje, eu completo 87 anos de trabalho e luta, e sofrendo [...]. Nunca gostei de política! [...]. Não quero ser mais candidato, saio candidato novamente em 2000, para diminuir a conversa, eu levei até 2008, anuncio que não quero candidato, tá entendendo? [...]. Botei advogado, carro para rodar [...] ainda anunciei que não quero candidato. Chega Alvinho [**já exerceu cargo de prefeito pelo grupo em 1993 a 1996**] aqui, com Choquinha, e teve uma reunião aqui [...]. Eu não quero mais política e se eu for candidato, eu não quero adversário, tá entendendo?! Aí, chegou Alvinho aqui com Choquinha [...] o grupo todo não teve um candidato do grupo [...], aí eu digo que já tenho um candidato que eu não tinha, [...] ligo para os meus vereadores, vocês aceitam Choquinha como candidato a vice? Aceito. Com isso eu sair candidato, ele vice [...]. E entrei nessa gelada, dependendo dos outros, secretário bota um, não quer [...]. Aí ganho essa eleição agora, tive a infelicidade! [...] (Entrevistado Sr. Rozálio Souza da Hora, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019. Grifo nosso).

Nesse contexto, cabe considerar as reflexões apontadas por Endlich (2006, p. 399) ao ressaltar a forma como o poder local no Brasil é estruturado segundo as bases do coronelismo, visto pela “[...] imposição hierárquica que ele suscita, pois por coronel se entende uma pessoa de prestígio social, tradicionalmente com poder econômico assentado na terra e com capacidade de estruturar o poder local de acordo com seus interesses”. Em São Felipe tal relação se evidencia, sobretudo, relacionada à autoridade política do senhor Rozálio Souza da Hora, além da representação de proprietário de terras e dono de um dos alambiques da cidade.

Entende-se, assim, como as práticas políticas lidam como uma espécie de jogo pela concentração do poder, ao misturar os interesses públicos e privados apontados por Sobarzo, os quais vão influenciar diretamente nas condições sociais de (re)produção do espaço. “Assim o espaço se revela como instrumento político intencionalmente organizado, e manipulado pelo Estado; é portanto meio e poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação” (CARLOS, 2001b, p. 29-30).

Diante dos fatos, os dados apresentados possibilitaram a apreensão de alguns aspectos do modo como à cidade de São Felipe se reproduz em meio às condições de vida da população,

sobretudo, aquelas ligadas às formas de ocupações e acesso a serviços de uso coletivos, como saúde, educação e infraestrutura urbana. As quais são diretamente influenciadas pelas formas de atuação do poder político local, suas ações ou omissões frente às contradições socioespaciais na cidade, que se entrelaçam entre interesses públicos e privados.

4.2 RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO EM SÃO FELIPE

O movimento de reprodução das relações sociais no espaço vivido revela e/ou pode ocultar diferentes práticas de apropriação utilizadas pelos indivíduos em seu cotidiano. Como esclarece Certeau (1994), as atividades desempenhadas diariamente, na maioria das vezes, consideradas simples, podem ocultar elementos importantes para o entendimento das práticas cotidianas. Desse modo, práticas como habitar, caminhar, falar ou ir às compras representam delicadezas e astúcias desenvolvidas pelos indivíduos comuns, que de alguma maneira resistem as imposições dominantes da lógica capitalista de produção do “espaço homogêneo”.

Conforme Certeau (1994), os indivíduos não são meros sujeitos passivos frente as ordens preestabelecidas, ao contrário, são seres criativos que inventam a sua própria história por meio das práticas desenvolvidas em seu cotidiano. As artes do fazer que dotam de sentido os espaços de uso. Mediante as práticas espaciais e suas relações de sociabilidade, convivência e conflitos que se reproduzem no cotidiano da cidade.

Os dados da pesquisa de campo demonstram que há um elevado grau de satisfação da população quanto ao fato de residir em São Felipe, pois 88% dos entrevistados afirmaram gostar de morar na cidade (Quadro 1).

Dos que afirmaram gostar de morar na cidade, 27% destacaram a condição de cidade tranquila e “sossegada” como elemento que as fazem gostar de São Felipe. 12% relacionaram a convivência entre as pessoas e suas relações de solidariedades. Outros 12% ressaltaram o fato de morar próximo da família, relacionado ao sentimento de pertencimento com o lugar onde nasceu. E, dentre as outras afirmações, sobressaíram-se as falas: “me sinto bem aqui/ gosto de morar aqui” (8%); “é uma cidade boa” (6%); “facilidade de compras/ custo de vida baixo” (4%); “porque é a única opção no momento” (3%); “facilidade de ir nos locais/ tudo perto” (2%) etc. Tais afirmações são influenciadas pelas práticas espaciais dos sujeitos, percebidas ao consolidarem relações de pertencimento com o espaço vivido. “Gosto porque minha vida, minha família e meu trabalho estão aqui”⁸¹.

⁸¹ Entrevistada C.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

Quadro 1 – Opinião dos entrevistados sobre gostar de morar na cidade, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019

Sim	Porcentagem 88%	Não	Porcentagem 12%
Justificativa do sim		Justificativa do não	
Cidade tranquila/ calma/ sossegada	27	Sem oportunidade de estudo/trabalho	5
Cidade acolhedora/convivência com as pessoas	12	Não tem nada aqui/ falta tudo	3
Minha terra natal/ minha família mora aqui	12	Todo mundo conhece todo mundo	2
Me sinto bem aqui / gosto de morar aqui	8	Não gosto, aqui é muito parado	1
É uma cidade boa	6	Prefiro a zona rural	1
Amo minha cidade/ maravilhosa/ fantástica	4		
Facilidade de compras/ custo de vida baixo	4		
Não justificou	4		
Porque é a única opção no momento	3		
Porque trabalho aqui	2		
Gosto, mas era para melhorar as oportunidades	2		
Facilidade de ir nos locais/ tudo perto	2		
Por causa da segurança	1		
Vejo que a cidade tem potencial	1		

Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Elaborado por Maiara Leandro.

Geralmente, as pessoas se conhecem e são reconhecidas perante os outros com referência à família e/ou o espaço onde moram. Como ressalta a fala da Entrevistado B.D, “[...] aqui é uma cidade pequena, mas muito boa de morar [...] aqui todo mundo é amigo, geralmente, todo mundo se conhece, sabe de quem você é filho, conhecem as pessoas e tratam bem [...]”⁸². Essa fala também representa mais um exemplo de como as ambiguidades das práticas cotidianas se reproduzem no espaço vivido, mediante a concepção da entrevistada de que “aqui todo mundo é amigo” generaliza-se uma satisfação social misturada a noção de “realidade tranquila” representada de forma geral, sem perceber as contradições. Como o exemplo da contradição posta no capítulo anterior, a respeito do discurso da violência estigmatizada que acaba por criar formas de segmentação social. Constituem-se assim as situações sociais vividas em função dos conflitos cotidianos apontados por Lacombe (2008) e que não são percebidos enquanto tais.

Por sua vez, aqueles que afirmaram não gostar de morar em São Felipe (12%)

⁸² Entrevistado B.D, morador do Centro, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

relacionaram suas opiniões as ausências de “oportunidades”, sobretudo, trabalho e estudo. O fato de as pessoas morarem na cidade pequena e, de certo modo, manterem contato mais próximo com relação ao outro também é visto por alguns moradores como algo negativo. “Eu não gosto de morar em São Felipe por causa das pessoas que gostam muito da vida dos outros, aqui todo mundo conhece todo mundo e sabe o que você faz ou deixa de fazer, gostam de tomar parte!”⁸³.

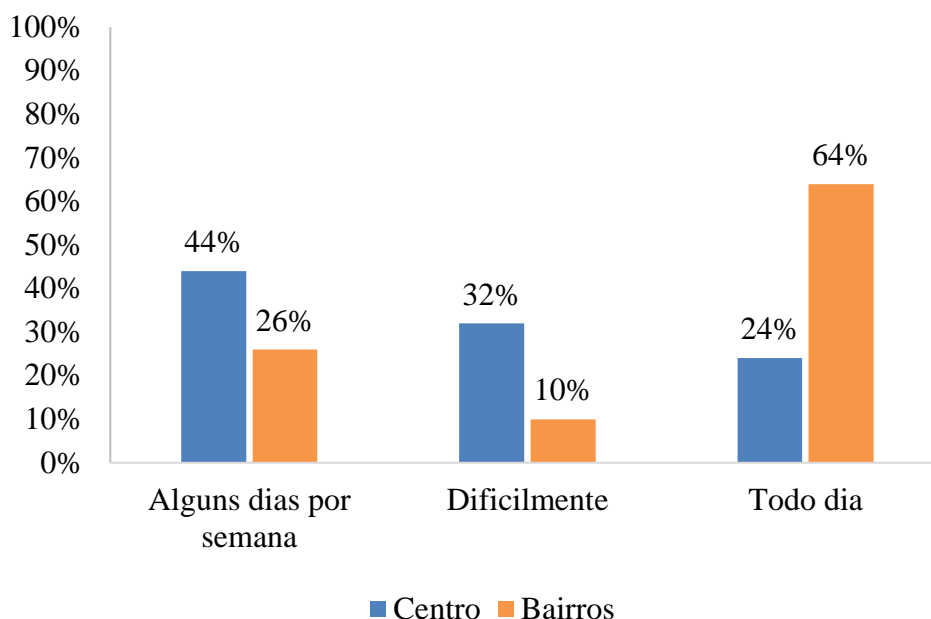
Prado (1995), em seus estudos a respeito dessas relações de proximidade, chegou a denominar a cidade pequena como “paraíso e inferno da pessoalidade”. Para a autora, o reconhecimento nas relações de vizinhança tanto pode contribuir para a sociabilidade do convívio social de forma harmoniosa, como também instigar os conflitos, na medida em que as pessoas passam a querer controlar a vida uma das outras. Todavia, concluímos que o confronto dessas relações representa as próprias ambiguidades dos conteúdos sociais que se reproduzem no cotidiano.

Desse modo, os dados apresentados exemplificam características de como as ambiguidades das práticas de apropriação e formas de representação se apresentam ao nível do cotidiano em meio as relações compartilhadas entre os sujeitos, pois as relações de proximidade entre as pessoas e o lugar onde moram tanto podem contribuir para o estreitamento dos laços de amizade entre os vizinhos, como evidenciar constrangimentos e conflitos.

Em meio a essa circunstância de que as pessoas em São Felipe se conhecem e/ou são reconhecidas perante os outros, a comunicação é uma prática corriqueira na vida cotidiana dos sujeitos. Porém, a intensidade com que essa prática se realiza no cotidiano da cidade pequena também se diferencia conforme os espaços de moradia das pessoas. No Gráfico 6, observa-se que o hábito de conversar com os vizinhos no dia-a-dia dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema corresponde a intensa densidade comunicacional. Dos 50 entrevistados residentes nesses bairros, 64% afirmaram conversar com seus vizinhos todos os dias; 26% afirmaram ser alguns dias por semana e 10% assinalaram a opção dificilmente. Em comparação as respostas dos moradores das áreas mais centrais, apenas 24% dos entrevistados têm o hábito de conversar com os vizinhos todos os dias; 44% disseram conversar alguns dias por semana e 32% relataram que dificilmente tem esse hábito.

⁸³ Entrevistada S.P, moradora do Centro da cidade, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

Gráfico 6 – Opinião dos entrevistados sobre o hábito de conversar com os vizinhos no dia-a-dia da cidade, São Felipe, Bahia, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Elaborado por Maiara Leandro.

A intensa densidade comunicacional nos bairros revela como o cotidiano se realiza nas relações de encontro e experiências do habitar, sobretudo, na extensão das relações privadas da casa com a rua, o espaço coletivo de encontro e trocas de experiências. Para Certeau (1994, p. 50), “[...] as conversas são práticas transformadoras [...] criam sentidos diferentes. [...] é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular “lugares comuns” e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los ‘habitáveis’”. Sendo assim, ao considerar os espaços “habitáveis” como aqueles apropriados pelos indivíduos para o uso e nos quais a comunicação está presente como arte de manipular os “lugares comuns”, observa-se que essa prática amplia de forma mais intensa as relações de convivência social nos bairros populares, como exemplifica o relato da moradora da Urbis, ao ser questionada se tinha o hábito de conversar com os vizinhos: “Toda hora, se um não aparecer durante o dia a gente vai na porta [...] Fulano, tem café?! Um menor aí?! Quando uma não tem, a outra tem (risos) [...]”⁸⁴.

Nesse sentido, “a comunicação não se encerra na fala do sujeito; essa é apenas uma das formas de conversação, pois os gestos, silêncios, risos, pausas, tudo tem um significado a ser compreendido, ampliando o entendimento das experiências sociais” (GAMALHO, 2009, p. 25). A autora destaca essa relação de vida comunitária como importante estratégia de sobrevivência em meio a necessidade da solidariedade, onde as relações de vizinhança agregam “[...] valores

⁸⁴ Entrevistada M.J, moradora da Urbis, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.

que não participam da ordem capitalista do solo urbano, são valores para as pessoas que os vivenciam” (GAMALHO, 2009, p. 115).

Nas variadas atividades práticas realizadas pelos sujeitos no seu dia-a-dia, sejam aquelas mais banais como “[...] sair de casa e caminhar até a padaria, ao bar ou a quitanda do bairro, até a praça, até a casa da vizinha; ou crianças que mais frequentemente brincam nas ruas [...]”, a apropriação para o uso se realiza relacionada ao corpo e aos sentidos (SOBARZO, 2004, p. 152). Corresponde ao espaço vivido e praticado pelas relações corpóreas de que trata Lefebvre.

São nas relações de bairro, nos contatos diretos com as pessoas que o sentido do espaço vivido se realiza para além do espaço privado da casa. Como observamos na ação da moradora da Urbis, que durante a entrevista na varanda de sua casa pede uma pausa e vai até a casa da vizinha ao lado pegar uma roupa no chão que caiu do varal. “Pera aí! deixa eu pegar aquele lençol ali minha filha, a vizinha não tá em casa [...]”⁸⁵ A senhora que relata que quando alguém do bairro passa mal, o vizinho vai na casa fazer um chá, arrumar uma casa, lavar a louça, fazer uma comida etc. São práticas aparentemente banais, mas carregam em si a representação simbólica do sentimento de aproximação com o outro, das relações de vizinhança e de vínculo com o espaço cotidiano. São experiências compartilhadas de maneira espontânea pelas quais as pessoas se conhecem e participam da vida uns dos outros.

Nessa dimensão do espaço vivido, “[...] o referencial de vida e as dificuldades inerentes ao lugar são compartilhados, e sua superação dá-se em conjunto, transformando sujeitos e espaço” (GAMALHO, 2009, p. 115). Assim, a relação de solidariedade no convívio social envolve o respeito e o reconhecimento mútuo como condições essenciais para a reprodução da vida no bairro. “[...] Hoje, na comunidade da Urbis eu sou uma pessoa que eu não tenho inimigo onde eu moro. Todas as pessoas me conhecem, todas as pessoas me respeitam, eu respeito todo mundo”⁸⁶.

Ao apropriar-se do espaço, as pessoas consolidam relações sociais no bairro conforme as suas necessidades e possibilidades para reprodução da vida. E nesse contexto as práticas da comunicação, dos encontros pelas ruas, das atividades desenvolvidas em conjunto representam as “artes dos fracos”, de acordo com Certeau (1994), capazes de ressignificar o cotidiano da vida nos espaços socialmente segmentados. Como exemplifica o relato de um morador da Jurema, ao afirmar que no bairro não tem espaços específicos de lazer, mas as pessoas se encontram no dia-a-dia e usam o tempo livre para estabelecer relações de sociabilidade, atividades criadoras dos momentos de diversão e de espontaneidade no próprio bairro.

⁸⁵ Entrevistada M.J, moradora da Urbis, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.

⁸⁶ Entrevistado J.S, morador da Urbis, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019.

Espaços assim não tem não, é carente. [...]. As pessoas geralmente se encontram [...] tem uma turma que fica jogando dominó na frente de casa até dez horas, nos finais de semana, se brincar vai até meia noite. É um bairro assim que as pessoas se comunicam, tão sempre bebendo, curtindo [...]. Se dão bem! Tem uma quadra de esporte na frente, logo na outra rua que o pessoal fica até onze horas jogando bola [...]. Aqui é tranquilo, as pessoas dormem cedo às vezes por costume já, mas não com medo disso ou daquilo, não é assim assustador como as pessoas falam não, aqui é tranquilo! (Entrevistado M.S, morador da Jurema, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

Outra prática característica das relações de sociabilidade nos bairros é a presença de crianças pelas calçadas, onde a ausência de espaços de lazer apropriados para elas realizarem suas brincadeiras faz com que se apropriem dos espaços das ruas. Como exemplifica o relato do entrevistado, ao indicar a fuga do cotidiano em meio a produção simbólica de momentos de criatividade e de desejos como possibilidade de superação das adversidades cotidianas.

Hoje, tá nascendo nos bairros algo que na minha época eu fazia muito e que já não via a muito tempo, é de eu passar indo pra casa e ver crianças jogando bola, com aquela trave com dois tijolos um lá outro cá. Não só no Bairro da Jurema como na Urbis e outros bairros, onde você passa você vê crianças com bola jogando futebol. E todo mundo falando do estádio, todo mundo sonhando em jogar no estádio [...] todo mundo sonha assim em ser jogador (Entrevistado M.S, morador da Jurema, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

O entrevistado destaca que as crianças residentes nos bairros têm alimentado a esperança em ser um jogador de futebol, sobretudo, com a reforma que está sendo realizada no Estádio Municipal. Entretanto, moradores afirmam esperar por essa reforma a muito tempo devido a inação do poder público municipal, representada pelo uso do discurso e realização de obras inacabadas. “[...] O estádio tá parado há quatro anos já, desde a gestão passada que passou pra reforma e até hoje não foi concluída essa obra [...]”⁸⁷.

Na dimensão do vivido, os comportamentos e interações sociais revelados no espaço da rua pelos “códigos de cortesia” (saudações, palavras “amistosas”, pedido de “notícias”), ritmo do andar e modo como se evita ou se valoriza determinado espaço público demarcam as relações cotidianas da vida de bairro (CERTEAU; MAYOL, 1996, p. 38). De acordo com os autores, nessa relação entre comportamentos e benefícios simbólicos os usuários se tornam parceiros de uma espécie de “contrato social” pelo qual eles próprios se obrigam a respeitar para que seja possível a vida cotidiana, esse é o “preço a pagar” (saber “comportar-se”, ser “conveniente”). Esses registros de organização da vida cotidiana apontados pelos autores

⁸⁷ Entrevistado J.S, morador da Urbis, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019.

corroboram a análise desta pesquisa ao tratar de reflexões que apreendemos no cotidiano da cidade pequena de forma mais intensa. As interpretações dos dados revelam esses tipos de comportamentos nas práticas cotidianas dos moradores de São Felipe.

Durante as visitas de campo e entrevistas era comum as pessoas se cumprimentarem ao passar em frente à casa do vizinho. No momento da entrevista realizada com a senhora Maria⁸⁸, cadeirante de 67 anos, por várias vezes, ela parou para responder os cumprimentos das pessoas que passavam na rua: “Oi Dona Maria, – Oi meu filho, tá sumido hein?! – É... – Tá por onde? – Por aí mesmo [...] – Ah, porque nunca mais eu o vi [...]. Tá bem meu filho, Deus te abençoe!” (Diálogo entre a entrevistada e um rapaz que passava na rua). “Dona Maria! – Oi filha, tá boa? – Tô bem [...]” (Diálogo entre a entrevistada e uma mulher que passava na rua). “Dona Maria! – Oi Val, – Como vai a senhora? – Eu tô mais ou menos minha filha, e você? – Eu tô bem [...]” (Diálogo entre a entrevistada e uma outra mulher que passava na rua durante a realização da entrevista).

A prática do caminhar pelas ruas para ir ao trabalho, à escola, fazer compras no mercado, ir à casa de um vizinho etc., envolve percursos que geralmente as pessoas fazem a pé pela cidade de São Felipe. Ao perguntar os moradores se eles costumavam circular pelas ruas por qual meio, 72% disseram fazer o percurso a pé; 20% utilizam moto; 5% bicicleta e 3% carro. Essa prática de realizar percursos a pé é facilitada pelas curtas distâncias entre locais de trabalho, escolas, supermercados etc., como ressalta a fala da Entrevistada C.C, “como meu trabalho é na rua aqui atrás eu vou sempre a pé [...] já aproveito e faço uma caminhada [...]”⁸⁹. Desse modo, o ato de caminhar possibilita as experiências do encontro em meio as relações de uso e apropriação dos espaços-tempos da vida cotidiana, “[...] na produção do sentido do lugar e na interação entre as esferas do público e do privado” (SOBARZO, 2004, p. 154).

Realizar compras é outra prática presente no dia-a-dia das pessoas, principalmente, aquelas ligadas à alimentação. Envolve desde as necessidades básicas para reprodução da vida à inserção no espaço social e de consumo. Com base em Certeau e Mayol (1996, p. 52), nas relações cotidianas de busca por alimentos e serviços revelam-se práticas de acumulação do capital simbólico entre os indivíduos para tirar os benefícios esperados. Haja vista, “[...] o papel do corpo e dos seus acessórios (palavras, gestos), no fato tão concreto da "auto-apresentação", possui uma função simbólica capital, mediante a qual a conveniência funda uma ordem de equivalência onde aquilo que se recebe é proporcional àquilo que se dá”.

Sob essa perspectiva, as atividades de compras influenciadas pelo “capital simbólico”

⁸⁸ Entrevista realizada com D. Maria, moradora da Jurema, em 30 de abril de 2019. [Nome fictício].

⁸⁹ Entrevistada C.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

possibilitam as pessoas o contato social para além do simples valor de troca. Em São Felipe, a questão de “ser bem servido quando se é um bom freguês” é algo que se estende às relações de amizade e reciprocidade entre vendedores e clientes, sobretudo, relacionado a prática da troca sempre num determinado supermercado ou loja, onde as pessoas lidam com certa relação de “fidelidade e dependência”, que se imbricam nas relações de pagamentos facilitadas por conhecer a pessoa, seu histórico de pagamento etc. “[...]. É o fruto de um longo *costume* recíproco pelo qual cada um sabe o que pode pedir ou dar ao outro, em vista de melhorar a relação com os objetos da troca” (CERTEAU; MAYOL, 1996, p. 52. Grifo dos autores).

Como pode-se observar no relato desse entrevistado,

Eu compro todas as minhas mercadorias aqui mesmo em São Felipe. [...] O mercado onde faço minhas compras tem de tudo que necessito, [...] pode não ser o mais barato na cidade, mas por ter de tudo, por já está acostumado a comprar nele e conhecer o dono a muito tempo, eu prefiro comprar aqui mesmo [...]” (Entrevistado W.S, morador do Centro, entrevista realizada em 15 de abril de 2019).

Dos entrevistados, 97% afirmaram realizar as compras do dia-a-dia, especialmente, aquelas ligadas a alimentação em São Felipe. Há também aqueles moradores, como o Entrevistado R.L, que diz comprar em outra cidade somente o que não encontra em São Felipe, e ressalta a importância de incentivar as pessoas a comprarem na própria cidade de modo a contribuir para a geração de emprego e renda no comércio local.

Eu dou preferência aqui na cidade, porque se eu saio para comprar em outra cidade eu tô gerando emprego em outra cidade, então, eu incentivo as pessoas, os meus filhos inclusive a comprarem aqui na cidade. O pão, o supermercado o que a gente puder, só compra fora mesmo o que não tem [...] (Entrevistado R.L, morador do Centro, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019).

Essa relação de compra e de afetividade entre os indivíduos é algo que se torna mais intenso na apropriação do espaço da feira livre. Durante as pesquisas de campo, observações e entrevistas verifica-se que na feira diferentes grupos de classes sociais se encontram. Além das relações de troca e compra de alimentos, as pessoas frequentam esse espaço, também, com a intenção de encontrar o outro, amigos, parentes que residem na zona rural e/ou cidade vizinha, ou até mesmo, o vendedor de determinado produtos com o qual mantém uma relação de amizade, para “bater papo”, ter um momento de lazer.

Tal relação se evidencia na fala do Entrevistado R.L, empresário e representante da classe de renda relativamente mais alta na cidade, em resposta ao questionamento se

frequentava a feira livre: “faço questão de frequentar para visitar, para conhecer, pra visitar os amigos, saio comprando na mão de um, na mão de outro, a folha, a verdura, carne, goiaba [...]. Eu gosto de frequentar a feira livre”⁹⁰ [...]. Contudo, há também aqueles que preferem comprar no supermercado do que ir à feira, alegando a facilidade de compra com cartão de crédito e “melhor qualidade do produto”.

[...] Deixo de comprar na feira para ir no mercado, a organização é bem mais cômoda, a qualidade, o preço também [...]. O pessoal prefere ir no mercado comprar porque tá tudo mais organizadinho, talvez, com a higiene melhor né? Condição de pagamento também melhor, porque no mercado o pessoal usa o cartão de crédito, de débito e tal [...] (Entrevistado A.L, morador do Centro, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019).

Com relação ao consumo de vestimentas, 53% dos entrevistados afirmaram comprar em outras cidades (dos quais, 36% em Santo Antônio de Jesus, 9% em Feira de Santana e 8% Salvador), enquanto 47% afirmam comprar em São Felipe. Desses 47%, 36% correspondem as respostas dos moradores dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema. Quanto as justificativas dos que preferem comprar em outras cidades, ressaltaram: “Santo Antônio de Jesus, Salvador, porque tem muitas opções, qualidade dos produtos e preços bons”⁹¹; “[...] Quando vou em Santo Antônio de Jesus, compro lá mesmo. É difícil comprar roupa aqui. Não por deixar de comprar aqui, mas como vou lá, compro mais lá mesmo”⁹².

Outro relato do Entrevistado A.L corrobora essa forma de classificação e valoração da qualidade do produto em função do local de compra, visto que o entrevistado afirma que geralmente compra roupas em Salvador ou Santo Antônio de Jesus, sobretudo, no *shopping*. Mas, devido a uma necessidade, acabou indo numa loja de roupas em São Felipe, que nunca tinha entrado antes, para comprar um presente para sua filha, e relata ter gostado do produto adquirido. Porém, fez questão de explicitar que não se compara ao padrão de se comprar num *shopping* em Salvador.

[...]. Eu compro geralmente quando vou em Salvador, Santo Antônio de Jesus. Infelizmente, dificilmente eu estou comprando aqui em São Felipe, só casualmente, muito casual. Inclusive mesmo, eu tive que dar um presente para uma filha, [...] eu comprei na realidade, mas esqueci lá na casa do meu filho em Salvador. E o aniversário dela era naquele dia [...] aí pela primeira vez eu conheci aquela Loja Atual [...] é uma ali em cima [...] **[em São Felipe]**. Aí eu fui lá e comprei um vestido. Tem até algo bom ali, uma roupa boa, de qualidade [...]. Eu comprei um vestido lá, mas nem conhecia aquela loja [...].

⁹⁰ Entrevistado R.L, morador do Centro, entrevista realizada no em 04 de outubro de 2019.

⁹¹ Entrevistada S.P, moradora do Centro, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

⁹² Entrevistada C.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

Não é igual a você comprar em um *shopping* em Salvador, mas de qualquer maneira tinha uma roupa assim super moderna [...]. Eu comprei aqui, mas geralmente eu compro mais fora [...] (Entrevistado A.L, morador do Centro, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019. Grifo nosso).

Para tanto, esse discurso a respeito do *shopping* representa uma forma de segmentação social. Há uma ideia de *status* e de empoderamento vinculada ao uso desse espaço como objeto de consumo, como forma de atender aos desejos de determinada classe em se diferenciar socialmente. Infere-se com base em Lefebvre (1966) que esse discurso do entrevistado envolve a operacionalização do campo da dimensão simbólica, traduzida na ideologia da prática do consumo mascarada pela concepção de *status* que esse espaço do *shopping* representa no imaginário social. São formas de representações que implicam nos modos de vida dos sujeitos e tais discursos se diferenciam com relação aos grupos de classes sociais na cidade. De acordo com Bourdieu (2007, p. 240), “[...] as diferentes frações da classe dominante distinguem-se precisamente [...] pela espécie de capital que se encontra na origem de seu privilégio e por suas maneiras diferentes de diferir do comum e de afirmar sua distinção que lhe são correlatas [...]”.

4.3 AS PRÁTICAS DO HABITAR E DO LAZER EM SÃO FELIPE

As interpretações traçadas até o momento foram essenciais para a análise das relações socioespaciais reproduzidas na cidade de São Felipe. Nessa última etapa de análise busca-se aprofundar a discussão a respeito da apropriação do espaço para o uso, pautada na reflexão crítica sobre as práticas do habitar e do lazer como possibilidades de direito à cidade, negado em sua essência.

Com base em Lefebvre (1991a, p. 135), o direito à cidade deve ser entendido “como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) [...]”. Nessa dialética do pensamento lefebvriano o habitar e o *habitat* se opõem, o espaço concreto é substituído pela concepção do “[...] *habitat*, função simplificada, restringindo o “ser humano” a alguns atos elementares: comer, dormir, reproduzir-se [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 80). Trata-se, portanto, da ideologia urbanística criticada por Lefebvre, que concebe os espaços das formas e funções racionalizadas “[...] aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou “máquinas de habitar” (LEFEBVRE, 1999, p. 81).

Nessa concepção urbanística o *habitat* reduz a prática da apropriação e reprodução das relações sociais (o habitar) apenas a necessidade de moradia do indivíduo. Para tanto, a fim de

compreender melhor essa discussão no campo da observação empírica, se faz necessário questionar: como esses termos “*habitat* e *habitar*”, propostos por Lefebvre, nos ajudam a pensar a (re)produção do espaço da cidade de São Felipe? No início, foi destacado que a intenção desse tópico é discutir as práticas do lazer e do habitar, logo, não tem como apreender essas práticas sem relacioná-las ao nível privado (do habitar).

Por isso, a importância de apreender as relações da escala de reprodução do lugar e das práticas cotidianas reproduzidas na cidade contemporânea, como “[...] perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço [...]”, que se manifestam no plano do vivido com suas situações de conflitos (CARLOS, 2007, p. 14).

Nesse sentido, para se chegar à compreensão da prática do habitar é preciso apreender o movimento que se estabelece no espaço da casa como *locus* central das práticas de uso em direção à apropriação dos espaços públicos da cidade. Conforme algumas discussões apresentadas no tópico anterior, é possível afirmar que em São Felipe no movimento da produção espacial reproduzido pelas práticas do habitar, as relações de socialidades predominam (das formas de uso dos espaços, dos encontros, relação com a vizinhança e reconhecimento recíprocos perante aos outros) que se estendem do nível privado da casa para à rua, o bairro e à cidade enquanto totalidade. Todavia, os conflitos nos modos de vida também estão presentes, sobretudo, nas práticas de ambiguidades cotidianas observadas na pesquisa em suas contradições, mas que nem sempre são percebidas pelos sujeitos que as vivenciam.

Assim sendo, o modo de vida urbano na cidade pequena manifesta as práticas de uso do espaço-tempo que lhes são próprias no cotidiano, reveladas nos modos de apropriação dos espaços que constroem o conteúdo social das relações espaciais estabelecidas. Como esclarece Lefebvre (1991a, p. 64. Grifo do autor), cada cidade tem sua fala “aquilo que acontece na rua, nas praças, nos vazios, aquilo que aí se diz [...]”. Sua linguagem “as particularidades próprias [...] expressas nas conversas, nos gestos, nas roupas, nas palavras e nos empregos das palavras pelos habitantes [...]”; e a sua escrita “aquilo que se inscreve e se prescreve em seus muros, na disposição dos lugares e no encadeamento, em suma, o *emprego do tempo*”.

O conteúdo do habitar evidencia as contradições e possibilidades do espaço de reprodução da vida. “[...]. Habitar es apropiarse un espacio; es también hacer frente a los cons, treñimientos, es decir, es el lugar del conflicto, [...] entre los constreñimientos y las fuerzas de apropiación”⁹³ (LEFEBVRE, 1973, p. 210). Nesse sentido, como lugar do conflito e de confronto das diferenças, o habitar resiste as imposições que lhes são impostas, ao reproduzir

⁹³ “[...] Habitar é apropriar-se de um espaço; é também fazer frente aos constrangimentos, quer dizer, é o lugar do conflito, [...] entre os constrangimentos e as forças de apropriação” (Tradução nossa).

as atividades criadoras e de luta pela vida. Daí a importância de compreender o habitar para além do espaço da habitação enquanto valor de troca, pois o que interessa na análise não é a forma em si, mas o uso que se faz desta (LEFEBVRE, 1973).

Com o processo de urbanização, os usos da cidade se redefinem e novas funções atreladas à lógica capitalista de reprodução das formas de mercantilização do solo urbano se instauram. A construção de conjuntos habitacionais e de novos loteamentos são exemplos de como o *habitat* constitui-se, nesse processo, como espaço negativo do habitar “[...] em suas formas desprovidas de arte e do sentido do uso, com suas áreas exíguas e descaracterizadas, impõe um outro modo de acesso ao espaço urbano” (CARLOS, 2020, p. 361).

Como esclarece Lefebvre (1999), as lógicas do espaço do *habitat* (concebido) opõem-se as necessidades do habitar (vivido), especificamente, devido as lógicas capitalistas as quais operam no plano institucional do modo como a cidade é pensada. Como exemplo da política de habitação popular institucionalizada pela ação burocrática do Estado, de modo a assegurar o direito à moradia (propriedade privada) para uma determinada parcela da população carente, como se a casa por si só fosse garantir aos sujeitos o direito à cidade e as condições de reprodução da vida. Mas, como esclarece Dias (2013, p. 175), “[...] as populações necessitam mais do que um teto para viver com dignidade e para, de fato, estarem inclusas na cidade”.

Com a construção da Urbis, pode-se perceber alguns aspectos de como essa lógica urbanística de imposição do *habitat* começa a se constituir na cidade de São Felipe em meio às suas contradições. A Urbis, foi projetado como uma espécie de conjunto habitacional planejado conforme interesses do Estado para execução da política de habitação popular.

Para tanto, na concepção do *habitat* o conteúdo social do espaço concreto não importa, ele nega a própria prática do habitar, uma vez que, a construção de habitações populares por ordem do Estado envolve mecanismos de dominação e controle do espaço e dos sujeitos, em detrimento das necessidades coletivas dos indivíduos de direito à reprodução da vida em condições mínimas para sobrevivência. Por exemplo, da forma como a Urbis foi implantada, sob condições estruturais precárias para reprodução da vida dos sujeitos, como exemplifica o relato da entrevistada, moradora da Urbis:

As casas era modelo padrão, tudo igual, só tinha o reboco, chão era chão mesmo, barro solto, nenhum contrapisozinho não tinha [...]. O banheiro era simples só com o vaso sanitário, ficava do lado de fora, não tinha descarga porque também não tinha água encanada [...]. Mas tinha fossa. [...] Não tinha energia, não tinha água encanada [...]. Quando a gente mudou pra cá só tinha o Chafariz, aí vinha todo mundo pegar água no Chafariz [...]. Só tinha as

paredes e os telhados, mais nada, nem cimento [...] e quem pode vai fazendo reparo do jeito que dá [...].

[...] Depois com o projeto da prefeitura a companhia da Coelba colocou os postes e as redes de energia iluminando as ruas, quanto às residências cada um era responsável, e as pessoas que tinha condições colocou a energia em suas casas logo quando chegou ao bairro, e as pessoas que não tinha ficaram por muito tempo sem, batalhando para conseguir [...]”⁹⁴.

No depoimento do Entrevistado M.C, outros elementos revelam como o espaço da Urbis foi planejado para atender as pessoas que passariam a morar nesse local, pois, além das casas em condições precárias, não se pensou em construir nenhum outro tipo de equipamento coletivo para a reprodução social. Com isso, os jovens e a população em geral convivem com as opressões e desigualdades sociais, sobretudo, pela violência do Estado capitalista que lhes nega o direito ao habitar em sentido mais amplo.

A Urbis, na verdade eles tão colhendo o que plantou, porque foi um bairro criado, né? Não foi um bairro que nasceu pelo povo mesmo, foi planejado. As casas foram feitas, tinha projeto de igrejas, tinha projeto de escolas, tinha projetos de várias coisas, mas que ficaram somente no papel [...]. Se você for lá hoje, acho que nem igreja não tem. Foi tudo transformado em casa, né? não se preocuparam com a questão de profissionalizar na educação, entendeu?! De repente até criar [...] uma feira naquele próprio lugar, para que gerasse uma renda naquele lugar. Não se preocuparam com isso, hoje, eles colhem isso aí, né: os meninos que nasceram ali sem esse tipo de orientação, sem esse tipo de oportunidade, ficaram ociosos e, hoje, [...] acaba os meninos ficando à mercê da violência, né? O tráfico adota eles, né?! [...] (Entrevistado M.C, morador do Centro, entrevista realizada em 29 de abril de 2019).

As contradições da produção do espaço da cidade se evidenciam conforme as relações de interesses conflitantes entre a atuação do Estado na condição de agente produtor do espaço sob a lógica do mercado e os demais sujeitos produtores do espaço vivido. Nessa relação, sobressaem os interesses econômicos e políticos do espaço concebido por uma classe dominante (planejadores urbanistas, políticos, técnicos do Estado etc.), como ideologia e prática da “organização do espaço” da cidade. “[...] O arquiteto que desenha, o urbanista que compõe o plano-master, vêm, de cima e de longe, seus “objetos”, imóveis e vizinhanças. Os que concebem e desenham movem-se num espaço de papel, de escritas [...]” numa “ordem distante” da dimensão do vivido (LEFEBVRE, 1999, p. 166. Grifo do autor).

Entende-se, assim, que o *habitat* é o espaço planejado para determinada finalidade estratégica ao nível estrutural da cidade. Mas, a forma como esse espaço abstrato é concebido

⁹⁴ Entrevista realizada com moradora da Urbis, para a pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Geografia, em 07 de setembro de 2014.

pode ser redefinida pelas relações sociais de uso, na medida em que os sujeitos se apropriam desse espaço e passam a estabelecer os mais diversos tipos de relações, onde as intervenções táticas abordadas por Certeau (1994) são sempre possíveis (capacidade de burlar e/ou subverter as normas no “espaço do outro”).

Por exemplo, no caso da Urbis, espaço concebido enquanto *habitat*, mas em função da apropriação socioespacial é ressignificado ao nível do habitar. Para a Entrevistada A.C, conforme as suas condições e necessidades, as pessoas passaram a implementar modificações em suas casas, relações de vizinhança foram consolidadas e novas formas de uso desse espaço começam a se estabelecer.

Hoje, as casas são diferentes daquele tempo. Naquele tempo, só fazia, botava as telhas e pronto. Mas, hoje, graças a Deus as casas tão mais ou menos, tudo feito direitinho, tem pintura, tem gente que bateu laje [...]. A maioria das casas aqui na Urbis foi doada. Agora, hoje, tem muitas casas que é comprado mesmo, por exemplo, eu comprei aqui e fiz, ali a diante tinha um pedacinho aí alguém queria fazer um sacrifício, comprava ou então pedia e o dono dava. Dava o pedacinho da terra e as pessoas fazia as casas [...]. Lá para baixo tinha pasto, depois venderam, compraram ali e fizeram as casas [...] (Entrevistada A.C, moradora da Urbis, entrevista realizada em 15 de abril de 2019).

Com base nesse relato, infere-se que a aquisição da casa própria representa diferentes relações e possibilidades de uso e de troca para os indivíduos. De início, muitos moradores receberam suas casas em função do projeto de habitação em parceria com a prefeitura. Porém, tiveram aqueles que compraram determinada posse para construir; outros que venderam a casa adquirida pelo programa; além daqueles que afirmam coabitar nos fundos da casa de familiares. Como o caso do senhor que, ao ser questionado com quantas pessoas morava na casa, afirmou “moro só, num quarto no quintal da minha irmã”⁹⁵. E a moradora que relatou ter comprado a casa onde mora atualmente “[...] no caso, meu esposo tinha uma tia que morava aqui na Urbis, ela ia se mudar, aí cedeu a casa pra gente ficar tomando conta, aí nesse decorrer do tempo ela quis vender a casa pra gente, aí a gente comprou, e estamos aqui até hoje”⁹⁶.

Segundo os entrevistados, as casas adquiridas na Urbis seguiam modelo padrão de cinco cômodos (dois quartos, uma sala, uma cozinha e um banheiro), com condições de infraestrutura inacabadas (sem reboco, contra piso, pintura etc.). E mesmo com essas condições de precariedade, para muitos, representavam a oportunidade de ter uma casa própria, um lugar para morar, sair do aluguel etc. Como destacam as falas desses entrevistados: “[...] falar a verdade,

⁹⁵ Entrevistado A.J, morador da Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

⁹⁶ Entrevistada J.L, moradora da Urbis, questionário aplicado em 29 de abril de 2019.

aqui é um dos melhores lugar pra mim, entendeu?! [...] É que eu consegui esse barraquinho [...] o primeiro barraco meu foi esse aqui [...] tenho todo o prazer de ter aqui dentro desse barraco! [...]”⁹⁷; “Desde quando recebi essa casa, eu vivo aqui. Foi construído basicamente por a gente [...] Hoje, tamos no céu e muita gente não sabe agradecer! [...]”⁹⁸; “Minha mãe morava em uma casa de aluguel, até que foi sorteada e ganhou essa casa aqui na Urbis [...]. Então, vir pra aqui mesmo na infância, foi necessidade também [...]”⁹⁹.

De acordo com Gamalho (2009, p. 78), esses depoimentos são marcados por dramas e histórias de vidas em que “a casa própria está muito além do consumo de uma propriedade”, ao representar a produção do espaço da moradia enquanto abrigo e consolidação de laços comunitários como possibilidades para superação das dificuldades enfrentadas no cotidiano.

Ao buscar informações a respeito das condições das moradias atualmente, no que se refere a quantidade de cômodos, situação de moradia e total de pessoas por residência, verifica-se no Gráfico 7 que 74% dos moradores dos Bairros da Urbis, Jurema e Laranjeira possuem casa própria, 18% disseram ser alugadas e 8% cedida. As residências possuem de 5 a 6 cômodos em sua maioria (64%); o quantitativo de pessoas por residência predominante é de 3 a 4 pessoas (48%), e 36% disseram residir entre 5 e 6 pessoas. Dos entrevistados que afirmaram morar de aluguel a média de pagamento da mensalidade é de R\$ 240,00. Todos os moradores afirmaram ter banheiro em suas casas e 24% disseram não possuir porta interna.

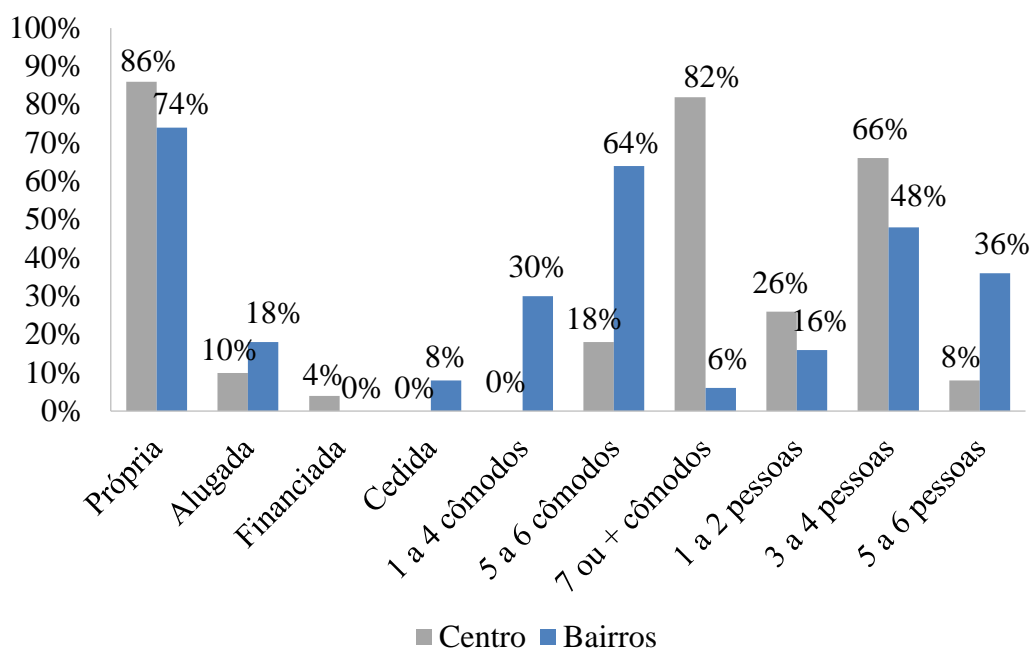
Com relação as condições das moradias do Centro, as informações variam, principalmente, com relação a quantidade de cômodos por residência, visto que 82% dos entrevistados afirmaram que suas casas possuem 7 ou mais cômodos; 86% afirmaram ter casa própria, 10% alugada e 4% financiada; quanto ao número de pessoas por residência, 66% relataram morar de 3 a 4 pessoas. Dos 10% que afirmaram ter casa alugada, a média do aluguel mensal é de R\$ 650,00. E quanto aqueles com casas financiadas, a média das parcelas mensais é de R\$ 775,00. Por sua vez, todos afirmaram ter banheiro e porta interna em suas residências.

⁹⁷ Entrevistado P.N, morador da Urbis, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

⁹⁸ Entrevistada M.J, moradora da Urbis, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.

⁹⁹ Entrevistada C. J, moradora da Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

Gráfico 7 – Condições de moradia dos entrevistados, por local de residência, em percentual, São Felipe, Bahia, 2019



Fonte: Pesquisa de campo, 2019. Elaborado por Maiara Leandro.

Para Lefebvre (1999, p. 81), “a casa e a linguagem são os dois aspectos complementares do “ser humano”. Nessa relação, o habitar envolve a dimensão humana em sua essência poética (sentido da criatividade e da arte em sua capacidade de criação espontânea). “[...]. Se não lhe é dado, [...] uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele inventará à sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 82). O habitar para Lefebvre está para além da casa, envolve a diversidade das maneiras de viver que implicam na condição de morar sem se resumir a funcionalização do *habitat* movido pela lógica formal da propriedade privada.

Por sua vez, a prática do habitar está intimamente ligada ao sentido da criação e do uso no espaço de reprodução da vida urbana, os modos de viver no espaço concreto dos “[...] gestos e percursos, corpo e memória, símbolos e sentidos, difícil maturação do imaturo-prematuro (do “ser humano”), contradições e conflitos entre desejos e necessidades etc” (LEFEBVRE, 1999, p. 166). Para o autor, o fundamento provém do habitar, daí a complexidade e importância dessa discussão para se chegar à compreensão das relações sociais reproduzidas no espaço da cidade.

No âmbito das experiências cotidianas reproduzidas ao nível do habitar, a prática do lazer é outro elemento importante para reflexão das condições de reprodução do espaço da cidade de São Felipe, sobretudo, porque essa prática também está relacionada às relações

sociais de apropriação e de uso do espaço. Desse modo, a análise sobre as práticas espaciais do lazer nos possibilita apreender aspectos das relações de sociabilidade na cidade e as diferenciações sociais no modo como são realizadas pelos indivíduos.

Como esclarece Lacombe (2008), o lazer representa possibilidade de crítica da vida cotidiana, o qual faz parte das três dimensões da cotidianidade propostas por Lefebvre (trabalho, família e lazer), pelas quais, em relação dialética, representam a esfera tensa da vida social carregada de conflitos (o cotidiano).

[...]. Esses três termos definem uma relação dialética em que as normas e os padrões de interação se contradizem ou se negam, eles também marcam, na sua estrutura, as possibilidades de existência concreta dos seres humanos. A idéia de que toda realização humana e de que toda integração social se dá pelo trabalho é contraposta à situação concreta dentro do modo de vida do moderno em que os projetos de vida, as aspirações, os desejos e sonhos de cada indivíduo envolvem essas três dimensões, isto é, o social como pressuposto da existência humana também se concretiza no lazer e na vida privada (familiar) (LACOMBE, 2008, p. 161).

Nesse movimento dialético, as práticas espaciais do lazer em diálogo com as relações de trabalho e os elementos da vida privada expressam as diferentes maneiras de uso e apropriação da cidade, presentes nas atividades diárias, as condições de trabalho, os conflitos sociais, as necessidades e os desejos incorporados à reprodução socioespacial. Com base nas experiências das atividades cotidianas relatadas pelos entrevistados, de certo modo, em São Felipe as relações de trabalho (sobretudo, doméstico) sobrepõem o tempo livre para o lazer. Bem como, os momentos de lazer resumem-se às práticas corriqueiras de assistir TV, ir à missa, à praça ou ficar em casa com a família.

Ao questionar os entrevistados sobre o que costuma fazer durante a semana, 72% das afirmações referiam-se ao trabalho: “Trabalhar minha filha, fazer minhas faxinas e tomar conta de casa”¹⁰⁰; “É de rotina, trabalho a semana toda aqui no mercado”¹⁰¹; “Trabalhar mesmo”¹⁰²; “Fico em casa fazendo minhas coisas, meus deveres de casa”¹⁰³; “Durante a semana eu trabalho”¹⁰⁴; “Trabalhar durante o dia e ir para a igreja à noite”¹⁰⁵; “Trabalhar, levar meu filho para escola”¹⁰⁶; “Sigo uma rotina, casa e trabalho”¹⁰⁷ etc. Desses 72%, 8% disseram que

¹⁰⁰ Entrevistada M.O, moradora da Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

¹⁰¹ Entrevistado A.R, morador da Jurema, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

¹⁰² Entrevistada L.J, moradora do Centro, questionário aplicado em 16 de abril de 2019.

¹⁰³ Entrevistada C.S, moradora da Urbis, questionário aplicado em 29 de abril de 2019.

¹⁰⁴ Entrevistada C.C, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

¹⁰⁵ Entrevistada G.L, moradora do Centro, questionário aplicado em 28 de abril de 2019.

¹⁰⁶ Entrevistada J.P, moradora da Jurema, questionário aplicado em 29 de abril de 2019.

¹⁰⁷ Entrevistada I.R, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

trabalham e estudam (“Trabalho, estudo, pratico atividade física”¹⁰⁸; “Trabalhar, estudar, cuidar da casa”¹⁰⁹; “Trabalho e estudo à noite”¹¹⁰ etc.); 15% disseram apenas que estudam, vão para a escola ou faculdade (cabe destacar que desses que afirmaram apenas estudar, 13% são moradores do Centro); 4% relataram ficar em casa; 3% disseram não fazer nada e 6% não responderam.

A respeito das práticas realizadas no final de semana, as afirmações dos entrevistados foram muito semelhantes e algumas falas se destacaram: “No domingo deitar e assistir TV, porque aqui não tem nada para se distrair”¹¹¹; “Fico em casa e vou à igreja, não tenho outro lugar para ir”¹¹²; “Vou na rua assim, num barzinho, essas coisas”¹¹³; “Gosto de ir para igreja, e também vou visitar minha irmã na zona rural”¹¹⁴; “Jogo bola, saio para curtir com os amigos”¹¹⁵; “Gosto de ir para igreja”¹¹⁶; “Fico em casa mesmo. Não saio pra lugar nenhum não”¹¹⁷; “Gosto de ficar em casa mesmo com a família, assistir televisão, é o que tem pra fazer”¹¹⁸ etc.

Com relação as práticas realizadas à noite, os entrevistados afirmaram ser esse um momento para descanso, bem como têm aqueles que utilizam esse horário para realizar atividades domésticas, trabalhar, estudar etc., contudo, a prática de assistir TV se destaca como a principal opção de entretenimento. “Às vezes trabalho, fico com a família, ajudo minha filha e neta nas atividades escolares”¹¹⁹; Cozinhar alimentos para o dia-a-dia e dormir [...]”¹²⁰; “Descanso para trabalhar no outro dia”¹²¹; “Fico em casa mesmo, assistindo televisão e depois vou dormir”¹²²; “Assistir TV e ficar na internet, única coisa que tem assim pra distrair”¹²³; “É a hora que a gente tem para descansar, assistir TV, vê uma novela né!”¹²⁴; “Descansar, assistir TV”; “Vou para a faculdade”¹²⁵; “Quando não vou à igreja, fico em casa”¹²⁶ etc.

¹⁰⁸ Entrevistado J.L, morador do Centro, questionário aplicado em 13 de junho de 2019.

¹⁰⁹ Entrevistada E.N, moradora do Centro, questionário aplicado em 22 de abril de 2019.

¹¹⁰ Entrevistada A.O, moradora da Urbis, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

¹¹¹ Entrevistada S.P, moradora do Centro, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

¹¹² Entrevistada A.V, moradora do Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

¹¹³ Entrevistado B.S, morador do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

¹¹⁴ Entrevistada L.B, moradora do Centro, questionário aplicado em 16 de abril de 2019.

¹¹⁵ Entrevistado K.B, morador do Centro, questionário aplicado em 30 de maio de 2019.

¹¹⁶ Entrevistada H.A, moradora da Jurema, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

¹¹⁷ Entrevistado A.J, morador da Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

¹¹⁸ Entrevistada M.O, moradora da Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

¹¹⁹ Entrevistada C.N, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

¹²⁰ Entrevistada N.J, moradora do Centro, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

¹²¹ Entrevistado P.B, morador da Laranjeira, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

¹²² Entrevistada M.A, moradora da Jurema, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

¹²³ Entrevistada K.A, moradora da Laranjeira, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

¹²⁴ Entrevistada M.J, moradora da Urbis, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.

¹²⁵ Entrevistada S.L, moradora do Centro, questionário aplicado em 05 de maio de 2019.

¹²⁶ Entrevistada M.D, moradora do Centro, questionário aplicado em 28 de abril de 2019.

Dentre as práticas apontadas pelos indivíduos como atividades que costumam fazer no dia-a-dia, aquelas ligadas ao hábito de assistir televisão chamam a atenção, sobretudo, por serem recorrentes nas falas referentes as atividades realizadas durante à noite e nos finais de semana. Uma vez que os entrevistados associam essa prática como forma de entretenimento e opção de lazer presentes em seu cotidiano como possibilidade de descanso em relação ao trabalho realizado durante a semana. As reflexões de Lacombe (2008), com base no pensamento de Lefebvre, corroboram essa discussão ao destacar:

[...]. Os lazeres passivos, as máquinas de lazer (como a televisão e o rádio) e todas as formas de fruição condicionadas pela exploração capitalista do lazer, teriam reduzido a fruição a um ato de mera passividade e relaxamento em relação ao mundo do trabalho. Assim, os ritmos de trabalho impostos em grande parte pelas exigências da tecnicidade que permeia a vida cotidiana no trabalho, exigiria formas de lazer alienantes que prescindem das atividades de fruição, sejam elas físicas (o esporte e o jogo) ou intelectuais (a criação como lazer, o pequeno artesanato, o hobbie¹²⁷). De outro lado, é justamente esta exigência do lazer alienado, o «deixar o cérebro de molho» como se diz popularmente, que abre o caminho para a exploração capitalista do lazer na forma da mercadoria de entretenimento [...] (LACOMBE, 2008, p. 161-162. Grifo do autor).

Nessa perspectiva, a programação do cotidiano apontada por Lefebvre se realiza, especificamente, com relação as práticas de lazer alienadas pela ideologia do consumo submetidas na vida das pessoas, exclusivamente, pelas mídias. Assim, “[...] a alienação social transforma a consciência criadora (incluindo os filões de criação artística latentes na “realidade”) numa consciência passiva e infeliz (LEFEBVRE, 1991b, p. 40 - 41)”.

Ao questionar os moradores se há opções de lazer na cidade, 81% dos entrevistados afirmaram não ter espaços para a realização dessa prática. Os únicos espaços utilizados para esse fim são a praça, os barzinhos e a igreja, como destaca esse entrevistado: “o lazer o que oferece mais são os barzinhos, a praça que é muito aconchegante, principalmente, à noite [...] agora tem ginásio de esportes, mas também não tô vendo tanto [...], os únicos espaços de lazer que nós temos é basicamente a praça, as igrejas, esses lugares assim [...]”¹²⁸.

A praça principal ao torno da Igreja Matriz, por representar a significação simbólica como Centro da cidade, acaba por concentrar os espaços mais citados pelos moradores como locais de lazer, mesmo com as críticas referentes a ausências de opções para essa prática. Com

¹²⁷ “Seria muito exagero supor que as formas criativas de lazer tenham sumido da cena da vida moderna. Pelo contrário, é nessa vida que a noção de *hobbie* aparece como categoria real. O fato é que a possibilidade do próprio exercício do *hobbie* tem se tornado escassa para grande parcela da população tornando-se mais um privilégio de quem tem tempo e dinheiro para o exercício desta forma de lazer” (LACOMBE, 2008, p. 161-162).

¹²⁸ Entrevistado R.L, morador do Centro, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019.

relação aos locais que os entrevistados mais frequentam na cidade, 38% afirmaram ser a igreja; 22% a praça; 14% barzinhos; 20% disseram outros (como locais de trabalho, supermercado, feira, casa) e 6% disseram nenhum local.

Entretanto, por mais que a “Praça Central” seja representada como única opção de lazer para os moradores de São Felipe, pelo fato de ir à praça, à igreja ou barzinho ao entorno, há também aqueles entrevistados que afirmaram não frequentar ou dificilmente ir à praça, devido à ausência de atrativos. Sobretudo, moradores dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema, que relataram preferir ficar em seus bairros por considerar mais animado, ou até mesmo, por questões ligadas às formas de representações quanto ao perfil socioeconômico das pessoas. “Eu vou para a praça fazer o quê? Lá não tem nada assim para nós, eu prefiro ficar aqui dentro do meu bairro mesmo, aqui a gente se reuni, nos finais de semana todo mundo fica aqui em suas casas, bebe, come e se diverte aqui mesmo [...]”¹²⁹; “[...] Tem pessoas que se excluem de determinado grupo, acha que o grupo que frequenta a praça são grupos de um nível econômico melhor, ou as vezes assim, ah, mas eu vou pra praça fazer o quê? Eu fico aqui em casa e é melhor, fico na minha comunidade e é melhor [...]”¹³⁰; “Dificilmente a gente vai no Centro da cidade [...] às vezes aos domingos, que às vezes vai pra missa na igreja. Mas durante a semana é bem difícil ir [...]”¹³¹. Com bases nessas falas, os entrevistados reconhecem que as formas de segmentação social estão presentes no cotidiano desse espaço.

Moradores também ressaltam que a cidade tem muitos espaços nos quais poderiam ser construído algum atrativo como opção de lazer, exemplo de parques para as crianças, áreas verdes, espaços culturais, um local para frequentar com a família etc. Chegam a fazer comparações sobre as opções que têm em outras cidades e que poderia ter em São Felipe, e ao mesmo tempo ressaltam que o poder público local não investe em tal ação. Como destaca essas falas dos entrevistados, “[...] sinto falta disso na cidade, com tanto espaço, daria para construir um parquinho para as crianças, uma academia ao ar livre, um lugar para a gente ter assim pra onde ir nos finais de semana [...]”¹³²; “Na praça que poderia fazer um lazer para as crianças, os adultos, mas, o prefeito e governantes não ligam [...] SAJ mesmo tem várias áreas e aqui não”¹³³.

Para o Entrevistado A.L, o investimento em lazer feito na cidade se refere apenas aos bares como espaço de consumo, e não há opções principalmente para as crianças.

¹²⁹ Entrevistada Z.R, moradora da Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

¹³⁰ Entrevistado J.S, morador da Urbis, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019.

¹³¹ Entrevistada M.O, moradora da Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

¹³² Entrevistada M.O, moradora da Urbis, questionário aplicado em 30 de abril de 2019.

¹³³ Entrevistado A.R, morador da Jurema, questionário aplicado em 15 de abril de 2019.

[...] Eu acho até que tiraram os espaços de lazer, principalmente, das crianças. Porque esse jardim que era o jardim de rodas da Praça Carlos Moura, que poderia ser feito, assim, um parquinho para as mães passear, que nem existe em Santo Antônio de Jesus na Padre Mateus [...], Cachoeira também tem um parquinho interessante onde as mães levam as crianças para brincar, tem aquele parque lá bem-feitinho, e aqui, em São Felipe, o pessoal acabou, no lugar de parquinho fez foi bares noturnos né?! Então, dificultou mais esse acesso das crianças [...] (Entrevistado A.L, morador do Centro, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019).

Com base no relato do entrevistado a respeito da construção de “bares noturnos”, verifica-se que a dimensão de uso da praça enquanto espaço público para construção de equipamentos coletivos com finalidade de promover encontros, passeios, atividades físicas etc., tem adquirido novas funções atreladas ao consumo do lazer como mercadoria. Desse modo, as práticas espaciais do lazer proporcionado nos barzinhos, de algum modo tendem a segmentar as relações sociais de uso coletivo na praça, sobretudo, devido à necessidade imposta (mesmo que no imaginário) de que ao frequentar esse espaço é preciso consumir algo.

Por conseguinte, o Entrevistado E.C, pontuou a prática de lazer na zona rural do município como uma opção.

É o seguinte, lazer em São Felipe existe, agora a gente tem que buscar. Por exemplo, eu particularmente, no domingo fiz um lazer aqui na cidade, eu fui no Pesque Pague de Salú, que, hoje, observo que ele não foca muito, não tá investindo muito em abrir, é mais restrito, mas quem vai ele atende bem, como eu fui e gostei, almocei lá. Então, eu fiz um turismo na minha própria cidade, eu achei interessante, eu gostei até [...] eu sempre gosto de ir lá. Como tem outros, localidades próximas de lá mesmo, como Zeca de Baixa de Areia que é bem visitado. Mas geralmente assim, o turismo de São Felipe ou vai se resumir a você ir para um restaurante assim na zona rural ou na noite que São Felipe tem empresas como o Misturas e tantas outras na praça, como as barraquinhas de acarajé, de churrascos, os pastéis [...]. Mas na zona rural existe sim, em visitar rios, visitar as zonas rurais, as pessoas [...] tem assim, os atrativos, do esporte, como o ciclismo, hoje, tanto homem como mulher participando, não deixa de ser um lazer aqui na cidade [...]. E o lazer fora, fora tá livre né? todos vão! Mas aqui tem, a gente encontra ainda, basta a gente buscar, zona rural mesmo é diverso (Entrevistado E.C, morador do Centro, entrevista realizada em 08 de outubro de 2019).

Dentre as opções de lazer das pessoas que afirmaram buscar em outras cidades, alguns entrevistados, sobretudo, representantes da classe com renda relativamente mais elevada, citaram a Ilha de Itaparica, o *shopping* e o cinema como locais que frequentam. “O que temos é a opção de ir no *shopping* no cinema em Santo Antônio de Jesus, ou a ilha também, a ilha tem

assim um lazer mais natural. Então, a opção é Salvador ou Ilha de Itaparica”¹³⁴. “No verão que a gente vai na ilha procurar uma praia, mas o resto é aqui mesmo”¹³⁵.

Verifica-se que as opções de espaços de lazer em São Felipe são limitadas. E essa prática está cada vez mais associada à prática do consumo, mesmo se tratando de uma cidade pequena. Como exemplo do morador que afirma que na praça tem se investido na construção de bares como espaço de lazer, o outro que afirma praticar um lazer rural no “pesque pague”, espaço no qual tem que pagar e consumir para entrar; a referência ao *shopping* e cinema como opções de lazer; a própria televisão que coloniza o cotidiano das pessoas como espécie de entretenimento, mas que na verdade está a todo momento impulsionando propagandas de incentivo ao consumo etc. Como esclarece Lefebvre (1991b, p. 62), “[...] o lazer não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo”.

Ao observar a realidade dos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema, as opções de lazer para os moradores são ainda mais precárias e/ou inexistentes. Segundo entrevistados, o único espaço de lazer que se tinha na Urbis era na “Praça do Chafariz” quando se construiu uma espécie de “parquinho” para as crianças, mas que atualmente não existe mais, pois não foi realizado nenhum tipo de manutenção dos equipamentos. Bem como ressaltam, que na Laranjeira e Jurema não se têm nem se quer uma praça com algum atrativo. Esse relato leva a refletir sobre a questão levantada por Sobarzo (2004), a respeito da atuação do poder político que ao construir praças pensa-se na inauguração como forma de representação da figura política, apenas.

[...] uma vez fizeram uma pracinha na Urbis, mas fizeram a praça, inauguraram e tal. Mas, simplesmente, ficou esquecida. Não tinha ninguém para olhar, para fazer manutenção. Então, assim, acaba que as crianças brincando [...] os brinquedos quebraram, não teve ninguém para fazer manutenção. Então, se acabou! [...] Na Laranjeira, principalmente, que não tem mesmo [...] é um bairro assim que é esquecido [...] (Entrevistado M.S, morador da Jurema, entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2019).

A precarização desses espaços com ausência de infraestrutura adequada e de espaços de uso coletivo para o entretenimento compromete as relações de sociabilidade nos bairros, bem como revela a inação do poder público com relação a criação de espaços para esse fim. “[...] O parquinho acabou! As crianças antes brincavam ali à noite, dia de domingo [...], mas agora só

¹³⁴ Entrevistado A.L, morador do Centro, entrevista realizada em 04 de outubro de 2019.

¹³⁵ Entrevistado R.L, morador do Centro, entrevista realizada no em 04 de outubro de 2019.

ficou a marca, os bancos de cimento foi tudo destruído, telefone orelhão só tá a carcaça [...]”¹³⁶. Nas Fotos 18 e 19, pode-se observar como se encontra a praça da Urbis atualmente e como se encontrava em 2014. Praticamente, não há mudanças nas condições de infraestrutura, são precárias e a referência ao “parquinho” é representada apenas pela presença da estrutura de ferro como espécie de balanço e escorregador, os quais nem existem mais.

Foto 18 – Praça do Chafariz, Bairro Urbis, São Felipe, Bahia, 2014



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

¹³⁶ Entrevistada M.J, moradora da Urbis, entrevista realizada em 30 de abril de 2019.

Foto 19 – Praça do Chafariz, Bairro Urbis, São Felipe, Bahia, 2019



Foto: Maiara Leandro. Fonte: Acervo pessoal de Maiara Leandro.

Diante dos fatos, o fundamento do direito à cidade pelo habitar no sentido de apropriação dos espaços de uso coletivo e realização de práticas de lazer, nas condições em que se apresentam em São Felipe, sobretudo, nos Bairros da Urbis, Jurema e Laranjeira, não se realiza em sua essência. Na medida em que os diferentes elementos apresentados se tornam obstáculos à apropriação desses espaços e impõem a privação das atividades participantes e de manifestações da vida urbana, de que fala Lefebvre.

Ao questionar ao representante do poder estatal da cidade, a respeito dessa situação de precarização dos espaços públicos de lazer, os argumentos de busca por melhorias é algo nítido em seu discurso, mas a população clama pela efetividade dessas ações para que se concretizem na prática. Os agentes representantes do Estado que administram as cidades sabem onde os problemas se encontram, principalmente, os dos espaços mais carentes, porém, as demandas sociais nunca são as prioridades.

[...] Temos essa situação que são bairros periféricos do município. [...] Tem também os seus problemas, citei a pouco o saneamento básico, tem algumas ruas que precisam ainda de pavimentação e tem também a situação de a gente colocar mais investimentos, não só nessa área física de construção, mas em serviços para a população desses bairros obter né?! [...] Nós estamos com a

iniciativa, estamos com um projeto de trazer uma academia ao ar livre para aquela região da Jerema ali, região próxima da Urbis, toda aquela região próxima ao Estádio Municipal, a gente está tentando conseguir [...]. Esse projeto já foi enviado e esperamos em Deus que a gente consiga uma academia ao ar livre [...] para a gente fazer com que aquelas pessoas daquela região tenham um espaço de lazer e fazer exercício físico [...]. Também tem a questão da creche que nós estamos construindo, é que foi em convênio do Governo Federal, essa creche foi novamente licitada porque o licitante anterior, ele desistiu porque achou que não ia conseguir com os recursos que foram disponibilizados. Já houve uma licitação, uma outra empresa começou [...] não sabemos que essa também vai conseguir fazer porque os recursos, eh, foram de muito tempo congelado porque não houve um aditivo para aumentar e esse valor teve que ser licitado por aquele valor mesmo, velho, para que essa construção fosse executada. A obra foi iniciada por essa nova empresa e esperamos aí depois do carnaval, eles reiniciarem de novo e tocar essa obra, ficando pronta vai ser uma obra muito importante para aquelas comunidades da Urbis, da Jerema e bairros próximos ao estádio também [...] (Entrevistado Sr. Álvaro Neiva, Secretário Municipal de Administração de São Felipe, entrevista realizada em 26 de fevereiro de 2019).

Por fim, associar o direito à cidade apenas ao acesso a determinados equipamentos ou serviços urbanos é restringir a complexidade desse pressuposto, que precisa ser explorado de forma crítica para se pensar em possibilidades de transformação da sociedade urbana. Nessa perspectiva, a discussão lefebvriana tem muito a contribuir, pois a cidade não é um espaço vazio a serviço das programações urbanísticas por aqueles que a concebem como estratégia de classe e do capital para produção do espaço mercadoria, é um espaço prático-sensível onde a vida acontece, e os sujeitos são atores fundamentais para reconstrução das relações sociais na luta pelo direito à vida urbana, transformada e renovada, proposto por Lefebvre (1991) como algo possível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos questionamentos iniciais até as reflexões alcançadas com esta pesquisa, a intenção foi compreender a produção do espaço na cidade pequena, com base na perspectiva de análise teórico-metodológica das práticas cotidianas reproduzidas em São Felipe. Entende-se que a análise empírica pautada no nível privado (do habitar), onde as práticas socioespaciais se realizam, possibilitou apreender aspectos da (re)produção do espaço vivido e das formas de representações, de modo mais amplo, haja vista que a mediação entre essas dimensões se concretiza no espaço experienciado pelas relações sociais, o vivido.

A problematização da temática de pesquisa no decorrer do texto revelou que as práticas cotidianas reproduzidas em São Felipe são múltiplas e correspondem as atividades mais imediatas das “maneiras de viver” no espaço da cidade. Por meio delas que os sujeitos se apropriam do espaço vivido e constroem suas relações sociais. E, no contexto da cidade pequena, essas relações são compartilhadas entre os sujeitos de forma mais próxima, envolvidas pelas ambiguidades dos discursos e representações do vivido. Ao articular as dimensões de análises dos espaços percebido, concebido e vivido foi possível compreender melhor as práticas realizadas em seu cotidiano.

Verificou-se com base em Lefebvre (1991b) e Lacombe (2008), que a pesquisa sobre o cotidiano envolve uma complexidade de elementos, sobretudo, por estar ligada as práticas cotidianas permeadas pela ambiguidade dos conteúdos sociais, as situações vividas em função das contradições e conflitos que nem sempre são percebidos entre si. Significa dizer, que as inúmeras ambiguidades das práticas espaciais vivenciadas pelos diferentes grupos sociais, na maioria das vezes, são naturalizadas socialmente e mascaram a realidade, como revelaram os dados da pesquisa de campo. Por isso, a importância da análise crítica do cotidiano que não se resume apenas as atividades repetitivas e banais do dia-a-dia.

Considera-se o espaço percebido em São Felipe como aquele que se refere as práticas espaciais realizadas pelos sujeitos. As práticas espaciais possibilitam que os sujeitos reconheçam a sua existência na dimensão material concreta, na medida em que os indivíduos se percebem como moradores da cidade, espaço “prático-sensível”, percebido e representado como espaço de encontro e de reconhecimento de relações sociais mais próximas. Nessa conjuntura, as representações e o espaço de representação são significados pela apreensão dos sentidos nas práticas espaciais.

Os espaços percebido e vivido, na teoria lefebvriana, em alguns momentos parecem dialogar no mesmo sentido de análise das práticas espaciais. Porém, entende-se que o percebido

estaria ligado tanto ao campo de abstração do espaço concebido (as representações das práticas espaciais) como a ação prática daquilo que é vivido concretamente (as práticas percebidas no viver cotidiano e que ao mesmo tempo podem se tornar objetos de representações).

Por sua vez, o concebido está no campo operante daqueles que planejam e pensam como a cidade deve se reproduzir espacialmente. Em São Felipe essa dimensão é representada pelas lógicas da dominação política no campo de atuação ou não-atuação do poder público municipal conforme seus interesses estatais. Ao mesmo tempo, é influenciado pelas estratégias de mercado das classes com maiores poderes aquisitivos (grupos de políticos, donos de terras e empresários), que determinam a produção do espaço urbano conforme os interesses políticos e econômicos. Dessa relação resulta as ações seletivas sobre o que, quando e onde devem-se ter prioridade para a concretização de obras e investimento em serviços públicos e privados.

Conforme os dados analisados, a cidade (como um todo) é carente em serviços e equipamentos de uso coletivo como saúde, educação, infraestrutura, opções de lazer e de acesso ao mercado de trabalho. Porém, nos Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema essas condições são mais precárias, algumas áreas são marcadas pela ausência desses serviços, além de conviverem com formas de representações estigmatizadas a respeito das pessoas e de sua localização nesses espaços de moradia. Contudo, nas camadas populares os sujeitos também concebem o seu espaço, os quais criam suas representações com base no uso ou não uso do espaço e das condições de vida em que se encontram.

O espaço vivido se realiza pelo habitar, nas relações cotidianas como e onde a vida acontece. Nessa dimensão, o viver em sua capacidade de criação e resistência é o que importa, pois nesse espaço se realiza a vida cotidiana em meio as contradições socioespaciais, particularidades, desafios, necessidades, desejos, limitações e relações de reconhecimento entre os sujeitos que lhes possibilitam criar as atividades táticas apontadas por Certeau (1994). Essas táticas são aquelas realizadas diariamente na luta pela sobrevivência ao nível do cotidiano, que na medida do possível pode reconfigurar as relações sociais no espaço vivido. Assim, o vivido em São Felipe corresponde a (re)produção do espaço materializado pelas relações sociais de apropriação para o uso como possibilidade de habitar à cidade.

Entende-se, assim, que ao nível do habitar as relações sociais e reprodução do espaço se realizam, se conflitam e podem ser reconstruídas. Em São Felipe, nas relações de sociabilidade nos bairros revelam-se os sentidos de como a vida acontece, em meio a espontaneidade, necessidades, questionamentos e perspectivas de uma cidade com melhores condições para se viver. Isso é verificado no uso das ruas pelas crianças como forma de brincadeiras, nas ajudas mútuas entre os vizinhos, nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, nas diferentes

formas de representações, na carência de opções de lazer e entre tantas outras maneiras de apropriação dos sujeitos na busca pela sobrevivência.

Consequentemente, a prática do habitar é elemento importante para compreensão da (re)produção do espaço da cidade, sobretudo, por se relacionar com a base da vida cotidiana. Realiza-se como sentido da apropriação do espaço pelo reconhecimento do corpo em meio às relações fragmentadas de uso, que se dão tanto na área central como nas áreas segmentadas espacialmente, ambas muito próximas numa cidade pequena, mas que também não deixam de apresentar diferenciações socioespaciais. Também se expressam no contexto privado do habitar, pelo qual se realizam as necessidades e desejos de reprodução da vida. Portanto, o habitar não se reduz a reprodução das relações sociais apenas como necessidade de moradia (*habitat*).

A prática do lazer em São Felipe, geralmente, é associada ao Centro em torno da Praça da Matriz, espaço público utilizado por diferentes grupos de classes sociais como momento de lazer pelo simples fato de ir à praça, frequentar a igreja e/ou barzinhos ao entorno, por não apresentar outras opções. Essas práticas revelam relações de sociabilidades numa cidade pequena, na qual a dimensão da prática de apropriação do espaço pelo encontro se torna algo mais intenso e representativo do valor de uso. Todavia, não se pode negar a influência das lógicas do consumo cada vez mais presentes nesses espaços.

Em função dessas reflexões foi possível apreender as contradições da (re)produção do espaço da cidade de São Felipe, especificamente, com relação a análise sobre o nível político de atuação dos interesses estatais se reproduzirem de forma contraditória às necessidades do campo social de apropriação dos sujeitos. A população ressalta suas necessidades como possibilidades para habitar à cidade (direito à participação, espaços para uso coletivo como opções de lazer, serviços públicos de qualidade etc., ou seja, elementos para a reprodução da vida em sociedade) e, em contrapartida, a atuação do poder público lhes nega o direito à cidade. Suas ações, muitas vezes, ficam apenas no discurso, especificamente, nas promessas políticas disseminadas como forma de controle da população, e nas ações de planejamento associadas à noção de “organização da cidade”, conforme os interesses políticos em benefícios próprios.

No decorrer da pesquisa o caminho metodológico de diálogo entre teoria e empiria foi fundamental para a interpretação crítica a propósito das práticas espaciais e suas relações com os espaços concebido e vivido em São Felipe. Inquietações iniciais apontavam para o estudo da (re)produção do espaço urbano com base na relação “centro-periferia”, na qual os Bairros da Urbis, Laranjeira e Jurema representariam as áreas periféricas ligadas ao imaginário social daquilo que se concebe por “periferia” no senso comum, especificamente, por serem espaços

carentes e que apresentam problemas de infraestrutura urbana e ausências de serviços coletivos. Todavia, daí surgem algumas observações. A primeira se refere ao fato de a cidade como um todo apresentar essa condição de espaço com infraestrutura precária. Uma segunda observação diz respeito a informação de que os moradores dos bairros estudados não se reconhecem na condição de periféricos. E, por fim, essa forma de análise fracionada a respeito do espaço enquanto partes antagônicas não é capaz de explicar os conteúdos sociais reproduzidos no espaço da cidade, de modo especial numa cidade pequena.

Desse modo, a noção de “periferia” em São Felipe envolve muito mais o campo das representações espaciais do que essa dimensão espacial consolidada (para além da dimensão geométrica do espaço e de distância socioespacial). Todavia, conforme a leitura do cotidiano em função das práticas espaciais e das representações que elas trazem, verifica-se que há uma relação “centro-periferia” se constituindo, movida pelas formas de segmentação social das relações de produção e de uso do solo na cidade. Mesmo que no imaginário das pessoas há uma distinção em uso dos espaços revelada pelas ambiguidades das práticas de apropriação do cotidiano. Essa discussão é bem mais complexa e torna-se necessário rever as formas como são trabalhadas teoricamente, especialmente, nas análises da Geografia Urbana que se pautam em cidades pequenas. Apresenta-se assim como uma das possibilidades de avanço na pesquisa.

Em São Felipe, a especificidade de produção, consumo e (re)produção do espaço urbano estão diretamente influenciados pelo setor primário. A cidade possui relações mais complexas de interdependência com o espaço rural, pois as atividades agrícolas desenvolvidas no município representam a ocupação da maioria da população e impulsionam a vida comercial no centro urbano, juntamente, com as ocupações provenientes do comércio local e serviços (especificamente, públicos). A presença da feira livre também tem forte influência na dinamização do comércio, por representar um dos elementos significativos das relações de centralidade numa cidade pequena. Movimenta diferentes formas de relações socioespaciais, desde as trocas comerciais à sociabilidade cotidiana das pessoas que a frequentam.

O maior desafio encontrado no decorrer da pesquisa foi pensar a cidade pequena na perspectiva teórico-metodológica de análise da realidade empírica em diálogo com as bases da teoria lefebvriana sobre a produção do espaço. Além da complexidade de se pensar a prática espacial e num outro ponto de vista o cotidiano, discussões que se pretende aprofundar em um outro momento de pesquisa.

Não foi uma tarefa fácil, mas os objetivos propostos foram alcançados. As reflexões apontadas ajudam a pensar a realidade desse perfil de cidade de forma crítica, de modo a apreender o processo de (re)produção do espaço como algo complexo e que se diferencia de

acordo com a realidade estudada, que apresenta particularidades de produção e ao mesmo tempo dialogam com questões mais amplas reproduzidas na sociedade em geral. Desse modo, as leituras fragmentadas, que generalizam o entendimento de cidade pequena à mensuração do quantitativo populacional e/ou dimensão territorial, precisam-se ser superadas, pois não são capazes de explicar a complexidade das dinâmicas e conteúdos sociais reproduzidos nesse espaço.

Enfim, a análise das práticas cotidianas reproduzidas em São Felipe, com base nas observações de campo e discursos dos moradores revelados nas entrevistas e questionários, foi extremamente importante para aproximar as bases teóricas com a dimensão empírica. Este estudo amplia o entendimento sobre a (re)produção do espaço urbano, suas relações e conteúdos sociais. As questões levantadas no decorrer do texto revelam possibilidades para futuras pesquisas. Afinal, a conclusão de um trabalho não se encerra por completo, apenas amplia o horizonte para a construção e disseminação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, James Amorim. **Modernização capitalista e reprodução social da classe trabalhadora na periferia de Salvador/BA: o Pero Vaz e as formas e práticas derivadas da escravidão**. 2010. 321 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP. São Paulo, 2010
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. A análise da pequena cidade sob o ponto de vista político-administrativo. *In*. DIAS, Patricia C. SANTOS, Janio. (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012, p. 81-102.
- BACELAR, Winston Kleiber de Almeida. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG**. 2008. 411 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2008.
- BAHIA. **Relatório plano urbano intermunicipal: PUI - Ilha de Itaparica**. Consórcio Demacamp; Instituto Pólis; Oficina Consultores Associados, Salvador, 2015a. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=39>, acesso: 10 de novembro de 2019.
- BAHIA. **Municípios área de influência direta SVO: cartograma e caracterização de impactos urbanos**. Salvador: SEDUR, 2015b. Disponível em: <http://www.sedur.ba.gov.br/arquivos/File/MunicipiosInfluenciaDiretaSVOCartogramaCaracterizacaoImpactosUrbanos.pdf>, acesso em: 10 de novembro de 2019.
- BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva-SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 348 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.
- BOMFIM, Márcia Virgínia Pinto. **A rede urbana do Recôncavo Baiano e seu funcionamento técnico**. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, Porto Alegre: Zouk, 2007. 556 p.
- BRASIL. Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0311.htm. Acesso em: 12 de dezembro de 2019.
- BRITO. Cristóvão de Cássio da Trindade de. **A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo Baiano**. Salvador: EDUFBA, 2008. 236 p. SciELO Books [online].

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Praxis**. Rio de Janeiro, v. 11, nº 1, 2020, p. 349-369.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” contradições do espaço. *In*: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F.; ODETTE, S. (Org.). **Espaço no fim de século: a nova raridade**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001a. p. 62-74.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço – tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001b.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1**. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**. morar, cozinhar. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização: apontamentos bibliográficos. *In*: GERAIGES, A. I. L.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo, CLACSO, 2006. p. 135-147.

DAMIANI, Amélia Luísa. As contradições do espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do Espaço. *In*: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F.; ODETTE, S. (Org.). **Espaço no fim de século: a nova raridade**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 48-61.

DEFFONTAINES, Pierre. (1938). Como se constitui no Brasil a rede de cidades. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 119-146, jan.-jun. 2004.

DIAS, Sharon Darling de Araújo. **Do espaço concebido à produção do cotidiano em Fortaleza – Ceará: A experiência do conjunto habitacional Maria Tomásia, no bairro Jangurussu**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

DOM MACEDO COSTA. Lei Estadual nº 1652, de 04 de abril de 1962. Emancipação política do município. **Diário Oficial do Município**, Câmara Municipal de Dom Macedo Costa, 1962.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**. Barra do Garças-MT. V 8, n.1, p. 13 - 31. Janeiro/Junho, 2018.

GAMALHO, Nola Patrícia. **Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias:** práticas e espaços de representações de jovens do Guajuviras – Canoas/RS. 2015. 312 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GAMALHO, Nola Patrícia. **A produção da periferia:** das representações do espaço ao espaço de representação no Bairro Restinga. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GAMALHO, Nola Patrícia; HEIDRICH, Álvaro Luiz. Na periferia das representações sociais ou as representações sociais da periferia: a multiplicidade sociocultural do Bairro Restinga - Porto Alegre. *In: II COLÓQUIO NACIONAL DO NEER - Espaços culturais: vivências, imaginações e representações da EDUFBA, Anais [...]*. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: http://www.neer.com.br/anais/NEER-2/autor_n.html, acesso em: 24 de abril de 2019.

GAMALHO, N. P. & HEIDRICH, A. L. Periferia: A produção do espaço e representações sociais no/do bairro Restinga - Porto Alegre/RS. **Para Onde!?**, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/22077/12840>. Acesso em: 10 novembro de 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODINHO, Luís Flávio Reis. **Laços frágeis e identidades fragmentadas:** interações, discriminações e conflitos entre os trabalhadores da Refinaria Landolfo Alves – 1990-2006. 2008. 280 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HENRIQUE, Wendel. Do rural ao urbano: dos arquétipos à espacialização em cidades pequenas. *In: DIAS, Patricia C. SANTOS, Janio. (Org.). Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos*. Salvador: SEI, 2012, p. 63-79.

HENRIQUE, Wendel. Diferenças e repetições na produção do espaço urbano de cidades pequenas e médias. *In: LOPES, Diva Maria Ferlin e HENRIQUE, Wendel (Org.). Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso*. Salvador: SEI, 2010, p. 45-58.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292870>, acesso em: 23 de agosto de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1940**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1950**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1960**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1970**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1980**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sidra: Banco de dados sobre Censo Demográfico, 2000**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 de agosto de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, RJ, 1958, p. 304-310.

JACINTO, Janério Manoel. O papel do poder público na (re)produção do espaço urbano de Medianeira. *In*. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS DA UFES. **Anais [...]**. Vitória/ES: UFES, 2014. Disponível em: http://cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1406245321_ARQUIVO_ArtigoJanerioCBG2014.pdf, acesso em: 24 de abril de 2019.

JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP**. 2011. 282 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

LACOMBE, Marcelo S. Masset. Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano. **Revista Outubro**. Ed. 17. Jun. 2008. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-17-Artigo-05.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2019.

LEFEBVRE, Henri. (1974). **La producción del espacio**. Trad. Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991a.

LEFEBVRE, Henri. (1968). **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática. 1991b.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Trad. Javier González Pueyo. Barcelona: Ed. Ediciones península, 1973.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento marxista e a cidade**. Lisboa: Ed. Ulisseia, 1972.

LEFEBVRE, Henri. **A linguagem e a sociedade**. Paris: Ed. Ulisseia, 1966.

MAIA, Doralice Sátyro. Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura. *In*. LOPES, Diva Maria F. HENRIQUE, Wendel. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 15-41.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Espaço e política na realidade dos conjuntos habitacionais. *In*: DAMIANI, A. L. CARLOS, A. F. A. SEABRA, O. C. L. **Espaço no fim de século: a nova raridade**. (Org.). 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 165-171.

MELO, Nágela Aparecida de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO): análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas**. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na Região Metropolitana de Campinas – SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re) produção do espaço**. 2014. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

OLIVEIRA, Valdeane dos Santos. **O Plano Diretor do Município de São Felipe e a questão ambiental: uma análise da barragem da Copioba e serra da Copioba - 2001-2012**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental). Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2012.

ORTIGOZA, Silvia A. G. As possibilidades de aplicação do método de análise regressivo - progressivo de Henri Lefèbvre na geografia urbana. *In*. GODOY, Paulo R. T. de. (Org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. SciELO Books [online]. São Paulo: Editora UNESP. Cultura Acadêmica, 2010. 289 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/p5mw5/pdf/godoy-9788579831270-09.pdf>, acesso: 15 de julho de 2018.

PRADO, Rosane Manhães. Cidade Pequena: Paraíso e Inferno da Pessoaalidade. *In*: **Cadernos**

de **Antropologia e Imagem**, n° 4, Rio de Janeiro, 1995, p. 31-56.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Felix Souza. **O pão nosso de cada dia: a farinha de mandioca na cidade da Bahia e sua lavoura no Vale do Copioba no Recôncavo Baiano**. 2018. 313 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2018.

SANTOS, Felix Souza. **Crise agrícola no recôncavo baiano (1890-1910): município de São Felipe/Bahia**. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social), Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador. Salvador, 2013.

SANTOS, Janio. Contribuição teórico-metodológica ao estudo das pequenas cidades, com base em pesquisas sobre a Bahia. In: BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro (org.). **Cidades médias e pequenas: reflexões sobre dinâmicas espaciais contemporâneas**. 1ed.curitiba: Appris, 2019, v. 1, p. 52-84.

SANTOS, Janio. Ações do estado e o papel das cidades médias baianas nos planos da urbanização capitalista. In: DIAS, Patricia C. SANTOS, Janio. (Org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos**. (Publicações SEI). p. 129 -156. Série estudos e pequenas. Salvador, 2012.

SANTOS, Janio. A natureza contraditória da urbanização em um contexto de maior complexidade na produção das cidades baianas. In: LOPES, D. M. F. HENRIQUE, Wendel. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. p. 59-74. (Série estudos e pesquisas, 87). Salvador: SEI, 2010.

SANTOS, Janio. **A cidade poli(multi)nucleada: a reestruturação do espaço urbano em Salvador**. 2008. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, Janio. **A periferia enquanto espaço de reprodução da vida**. 2003. 206f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

SÃO FELIPE. Plano Diretor Municipal. Lei nº 05 de 21 de setembro de 2007. **Diário Oficial do Município**, Câmara Municipal de São Felipe, 2007.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Entrevista. Florianópolis: **Geosul**, v. 20, n. 39, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/download/13313/12275>, acesso: 22 de julho de 2014. p. 151-181.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. Urbanização e fragmentação: apontamentos para o estudo do bairro e da memória urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e Cidades: Perspectivas Geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001, p. 75-94.

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 32, pp. 89-109, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/74284-99838-1-PB%20(1).pdf, acesso: 12 de julho de 2018.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Ed. Bertrand S.A. Rio de Janeiro, 1988.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010, p. 229-250.

SOBARZO, Oscar Alfredo. **Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente**. 2004. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. São Paulo, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais**. Jundiaí: Paco Editorial: 2013.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. 5ªreimp. São Paulo: UNESP, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ICSA/UFPA, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía-NAM (Universidad Nacional Autónoma de México). Distrito Federal, México, nº 54, 2004, p. 114 – 139.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, A. L; CARLOS, A. F; ODETTE, S. (Org.). **Espaço no fim de século: a nova raridade**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 83-99.

TRIOLA, Mario. F. **Introdução à Estatística**. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

APÊNDICES

Apêndice A: Roteiro de entrevista ao Prefeito da cidade de São Felipe

<p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb) Mestrado em Geografia</p>	<table border="1" style="width: 100px; height: 20px; margin: auto;"> <tr> <td style="text-align: center;">Nº _____</td> </tr> </table>	Nº _____
Nº _____		
<p>Pesquisa de mestrado: Produção do espaço na cidade pequena: das representações socioespaciais à apropriação das práticas cotidianas em São Felipe – BA. Levantamento de dados referentes à cidade de São Felipe e a relação do poder público municipal com as práticas cotidianas reproduzidas no espaço urbano, em meio às lógicas de dominação e apropriação do espaço da cidade pequena.</p> <p>Pesquisadora: Maiara Cerqueira Leandro Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz</p> <p>Aplicador: _____ Data: ___/___/2019</p>		
<p>Indivíduo/História de vida</p> <p>1. Quem é Rozálio Souza da Hora? Quantos anos têm? Onde nasceu?</p> <p>2. Sempre morou em São Felipe? Antes de se engajar na vida política, como era sua vida? Com o que trabalhava?</p> <p>3. Qual a formação escolar? Quais as ocupações no dia-a-dia? Sempre na política?</p> <p>Político/Profissional</p> <p>4. E na vida política, quando ingressou? Sofreu alguma influência familiar: seus pais, avós, tios, atuavam na vida política?</p> <p>5. Sempre gostou de atuar como político? Qual a sua motivação em ser prefeito de São Felipe?</p> <p>6. Por quantos mandatos o senhor já atuou como prefeito de São Felipe?</p> <p>7. Quais os principais legados das atuações da gestão do senhor, obras e/ou iniciativas importantes? Quais as principais dificuldades?</p> <p>Protagonista/ relação com a história da cidade de São Felipe</p> <p>8. Como é a relação do senhor com a cidade de São Felipe? Fale um pouco sobre o que conhece sobre a história da cidade. Como se formou a cidade? Aspectos culturais e tradições da cidade? Influências religiosas ou outras?</p> <p>9. Quais as principais fontes de renda e trabalho na cidade?</p>		

10. Como o senhor pensa a cidade hoje? E o seu desenvolvimento? Crescimento? Planejamento da cidade? Tem articulação com outros municípios?

11. Quais melhorias e avanços são visíveis na cidade? E de que forma o seu governo tem contribuído? E quais os problemas que o senhor acredita que ainda existem na cidade de São Felipe?

12. O que a cidade de São Felipe tem para oferecer aos seus moradores? No cotidiano da cidade tem opções de lazer? Esporte? Cultura? Saúde? Educação?

13. De que forma o seu governo tem atuado para melhorias das condições de vida da população sãofelipense? Condições de saúde, educação, moradia e infraestrutura urbana, tanto nas áreas centrais como nas áreas marginalizadas da cidade?

14. De que forma o poder público municipal atua nas áreas pobres da cidade, como por exemplos: o Bairro Urbis, Rua Bevenuto Nóia (Jerema) e Loteamento Laranjeira?

15. Como o senhor considera as praças públicas da cidade? Há atrativos para que a população frequente esses espaços? Há praças revitalizadas na área central e nos bairros da cidade? Como exemplo da Urbis? A Jerema? O Loteamento Laranjeira?

16. Tem mais alguma coisa que o senhor queira pontuar?

Apêndice B: Roteiro de entrevista ao Secretário Municipal de Administração

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG)
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb)
Mestrado em Geografia

Nº _____

Pesquisa de mestrado: Produção do espaço na cidade pequena: das representações socioespaciais à apropriação das práticas cotidianas em São Felipe – BA.
 Levantamento de dados referentes à cidade de São Felipe e a relação do poder público municipal com as práticas cotidianas reproduzidas no espaço urbano, em meio às lógicas de dominação e apropriação do espaço da cidade pequena.

Pesquisadora: Maiara Cerqueira Leandro.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz

Aplicador: _____

Data: ___/___/2019

Indivíduo/história de vida:

1. Quem é Álvaro Neiva? Quantos anos têm? Onde nasceu? Sempre morou em São Felipe? Qual a sua formação escolar? Quais as ocupações no dia-a-dia?

2. Na vida política, já teve participação como representante político na cidade? Motivação?

Atuação no poder público/Profissional

3. Qual a sua atuação profissional? Tempo de experiência no poder público municipal e no cargo de secretário?

4. Quais os principais desafios que o senhor destaca frente a esta secretaria de modo a oferecer melhores condições para a população sãofelipense?

5. O que o senhor pensa a respeito das questões de infraestrutura urbana e de serviços de saúde, educação e saneamento básico na cidade? Atende as áreas centrais e periféricas de forma igualitária?

6. Como é feito a fiscalização do uso e ocupação do solo pelo poder público municipal?

7. Como o poder público municipal ver a propagação de loteamentos fechados na cidade de São Felipe?

8. De que forma o poder público municipal tem combatido o uso e ocupação do solo de forma desordenada? Como tem atuado para o gerenciamento do uso e ocupação do solo urbano na cidade?

9. Nos últimos 3 anos onde o poder público implantou infraestrutura urbana em São Felipe - BA?

10. Nos últimos 3 anos onde o poder público implantou serviços públicos na cidade de São Felipe?

11. De que forma o poder público municipal atua nas áreas pobres da cidade, como por exemplos: o Bairro Urbis, Rua Bevenuto Nóia (Jerema) e Loteamento Laranjeira?

12. Como o poder público municipal pensa o planejamento da cidade atualmente? E seu desenvolvimento? Crescimento? Há articulação com outros municípios?

13. Quais as principais fontes de renda e trabalho na cidade?

14. A gestão tem pensado nas questões ligadas ao investimento em melhorias de vida para o cotidiano da população, com opções de lazer, seja prática esportiva, cultural, como forma de incentivo ao uso dos espaços públicos? O poder público municipal tem algum projeto nesse sentido?

15. Como o senhor considera as praças públicas da cidade? Há atrativos para que a população frequente esses espaços? Há praças revitalizadas na área central e nos bairros da cidade? Com exemplo da Urbis? A Jerema? O Loteamento Laranjeiras?

Protagonista/ relação com a história da cidade de São Felipe - BA

16. Como é a relação do senhor com a cidade de São Felipe? O que conhece a respeito da história da cidade?

17. O que a cidade de São Felipe tem para oferecer aos seus moradores?

18. Quais melhorias e avanços são visíveis na cidade?

19. Quais os problemas que o senhor acredita que ainda existem na cidade?

20. Tem mais alguma coisa que o senhor queira pontuar?

Apêndice C: Roteiro de entrevistas para os moradores

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb) Mestrado em Geografia		N° _____
Pesquisa de mestrado: Produção do espaço na cidade pequena: das representações socioespaciais à apropriação das práticas cotidianas em São Felipe – BA. Pesquisadora: Maiara Cerqueira Leandro/ Orientadora: Prof ^a . Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz		
Aplicador: _____		Data: ___/___/2019
Local de moradia: () Centro () Periferia _____		
Indivíduo/história de vida:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fale um pouco sobre sua história de vida: quem é você? Quantos anos têm? Onde nasceu? Sempre morou em São Felipe? 2. O que levou você a vim morar em São Felipe e/ou no bairro (Urbis, Jurema ou Laranjeira)? 3. O que você considera cidade? 4. Você considera São Felipe uma cidade? 5. Você gosta de morar em São Felipe? Por quê? 6. Gostaria de morar em outra cidade? Por quê? 7. Quais os principais problemas enfrentados pela família em seu cotidiano? 8. O que você acha que falta na cidade de São Felipe? 9. No caso de ser morador da Urbis, Jerema ou Loteamento Laranjeira: Você se sente discriminado na cidade por morar no bairro? Por quê? 10. Quais suas ocupações no dia-a-dia? 11. Como você caracteriza o centro da cidade de São Felipe/BA? Existem praças? Têm atrativos para a população frequentar diariamente? 12. Como você caracteriza os bairros: Urbis? Jerema? Laranjeira? 13. Você acha que a cidade está mudando? Em quais aspectos? 14. Quais os aspectos negativos que a cidade apresenta? 15. Você costuma sair pela cidade à noite? 		
Protagonista/ relação com a história da cidade de São Felipe – BA		
<ol style="list-style-type: none"> 16. Como é a sua relação com a cidade de São Felipe? O que conhece a respeito da cidade? 17. O que a cidade de São Felipe tem para oferecer aos seus moradores? 18. Quais melhorias e avanços são visíveis na cidade? 19. Tem mais alguma coisa que queira pontuar? 		

Apêndice D: Questionário para os moradores

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo/Uesb) Mestrado em Geografia		Nº _____
<p>Pesquisa de mestrado: Produção do espaço na cidade pequena: das representações socioespaciais à apropriação das práticas cotidianas em São Felipe – BA. Levantamento de dados referentes às práticas cotidianas reproduzidas na cidade de São Felipe em meio às lógicas de dominação e apropriação do espaço da cidade pequena.</p> <p>Pesquisadora: Maiara Cerqueira Leandro Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Emília de Quadros Ferraz</p> <p>Aplicador: _____ Data: ___/___/2019</p>		
Local de moradia: () Centro () Periferia _____		
Perfil	Idade das pessoas da casa () 18 a 25 anos () 26 a 59 anos () 60 anos ou mais	
Sobre o entrevistado		
1. Sexo: () Feminino () Masculino		
2. Idade:		
3. Escolaridade: () está estudando _____ Série () não está estudando _____ Escolaridade Se sim, onde? _____ Como se desloca? _____		
4. Contribui com a renda familiar? () Sim () Não Se sim, de que forma? _____		
5. Ocupação: _____		
6. Alguém da família trabalha fora da cidade? () Sim () Não Se sim, onde? _____		
Condição de moradia		
7. Quantas pessoas moram na casa? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 ou mais		
8. Quantos cômodos têm a casa? () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () 6 () 7 ou mais		
9. Tem banheiro? () Sim () Não		
10. Tem porta interna? () Sim () Não		
11. Condição do imóvel? () alugada () cedida () própria () outra _____		
12. Qual o valor da prestação ou aluguel? _____		
O entrevistado e a cidade		
13. Mora em São Felipe desde que nasceu? () Sim () Não		

<p>Se não, Onde morava antes? _____ () Rural () Urbana</p> <p>Tempo de moradia em São Felipe/BA? _____</p> <p>Por que veio morar em São Felipe/BA? _____</p>
<p>14. Você gosta de morar em São Felipe? () Sim () Não</p> <p>Justifique: _____</p>
<p>15. Gostaria de morar em outra cidade? () Sim () Não Se sim, onde? _____</p> <p>Justifique: _____</p>
<p>16. Qual o local que você mais frequenta na cidade?</p> <p>() Praça () Igreja () Supermercado () Barzinho () nenhum local () Outros _____</p> <p>Por quê? _____</p>
<p>17. A cidade oferece para você? Justifique.</p> <p>Segurança () Sim () Não _____</p> <p>Tranquilidade () Sim () Não _____</p> <p>Espaços de Lazer () Sim () Não _____</p> <p>Opções de emprego () Sim () Não _____</p> <p>Violência () Sim () Não _____</p> <p>Educação () Sim () Não _____</p> <p>Hospital () Sim () Não _____</p> <p>Infraestrutura urbana () Sim () Não _____</p> <p>Água () Sim () Não _____</p> <p>Limpeza/lixo () Sim () Não _____</p> <p>() Outros _____</p>
<p>18. O que você acha que falta na cidade?</p> <p>_____</p>
<p>19. Como você caracteriza o centro da cidade de São Felipe/BA?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>20. Como você caracteriza os bairros?</p> <p>Urbis? _____</p> <p>_____</p> <p>Jerema? _____</p> <p>_____</p> <p>Laranjeira? _____</p>
<p>21. Você acha que a cidade está mudando? Em quais aspectos?</p> <p>() Sim () Não _____</p> <p>_____</p>

22. O que você costuma fazer no dia-a-dia?

Durante a semana: _____

Final de semana: _____

Durante o dia: _____

Durante a noite: _____

23. O que tem de bom de morar em São Felipe?

24. Quais os aspectos negativos que a cidade apresenta?

25. Utiliza esses serviços em São Felipe ou em outra cidade?

Compras do dia-a-dia?

São Felipe Outra cidade

Se outra, onde e por quê? _____

Serviços bancários?

São Felipe Outra cidade

Se outra, onde e por quê? _____

Serviços médicos?

São Felipe Outra cidade

Se outra, onde e por quê? _____

Compra roupas?

São Felipe Outra cidade

Se outra, onde e por quê? _____

Outros:

26. Você tem o hábito de conversar com os vizinhos (apenas uma alternativa):

todo dia alguns dias por semana dificilmente Nunca

27. Você costuma circular no bairro onde mora: sim não

Você circula por qual meio:

bicicleta a pé moto carro outros

28. Você costuma sair pela cidade à noite: Sim Não

Se não, por quê? _____

Apêndice E: Tabela – População urbana¹ e absoluta dos municípios do Território de Identidade Recôncavo, Bahia, 1940 - 2010

Município	1940		1950		1960		1970		1980		1991		2000		2010	
	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total	Urbana	Total
C. do Paraguaçu*											1.846	14.523	3.305	15.547	4.644	17.327
Cachoeira	12.057	26.966	12.816	26.979	9.830	28.363	13.613	27.382	13.762	27.946	14.193	28.290	15.831	30.416	16.387	32.026
Castro Alves	7.895	39.301	7.673	38.912	14.075	40.613	11.647	46.716	13.408	50.547	13.187	26.773	14.647	25.561	15.686	25.408
C. Almeida	1.982	27.261	2.540	25.407	8.375	24.158	6.450	21.854	6.408	18.407	7.659	18.542	8.318	18.912	7.926	17.889
Cruz das Almas	5.972	28.255	8.912	32.276	8.312	23.941	17.298	28.814	24.551	37.352	30.908	45.858	39.604	53.049	49.885	58.606
D. M. Costa							515	5.140	580	5.473	853	3.904	1.297	3.748	1.761	3.874
Gov. Mangabeira							2.562	12.941	5.025	17.002	5.338	17.859	6.684	17.165	7.417	19.818
Maragogipe	12.704	35.095	15.188	36.868	13.586	39.233	19.390	41.038	20.831	41.248	20.472	38.811	21.043	40.314	25.093	42.815
Muniz Ferreira							1.472	6.007	1.796	6.049	2.524	6.280	3.301	6.941	3.394	7.317
Muritiba	8.377	28.135	8.848	31.605	12.968	37.419	12.205	28.133	13.685	31.118	14.709	24.534	17.905	30.644	18.040	28.899
Nazaré	14.882	24.332	12.541	24.045	9.605	27.722	16.213	21.780	18.032	23.596	20.491	25.954	23.011	26.365	22.864	27.274
S. da Margarida							3.062	6.366	3.384	7.765	3.902	8.891	4.611	10.377	5.960	13.456
Santo Amaro	22.494	106.303	29.931	85.739	34.222	98.887	30.614	46.411	40.990	57.937	40.894	54.160	44.505	58.414	44.766	57.800
S. Antônio de Jesus	9.051	26.466	11.839	29.668	11.612	33.468	21.693	39.726	34.628	51.582	52.855	64.331	66.245	77.368	79.299	90.985
São Felipe	1.786	25.917	1.841	25.343	2.336	24.681	3.681	19.205	5.017	18.680	6.906	20.107	8.250	20.228	9.820	20.305
São Félix	6.653	14.851	5.987	14.801	5.055	14.563	5.828	13.253	7.156	15.241	7.420	12.182	8.748	13.699	9.265	14.098
Sapeaçu					4.454	12.849	3.688	12.629	4.491	12.937	6.347	15.192	7.524	16.450	8.084	16.585
Saubara*											5.469	8.016	10.076	10.193	10.948	11.201
Varzedo*											1.704	8.662	2.627	8.673	3.364	9.109

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010). Elaboração: Maiara Leandro.

Notas: 1 São contabilizadas as pessoas que vivem nas vilas dos distritos e povoados;

* Os municípios Cabaceiras do Paraguaçu, Saubara e Varzedo não apresentam dados referentes às décadas de 1940 a 1980, porque ambos foram emancipados em 1989.

Apêndice F: Tabela - Percentual da população ocupada, por setores de atividade econômica, nos municípios do Recôncavo Baiano, Bahia, por década, 1970-2010

Períodos	1970			1980			1991			2000			2010		
	P	S	T	P	S	T	P	S	T	P	S	T	P	S	T
C. do Paraguaçu**							74.90	2.27	22.83	82.83	1.24	15.94	74.97	0.79	24.25
Cachoeira	42.25	14.80	42.94	34.74	18.87	46.4	28.96	10.61	60.43	25.79	5.18	69.03	28.84	5.56	65.59
Castro Alves	71.36	7.29	21.35	75.63	7.55	16.82	57.32	6.37	36.31	40.40	8.26	51.35	41.3	8.85	49.85
Conceição do Almeida	63.68	13.19	23.13	64.69	11.95	23.35	49.06	7.30	43.64	48.60	8.61	42.78	38.61	8.86	52.53
Cruz das Almas	29.33	25.18	45.49	29.49	18.22	52.28	24.73	14.88	60.39	22.79	9.22	67.98	15.19	12.38	72.42
Dom Macedo Costa	83.47	2.61	13.91	93.26	1.12	5.63	72.29	6.47	21.24	60.51	4.62	34.87	42.27	3.5	54.23
Gov. Mangabeira	81.68	5.90	12.42	75.65	3.25	21.1	61.18	4.94	33.89	60.39	2.91	36.70	55.23	3.56	41.22
Maragogipe	57.82	12.93	29.25	63.52	12.22	24.25	56.21	8.56	35.23	43.58	7.35	49.07	55.22	4.35	40.44
Muniz Ferreira	77.91	4.43	17.66	79.69	6.31	14.0	86.92	2.96	10.11	50.99	12.19	36.82	46.04	10.78	43.18
Muritiba	63.60	11.77	24.63	61.22	10.77	28.01	40.18	8.34	51.48	37.07	7.96	54.98	36.51	6.08	57.42
Nazaré	27.67	14.82	57.51	28.95	13.96	57.09	27.40	9.17	63.43	19.81	8.14	72.06	22.2	4.77	73.04
Salinas das Margaridas	44.35	15.81	39.84	50.89	4.65	44.47	56.11	9.54	34.35	53.87	2.80	43.34	57.69	1.99	40.31
Santo Amaro	36.90	17.15	45.95	28.03	26.88	45.09	23.29	16.96	59.76	21.02	8.47	70.52	24.84	10.68	64.47
Santo Antônio de Jesus	39.77	17.00	43.23	37.59	10.98	51.43	14.73	10.90	74.38	15.02	12.06	72.92	12.86	12.74	74,39
São Felipe	79.06	5.19	15.75	80.86	3.29	15.85	69.31	4.50	26.2	65.17	5.51	29.32	55.67	3.56	40.77
São Félix	54.84	13.65	31.51	47.48	11.82	40.7	40.44	8.17	51.39	28.12	5.87	66.01	37.3	5.13	57.57
Sapeaçu	71.31	10.35	18.34	68.95	7.54	23.52	72.08	3.15	24.78	45.20	8.19	46.61	44.41	5.43	50.16
Saubara**							39.50	9.90	50.61	36.05	5.89	58.07	43.51	4.22	52.27
Varzedo**							74.59	2.30	23.11	75.40	4.21	20.39	66.18	3.8	30.01

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1991, 2000, 2010).

* As letras P, S, T, representam respectivamente os setores Primário, Secundário e Terciário.

** Os municípios Cabaceiras do Paraguaçu, Saubara e Varzedo não apresentam dados referentes às décadas de 1970 e 1980, porque ambos foram emancipados em 1989.

Elaboração: Maiara Leandro